DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

BRASILIA, segunda- feira, 28 de junho de 1976 — ANO I - Nº. 08

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO Nº 3290 DE 25 DE junho DE 1976

Aprova o Estatuto da Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista a aprovação do Ministério Público do Distrito Federal,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aprovado o Estatuto da Fundação Educacional do Distrito Federal que, assinado pelo Presidente do Conselho Diretor e pelo Curador de Resíduos do Ministério Público do Distrito Federal, a este acompanha.

Art. 2º - Fica confirmada, na forma do artigo 13, da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 1º, do Decreto-Lei 438, de 28 de janeiro de 1 969, a vinculação da Fundação Educacional à Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal.

Art. 3º - Fica estabelecido o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da publicação do Estatuto aprovado por este Decreto, para que os órgãos da Fundação Educacional submetam ao Conselho Diretor, os projetos dos novos regimentos.

Parágrafo Unico - O regimento elaborado na forma deste artigo, será submetido à aprovação do Governador do Distrito Federal, através da Secretaria de Educação e Cultura, ouvida a Secretaria do Governo.

Art. 4º - A remuneração do Diretor Executivo da Fundação Educácional não poderá ultrapassar a 90% (noventa por cento)da importância correspondente aos vencimentos e representação de Secretário de Estado do Distrito Federal.

Art. 5º - O presente Decreto integra o Livro III,da Consolidação das Normas de Organização Administrativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 4º, do Decreto nº 1.891, de 21 de dezembro de 1 971.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Brasília-DF, 25 de junho de 1 976.
88º da República e 17º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO I

DO REGIME JURÍDICO, DA FINALIDADE E DOS OBJETIVOS

Art. 1º - A Fundação Educacional do Distrito Federal FEDF, instituida pela então Prefeitura do Distrito Federal,nos termos do Decreto nº 48.297, de 17 de junho de 1 960, por Escritura Pública de 2 de julho de 1 960, lavrada nas Notas do 2º Tabelionato de Luziânia-GO, livro nº 53, às folhas 5v/6v, registrada sob o número 6, às folhas 31/34, livro "A", número 1, em 4 de dezembro de 1 960, no Cartório do 1º Ofício de Registro Civil, Casamentos, Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas de Brasília Distrito Federal, passa a ser administrada no forma deste Estatuto.

Art. 2º - A Fundação Educacional, entidade com personalidade jurídica, rege-se pelo Código Civil Brasileiro, pela legislação complementar que lhe for aplicável e pelo presente Estatuto.

Art. 3º - A Fundação Educacional, com sede e foro em Brasília e jurisdição em todo o Distrito Federal, integra a Administração Descentralizada do Distrito Federal, na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1 964.

Art. 4º - A Fundação Educacional tem prazo de duração indeterminado e só será extinta nos casos e na forma previstos neste Estatuto.

Art. 5º - A Fundação Educacional para fins do § 1º, do artigo 3º, da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1 964, vincula-se à Secretaria de Educação e Cultura, na forma do artigo 18, daquela Lei, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 1º, do Decreto-Lei nº 438, de 27 de janeiro de 1 969.

Art. 6º - A Fundação Educacional tem por finalidade executar a Política Educacional do Distrito Federal, de modo a assegurar a eficácia do Sistema de Ensino Oficial do Distrito Federal.

Art. 7º - Para atingir sua finalidade a Fundação Educacional tem por objetivos :

I - a execução do Plano de Educação do Distrito Federal;

II - a elaboração e execução de programas, projetos, e atividades do Sistema de Ensino Oficial do Distrito Federal;

III - a programação, coordenação, acompanhamento e compatibilização da execução de planos, programas,projetos e atividades do Sistema de Ensino Oficial do Distrito Federal;

IV - a criação, construção e manutenção de unidades de ensino;

V - a realização de estudos, pesquisas e experimentações necessários ao diagnóstico, análise e tratamento dos problemas educacionais do Distrito Federal;

VI - a criação, manutenção e colaboração na formação de

ASSINATURAS

- As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

- As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

- Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.

- As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de março de cada ano.

- Os suplementos às edições só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.

- Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

REMESSA DE VALORES

- A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento, por cheque visado a favor do Governo do Distrito Federal, acompanhada de esclarecimentos quanto a sua aplicação.

GDF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIÁRIO OFICIAL
do Distrito Federal

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal Editado pela Divisão de Divulgação da SEA

EXPEDIENTE

DIRETOR

ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti- 6º andar

Telefones: Direto 25-7803- PABX 25-6830 Ramal 312

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Semestre ..... Cr$ 70,00
Ano ..... Cr$ 140,00

FUNCIONÁRIOS

Semestre ..... Cr$ 55,00
Ano ..... Cr$ 110,00

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido de Cr$ 60,00 anuais.

NÚMERO AVULSO

- O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.
- O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

HORÁRIO DA REDAÇÃO

A redação funciona, para atendimento do público, de 08:00 às 15:00 horas, sem interrupção.

Os originais para publicação, devidamente autenticados, deverão ser datilografados em um só lado do papel tamanho ofício, em espaço dois, sem rasuras nem emendas.

Texto datilografado, em tinta preta, em original e 1 (uma) só via, admitindo-se, em caráter excepcional, cópia xerográfica, com impressão nítida em cor preta e garantida sua indelebilidade.

Quadros, tabelas, balanços, balancetes, demonstrativos e outras matérias que, pela sua natureza, tenham que ser reproduzidas em fotofilme, deverão ser encaminhadas ao "Diário Oficial" em original de boa qualidade, na forma prevista acima.

Os contratos, convênios, e termos de transação deverão conter em seu texto, cláusula expressa determinando a responsabilidade do custeio de sua publicação no "Diário Oficial", cujo pagamento será sempre antecipado, no caso de pessoa física, órgão ou entidade estranha ao Complexo Administrativo do Distrito Federal.

— (Decreto Nº. 3.282 de 15-06-76) —

serviços educativos e assistenciais que beneficiem os corpos docente e discente do Sistema de Ensino Oficial do Distrito Federal, bem como aos demais servidores;

VII - o fornecimento de dados à Secretaria de Educação e Cultura para o planejamento e à fundamentação técnico-científica da política que deve orientar o desenvolvimento das atividades do Setor Educação no Distrito Federal.

Distrito Federal.

TÍTULO II

DO PATRIMÔNIO, DA RECEITA E DOS REGIMES FINANCEIRO E DE PESSOAL

CAPÍTULO I

DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA

Art. 8º - Constituem o Patrimônio da Fundação Educacional :

I - os bens e direitos com que foi instituída;

II - os bens e direitos que já adquiriu e os que vier a adquirir;

III - os bens e direitos que a ela venham a ser incorporados pelos Poderes Públicos;

IV - as doações e legados que lhe forem ou venham a ser destinados.

Art. 9º - Constituem a receita da Fundação Educacional :

I - as dotações orçamentárias consignadas pelo Governo do Distrito Federal;

II - as transferências financeiras da União Federal;

III - as subvenções concedidas pelos Poderes Públicos;

IV - os saldos de exercícios financeiros encerrados;

V - as rendas em seu favor instituídas por terceiros;

VI - as transferências financeiras oriundas de convênios e quaisquer ajustes;

VII - as doações que receber de entidades públicas ou de pessoas jurídicas de direito privado;

VIII - outras rendas que lhe competirem, eventualmente, por sua natureza ou disposição legal.

CAPÍTULO II

DO REGIME FINANCEIRO

Art. 10 - O regime financeiro da Fundação Educacional é disciplinado pelas seguintes normas :

I - o exercício financeiro da Fundação Educacional coincidirá com o do Distrito Federal;

II - o Diretor-Executivo da Fundação Educacional apresentará, em prazo hábil, ao Conselho Diretor, o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária;

III - o Conselho Diretor decidirá no prazo de 30 (trinta) dias sobre o programa de trabalho e a proposta orçamentária, contados a partir da data de sua apresentação;

IV - esgotado o prazo fixado no item anterior, sem manifestação do Conselho Diretor, vigorará a proposta apresentada pelo Diretor-Executivo da Fundação Educacional;

V - os resultados do exercício serão lançados no fundo patrimonial, ou em fundos e reservas especiais, de acordo com a decisão do Conselho Diretor;

VI - para realização de projetos cuja execução possa exceder um exercício, as despesas previstas serão aprovadas globalmente, consignando-se nos orçamentos seguintes as respectivas dotações;

VII - durante o exercício financeiro, poderão ser solicitados, ao Conselho Diretor, alterações no orçamento, desde que as necessidades da Fundação Educacional as exijam;

VIII - a Fundação Educacional encaminhará, através da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, na ocasião própria, aos órgãos competentes da administração do Distrito Federal, a previsão de suas despesas, acompanhada da conveniente justificativa, para inclusão de dotações no orçamento;

IX - a Fundação Educacional obedecerá, na aplicação dos recursos financeiros que lhe forem consignados no orçamento do Distrito Federal, dentre outras, as seguintes normas:

a) organizará sua proposta orçamentária e o respectivo plano anual de trabalho conforme orientação dos órgãos centrais de orçamento e de planejamento do Distrito Federal;

b) observará, para compras e demais contratos as normas adotadas pela Administração do Distrito Federal;

c) prestará contas, perante o Tribunal de Contas do Distrito Federal, dos recursos oriundos do orçamento do Distrito Federal.

CAPÍTULO III

DO REGIME DE PESSOAL

Art. 11 - A Fundação Educacional terá tabelas de pessoal próprias, sujeitos seus empregados ao regime da Consolidação das Leisdo Trabalho e demais disposições legais ou regulamentares.

Art. 12 - Na admissão de pessoal para a Fundação Educacional, observar-se-ão as normas,referentes à matéria, expedidas pelo Distrito Federal.

Parágrafo único - Na hipótese da inexistência dessas normas, competirá ao Conselho Diretor fixá-las, definindo o procedimento da admissão, promoção, acesso, demissão ou dispensa de pessoal.

Art. 13 - Os servidores públicos colocados à disposição da Fundação Educacional, reger-se-ão pela legislação própria, ficando sujeitos à jornada de trabalho da entidade.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO FORMAL E ESTRUTURAL

CAPÍTULO I

DOS ÓRGÃOS E SUAS COMPETÊNCIAS

Art. 14 - São órgãos da Fundação Educacional:

I - de Administração Superior

- Conselho Diretor
- Conselho Fiscal

II - de Execução

- Diretoria Executiva
- Órgãos Centrais
- de Natureza Local.

SEÇÃO I

DO CONSELHO DIRETOR

Art. 15 - O Conselho Diretor, órgão de administração superior, responsável pela orientação e controle da execução das atividades da Fundação Educacional compõe-se de 7 (sete) membros efetivos, sendo:

I - 1 (um) membro nato;

II - 6 (seis) membros designados pelo Governador do Distrito Federal.

§ 1º - É membro nato do Conselho Diretor o Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal, na qualidade de Presidente.

§ 2º - Substituem o Presidente do Conselho Diretor, em suas faltas e nos impedimentos, nesta ordem:

I - seu substituto no cargo de Secretário de Educação e Cultura;

II - o Conselheiro mais antigo dentre os presentes;

III - o mais idoso dos Conselheiros presentes de igual antiguidade.

§ 3º - Os membros designados, indicados pelo Secretário de Educação e Cultura, serão escolhidos dentre pessoas de notória competência no campo da Administração e/ou versados em assuntos educacionais, residentes no Distrito Federal.

§ 4º - Haverá 3 (três) suplentes dos membros, designados na forma do inciso II deste artigo, obedecidos os critérios previstos no § 3º.

§ 5º - Nenhum integrante das Tabelas de Empregos da Fundação Educacional poderá pertencer ao Conselho Diretor, na qualidade de membro efetivo.

Art. 16 - O mandato dos membros efetivos e dos suplentes será de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução uma única vez.

Art. 17 - O Conselho Diretor reunir-se-á ordinariamente até 4 (quatro) vezes por mês, e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou por 4 (quatro) de seus membros, mediante requerimento ao Presidente do Conselho.

Parágrafo único - As pautas das reuniões do Conselho Diretor deverão ser registradas, assinadas pelo seu Presidente e membros presentes, numeradas em ordem cronológica e mantidas em arquivo próprio.

Art. 18 - Para funcionamento do Conselho Diretor é exigido o "quorum" mínimo de 3 (três) membros, além do seu Presidente, ou quem o substitua e suas resoluções serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente do Conselho ou ao seu substituto, além de voto comum, o de qualidade.

Parágrafo único - As Resoluções do Conselho Diretor, após assinadas pelos Conselheiros presentes, serão numeradas em ordem cronológica ininterrupta e publicadas no órgão Oficial de Divulgação do Poder Executivo do Distrito Federal.

Art. 19 - O Conselho Diretor funcionará de acordo com o regimento de sua proposição, aprovado pelo Governador do Distrito Federal.

Art. 20 - Ao Curador de Resíduos é assegurado o direito de assistir às reuniões do Conselho Diretor, na forma da legislação.

Art. 21 - Compete ao Conselho Diretor:

I - deliberar sobre o regimento da Fundação Educacional, como acerca de suas alterações;

II - aprovar o programa anual de trabalho e a proposta orçamentária da Fundação Educacional, assim como suas alterações;

III - deliberar sobre a aprovação das Tabelas de Empregos Permanentes e em Comissão da Fundação Educacional, de acordo com as normas em vigor;

IV - aprovar os balanços e apreciar os balancetes, relatórios e respectivos demonstrativos que lhe devam ser submetidos pelo Diretor-Executivo da Fundação Educacional com o parecer do Conselho Fiscal;

V - aprovar as alterações do orçamento da Fundação Educacional;

VI - deliberar sobre as operações de crédito e, ainda, alienar, onerar, doar, permutar, e adquirir imóveis;

VII - deliberar sobre a criação, fusão e extinção de unidades escolares;

VIII - pronunciar-se sobre a extinção da Fundação Educacional;

IX - aprovar as normas básicas à administração e ao funcionamento da Fundação Educacional propostas pelo Diretor-Executivo;

X - decidir sobre quaisquer assuntos de interesse da Fundação Educacional que lhe sejam submetidos por um de seus membros ou pelo Diretor-Executivo;

XI - deliberar sobre a dispensa de concorrências e homologar os julgamentos das realizadas;

XII - deliberar sobre a celebração de convênios, outros acordos e seus aditivos;

XIII - aprovar a criação de fundos e reservas especiais, bem como suas aplicações;

XIV - decidir sobre a aceitação de legados e doações destinadas à Fundação Educacional, conforme limite a ser fixado em ato próprio;

XV - autorizar o Diretor-Executivo a doar bens móveis inservíveis, obsoletos e/ou antieconômicos de propriedade da Fundação Educacional;

XVI - julgar os recursos interpostos a atos do Diretor-Executivo da Fundação Educacional;

XVII - pronunciar-se sobre reformas estatutárias propostas por qualquer de seus membros;

XVIII - representar ao Governador do Distrito Federal, através da Secretaria de Educação e Cultura, contra quaisquer atos considerados lesivos ao interesse público ou contrários aos fins da Fundação Educacional;

XIX - pronunciar-se sobre outros assuntos que lhe forem submetidos pelo Diretor-Executivo da Fundação Educacional;

XX - resolver os casos omissos no presente Estatuto.

Art. 22 - São atribuições do Presidente do Conselho Diretor da Fundação Educacional:

I - representar a Fundação Educacional em juízo ou fora dele;

II - convocar o Conselho Diretor e presidir-lhe as reuniões;

III - exercer o direito do voto de qualidade;

IV - convocar os suplentes, nos casos de falta, impedimento ou licença do Conselheiro Titular;

V - submeter à homologação do Governador do Distrito Federal, através da Secretaria de Educação e Cultura:

a) a proposta de alteração do Estatuto;
b) a proposta do regimento da Fundação Educacional;
c) as Tabelas de Empregos da Fundação Educacional;
d) a proposta de extinção da Fundação Educacional;

VI - baixar Resoluções "ad referendum" do Conselho Diretor, quando o seu Presidente assim o deliberar, nos casos de urgência, ou ainda, quando o Conselho não puder se reunir, submetendo-as à apreciação do Conselho no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

SEÇÃO II

DO CONSELHO FISCAL

Art. 23 - O Conselho Fiscal, órgão de administração superior, responsável pela fiscalização dos atos e fatos administrativos da Fundação Educacional relacionados com as atividades econômicas, financeiras e contábeis, compõe-se de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, todos estranhos às Tabelas de Empregos da entidade.

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal, indicados pelo Secretário de Educação e Cultura e escolhidos entre pessoas de reconhecida competência no campo da contabilidade ou da administração financeira, serão designados pelo Governador do Distrito Federal.

§ 2º - Não poderão compor o Conselho Fiscal, pessoas que não residam no Distrito Federal ou que sejam parentes, entre si ou em relação a qualquer dirigente de órgãos da Fundação Educacional, até o 3º grau.

Art. 24 - O Conselho Fiscal terá como Presidente um dos seus membros, eleito por estes e funcionará de acordo com o regimento de sua proposição, aprovado pelo Governador do Distrito Federal.

Art. 25 - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente 2 (duas) vezes por mês e extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente.

Art. 26 - Aplica-se ao Conselho Fiscal da Fundação Educacional, o disposto no artigo 16, e no parágrafo único do artigo 17 e no artigo 19 do presente Estatuto.

Art. 27 - Compete ao Conselho Fiscal:

I - apreciar balancetes, relatórios e respectivos demonstrativos em seus aspectos contábeis e financeiros;

II - emitir parecer sobre as prestações de contas relativas aos aspectos econômicos, financeiro e patrimonial;

III - opinar sobre assuntos de contabilidade e administração financeira e outros de interesse econômico da Fundação Educacional, que lhe forem submetidos pelo seu Diretor-Executivo ou pelo Conselho Diretor, ou, ainda, por iniciativa própria;

IV - apresentar ao Diretor-Executivo da Fundação Educacional e ao Conselho Diretor parecer sobre as atividades econômico-financeiras da Fundação, indicando as medidas que reputar úteis;

V - promover a realização de auditoria contábil na Fundação Educacional;

VI - solicitar a contratação de serviços de auditoria quando este assim o deliberar;

VII - levar ao conhecimento do Ministério Público, para os fins legais, quaisquer irregularidades que possam comprometer o patrimônio da Fundação Educacional ou seja contra suas finalidades, quando, comunicado ao Conselho Diretor e ao Governador do Distrito Federal, não for por estes oportunamente corrigidas.

Parágrafo único - Para o exercício de suas competências, o Conselho Fiscal poderá requisitar e examinar, em qualquer tempo, a escrituração e os documentos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial da Fundação Educacional, bem como realizar as diligências que julgar necessárias.

Art. 28 - A apreciação das contas anuais e dos balancetes mensais com respectivos relatórios será feita em parecer assinado pelos 3 (três) membros do Conselho Fiscal e encaminhada ao Diretor-Executivo da Fundação Educacional.

SEÇÃO III

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 29 - A Diretoria Executiva, órgão encarregado da coordenação e execução das atividades da Fundação Educacional, será dirigida por um Diretor-Executivo designado pelo Governador do Distrito Federal, mediante indicação do Secretário de Educação e Cultura, e auxiliada por unidades orgânicas cujo número e competências serão definidos no regimento da entidade.

Art. 30 - Ao Diretor-Executivo da Fundação Educacional cabe desempenhar as seguintes atribuições, além das que lhe forem fixadas em regimento:

I - velar pela observância das disposições legais e estruturais em vigor, cumprir e fazer cumprir as Resoluções do Conselho Diretor;

II - coordenar a execução das atividades específicas e de administração geral da Fundação Educacional, de modo que lhe assegure a eficiência e eficácia dos serviços;

III - prover os empregos permanentes e em comissão das respectivas Tabelas da Fundação Educacional, bem como dispensar os seus ocupantes;

IV - contratar pessoal técnico altamente especializado, quando autorizado pelo Conselho Diretor;

V - exercer o poder de disciplina;

VI - requisitar servidores estranhos aos quadros da Fundação Educacional, por intermédio do Secretário de Educação e Cultura;

VII - submeter à aprovação do Conselho Diretor, por intermédio de seu Presidente:

a) o programa anual de trabalho e a proposta orçamentária, assim como as eventuais alterações do programa e do orçamento da Fundação Educacional;

b) os balancetes, balanços, relatórios e respectivos demonstrativos, ouvido previamente o Conselho Fiscal;

c) as Tabelas de Empregos Permanentes e em Comissão, bem como as alterações nelas necessárias;

d) as normas básicas necessárias à administração e ao funcionamento da Fundação Educacional;

e) o projeto de regimento da Fundação Educacional;

f) as operações de crédito, bem como alienações, doações, permutas, aquisição e gravames concernentes a imóveis da entidade;

g) os julgamentos das concorrências realizadas;

h) a criação de fundos e reservas especiais bem como sua aplicação;

i) quaisquer assuntos de interesse da Fundação Educacional.

VIII - homologar os julgamentos de Tomadas de Preços;

IX - solicitar ao Presidente do Conselho Fiscal a convocação deste para apreciação de assuntos urgentes e inadiáveis de sua competência específica;

X - autorizar a realização de concursos públicos e internos para seleção ou promoção de pessoal e homologar os seus resultados;

XI - autorizar a realização da despesa superior a importância equivalente ao limite de convite;

XII - baixar normas complementares necessárias à administração e ao funcionamento da Fundação Educacional;

XIII - assinar convênios, contratos, outros acordos e seus aditivos, de interesse da Fundação Educacional;

XIV - decidir sobre a aceitação de doações de bens móveis de pequeno valor, segundo limite a ser fixado em ato próprio;

XV - encaminhar ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, através do Presidente do Conselho Diretor, a prestação de contas da Fundação Educacional após aprovação do Conselho Diretor e de acordo com as normas em vigor;

XVI - delegar competências na forma da legislação vigente;

XVII - exercer outras atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho Diretor.

Art. 31 - O Diretor-Executivo terá como substituto eventual, um dos titulares do órgão que lhe for diretamente subordinado, por ele indicado, através do Secretário de Educação e Cultura e designado pelo Governador do Distrito Federal.

Art. 32 - O Diretor-Executivo participará das reuniões do Conselho Diretor com direito a voz, mas sem capacidade de voto.

SEÇÃO IV

DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO DE NATUREZA LOCAL

Art. 33 - Os órgãos de execução de natureza local, funcionarão nas Regiões Administrativas do Distrito Federal e terão regimento próprio aprovado pelo Governador do Distrito Federal.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 34 - Este Estatuto só poderá ser alterado por Resolução do Conselho Diretor, por maioria absoluta de votos, desde que não se contrariem os fins da Fundação Educacional e após aprovação do Ministério Público do Distrito Federal.

Parágrafo único - As alterações de que trata este artigo entrarão em vigor mediante Decreto do Governador do Distrito Federal.

Art. 35 - A Fundação Educacional extinguir-se-á:

I - pela impossibilidade de sua manutenção;

II - pela inexequibilidade de suas finalidades;

Art. 36 - A extinção da Fundação Educacional será decretada pelo Governador do Distrito Federal, mediante proposta do Conselho Diretor, através da Secretaria de Educação e Cultura, previamente aprovada pela maioria de seus membros.

Parágrafo único - A matéria relativa à extinção da Fundação Educacional será apreciada em reunião especialmente convocada para esse fim, em duas sessões consecutivas, com intervalo mínimo de 15 (quinze) dias.

Art. 37 - Na hipótese de extinção da Fundação Educacional seu patrimônio incorporar-se-á ao do Distrito Federal.

Art. 38 - Os membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal não perceberão qualquer remuneração, tendo em vista a qualidade de fins filantrópicos da Fundação Educacional do Distrito Federal, reconhecidos pelo Decreto Federal nº 64.614, de 28 de abril de 1 969.

Art. 39 - Os bens imóveis da Fundação Educacional somente poderão ser alienados, permutados, doados ou gravados com ônus reais, mediante autorização do Conselho Diretor, por maioria de, pelo menos, dois terços da totalidade de seus membros.

Art. 40 - Os órgãos responsáveis pela execução das atividades auxiliares da Fundação Educacional vincular-se-ão aos respectivos órgãos centrais da Administração Direta do Distrito Federal, na forma do que dispõe o artigo 13 e seu parágrafo único, da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1 964.

Art. 41 - Para execução de suas competências específicas, os órgãos da Fundação Educacional articular-se-ão com os da Secretaria de Educação e Cultura e com as demais unidades orgânicas normativas da Administração Direta do Distrito Federal, em regime de mútua colaboração.

Art. 42 - Enquanto não for aprovado o regimento da Fundação Educacional, continuarão em vigor os atuais naquilo que não contrariarem o presente Estatuto.

Art. 43 - O presente Estatuto, aprovado pelo Governador do Distrito Federal, e pelo Ministério Público do Distrito Federal, substitui, no seu todo, o anterior, e entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 44 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília-DF, 25 de Junho de 1 976

Presidente do Conselho Diretor

Curador de Resíduos do
Ministério Público do Distrito Federal

ANEXO A QUE SE REFERE O INCISO II, DO ARTIGO 1º, DO DECRETO Nº 3288, DE 23 DE JUNHO DE 1976

ICM - ISS Nº DE ORDEM	PRÊMIOS EM FUNÇÃO DA QUANTIDADE DE DOCUMENTOS	* SOMA DOS VALORES
1º	20.000,00	20.000,00
2º	15.000,00	15.000,00
3º	12.000,00	12.000,00
4º	11.000,00	11.000,00
5º	10.000,00	10.000,00
6º	9.000,00	9.000,00
7º	8.000,00	8.000,00
8º	7.000,00	7.000,00
9º	6.000,00	6.000,00
10º	5.000,00	5.000,00
	103.000,00	103.000,00

- Prêmio Especial: 1 (um) automóvel no valor de até Cr$.44.000,00

Republicado por haver saído com incorreção no "DO" de 24-6-76,pag.17

Secretaria de Administração

DECRETO DE 24 DE JUNHO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:
DISPENSAR, a pedido, MILTON GALDINO DA CUNHA, Professor do Ensino Médio, Código MG 1.02.19, matrícula nº. 2.202, do Quadro Permanente de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão Símbolo FC-02, de Assessor Auxiliar do Gabinete do Secretário de Administração do Distrito Federal.
Distrito Federal, 24 de junho de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 24 DE JUNHO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3751 de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
DISPENSAR, por ter sido designado para exercer outra função, LUIZ APARECIDO CHAVES VIEIRA, matrícula nº. 18.154, da Função em Comissão, Símbolo FC—07, de Chefe da Seção de Controle de Manutenção de Veículos da Divisão de Manutenção da Coordenação do Sistema de Transportes Internos da Secretaria de Administração do Distrito Federal.
Distrito Federal, 24 de junho de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 24 DE JUNHO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960.
RESOLVE:
DESIGNAR LUIZ APARECIDO CHAVES VIEIRA, matrícula nº. 18.154, para exercer a Função em Comissão, Simbolo FC—2, de Assessor Auxiliar do Gabinete do Secretário de Administração do Distrito Federal.
Distrito Federal, 24 de junho de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

Secretaria de Finanças

DECRETO DE 23 DE JUNHO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:
considerar dispensado, a partir de 15 de junho de 1976, em virtude de ter sido designado para outra função, o servidor FERNANDO PAULO DOS SANTOS, Escriturário, nível 10—B, matrícula nº. 3.899, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-3, de Chefe da Seção de Informações Econômico- Fiscais, da Divisão da Receita do Gama, do Departamento da Receita, da Secretaria de Finanças.
Distrito Federal, 23 de junho de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
ANDRÉ REINALDO GUIMARAES BASTOS

Secretaria de Viaçao e Obras

DECRETO DE 23 DE JUNHO DE 1976
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, do Artigo 20 da Lei nº. 3751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
Designar JOÃO ALVES PEREIRA, Matrícula nº. 15.836, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC—04, de Assistente da Divisão de Fiscalização de Obras, do Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Secretaria de Viação e Obras.
Distrito Federal, 23 de junho de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO

Secretaria de Serviços Públicos

DECRETO DE 24 DE JUNHO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar ISMAR MARTINS DA SILVA, Bombeiro Hidráulico, nível 10, matrícula nº. 14.285, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-08, de Chefe da Seção de Expediente do Departamento de Serviços Públicos da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal.
DISTRITO FEDERAL, 24 de junho de 1976
ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ GERALDO MACIEL

DECRETO DE 24 DE JUNHO DE 1976
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
Designar MIGUEL ALVES RODRIGUES, Agente Administrativo, Classe "B", Código SA-401.3, matrícula nº. 9.388, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-06, de Chefe da Seção de Transportes da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal.
DISTRITO FEDERAL, 24 de junho de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ GERALDO MACIEL

DECRETO DE 24 DE JUNHO DE 1976
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
Designar JORGE MIGUEL FILHO, Agente Administrativo, Classe "C", Código SA-401.4, matrícula nº. 16.205, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-02, de Assessor Auxiliar do Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal.
DISTRITO FEDERAL, 24 de junho de 1976
ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ GERALDO MACIEL

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMÓ

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO DISTRITO FEDERAL
ATA DA SEXAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de maio de mil novecentos e setenta e seis, às nove horas, na sala de reuniões do Palácio do Buriti, em Brasília - Distrito Federal, teve início a Sexagésima Reunião Ordinária do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, sob a presidência do Senhor Governador ELMO SEREJO FARIAS e com a presença dos Conselheiros SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO, NID DUTRA D'AMORIM, STÊNIO DE ARAUJO BASTOS, FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA e ALCEBIADES DE QUEIROZ BARATA. Esteve presente também o Secretário Executivo do Conselho, ALOYSIO DE CARVALHO SILVA. Verificada a existência de "quorum", o Senhor Presidente deu início aos trabalhos submetendo à apreciação dos Senhores Conselheiros a ATA da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foram julgados os processos constantes da Ordem do Dia: Processo nº 11.578/76, de interesse da Secretaria de Viação e Obras, trata de gabarito da projeção "A" do Setor Hoteleiro de Taguatinga. Foi relator da matéria o Conselheiro FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA. O Conselho, acolhendo o voto do relator, decidiu aprovar o gabarito, conforme o especificado a seguir: a) altura máxima de 8,0m (oito metros), a partir da cota de soleira; b) número máximo de pisos: térreo, sobreloja, e subsolo; c) pavimento térreo destinado ao comércio de apoio como: loja de revista e souvenir, restaurante, agência bancária, bar, café, salão de beleza, hidroterapia, boate, agência de turismo, aluguel de veículo e outros com a mesma finalidade de apoio ao setor; d) sobreloja optativa com área equivalente a 50% (cinquenta por cento) da área do pavimento térreo, com utilização idêntica à do pavimento térreo; e) subsolo optativo para garagem e serviços complementares de hotel, tais como: rouparia, lavanderia, despensa, depósito, arquivo, câmara frigorífica e outros de destinado semelhante. Processo nº 304.326/75, de interesse da Administração do SRIA - Guará, que trata de gabarito para o comércio local. Foi relator da matéria o Conselheiro SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO. O Conselho, acolhendo o voto do relator, decidiu estender às áreas de "comércio local" do SRIA - Guará as normas e gabarito constantes da Decisão nº 23/75 deste Conselho. Para a Área "G", a especificação é a seguinte: a) destinação: restaurante e comércio afim; b) altura máxima de 8,0m (oito metros); c) subsolo optativo e destinado a complemento de restaurante, lojas e depósito. Processo nº 6.575/76, de interesse do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, trata de modificação de projeto. O Conselho acolhendo o voto do relator, Conselheiro ALCEBIADES DE QUEIROZ BARATA, decidiu aprovar, em caráter especial, o novo projeto para o imóvel situado no Lote 2 (dois) da Quadra 15 (quinze) do Setor de Edifícios de Utilidade Pública Norte, de interesse do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O Processo nº 69.426/75, de interesse da SHIS - Sociedade de Habitações de Interesse Social Limitada, distribuído ao Conselheiro NID DUTRA D'AMORIM, teve o seu julgamento convertido em diligência à Secretaria de Viação e Obras, para informar a existência de outras construções com características idênticas no setor. E o Processo nº 55.966/74, de interesse da ENCOL S/A - Engenharia, Comércio e Indústria, que trata de acréscimo para a projeção 3 (três) da Superquadra Sul 203, distribuído ao Conselheiro SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO, que sugeriu o retorno dos autos à Secretaria de Viação e Obras, visto que a Decisão 28/76 deste Conselho definiu a utilização das coberturas de edifícios. No item PROCESSOS E ASSUNTOS GERAIS foram relatados ainda o Processo nº 76.578/73, de interesse da Construtora Villela e Carvalho Limitada, que trata de gabarito para o Setor de Armazenagem e Abastecimento. O Conselho acolhendo o voto do relator, Conselheiro NID DUTRA D'AMORIM, decidiu aprovar o parecer técnico da Secretaria de Viação e Obras, às folhas 38 (trinta e oito) e 39 (trinta e nove) do processo, devidamente rubricadas pelos demais Conselheiros, e manter as características básicas do Setor; e o Processo nº 7.083/76, de interesse de Libório de Almeida Pimpão, outros, que trata de aprovação de projeto, foi distribuído ao Conselheiro STÊNIO DE ARAUJO BASTOS. O Conselho, acolhendo o voto do relator, decidiu aprovar a ampliação da área do subsolo nos Lotes 51 (cinquenta e um) e 52 (cinquenta e dois) da quadra 15 (quinze do Setor Comercial Sul, ficando facultada a medida para os demais lotes do Setor, resguardados os aspectos jurídicos junto a Companhia Imobiliária de Brasília — TERRACAP. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, do que, para constar, eu, JOEL GUILHERME DE MEDEIROS, Secretário Administrativo do Conselho, lavrei a presente ata que depois de lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes à reunião. Brasília, 27 de maio de 1976.
Presidente: ELMO SEREJO FARIAS; Conselheiros: SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO; NID DUTRA D'AMORIM; STÊNIO DE ARAUJO BASTOS; FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA; ALCEBIADES DE QUEIROZ BARATA; Sec. Executivo: ALOYSIO DE CARVALHO SILVA; Sec. Administrativo: JOEL GUILHERME DE MEDEIROS

ÓRGÃOS VINCULADOS AO GABINETE CIVIL

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO

Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 72 DE 18 DE JUNHO DE 1976

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FISICA, ESPORTES E RECREAÇÃO, no uso da competência que lhe é atribuida pelo inciso III, do artigo 18, do Regimento deste Departamento, aprovado pelo Decreto nº. 1748, de 14 de julho de 1971, combinado com o inciso X, do artigo 2º., do Decreto nº. 1.747, da mesma data, e, tendo

em vista o que consta do Processo nº. 160.533/76;

RESOLVE:
designar JUVENAL ANTUNES PEREIRA, Advogado, matrícula nº. 120, EMYGDIO DE CARVALHO, Assessor do Diretor, matrícula nº. 162, JOSÉ CARLOS FERREIRA, Assistente Administrativo, matrícula nº. 144 e THOMPSON DE CERQUEIRA RAMOS, Auxiliar de Administração I, matricula nº. 205, para sob a presidência do primeiro, constituirem uma comissão com a finalidade de dar prosseguimento aos trabalhos de tomada de contas do responsável pelo material deste Departamento, referente aos exercícios de 1974 e 1975.

Distrito Federal, 18 de junho de 1976
PAULO ANTUNES DE SOUZA
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 73 DE 21 DE JUNHO DE 1976

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FISICA, ESPORTES E RECREAÇÃO, no uso da competência que lhe é atribuida pelo inciso III, do artigo 18, do Regimento deste Departamento, aprovado pelo Decreto nº. 1748, de 14 de julho de 1971, combinado com o inciso X do artigo 2º., do Decreto nº. 1747, da mesma data, e, tendo em vista o que consta do Processo nº. 160.524/76;

RESOLVE:
I - dispensar CASSIO POLI, matrícula nº. 190, do Emprego Permanente, símbolo EP—13, PROFESSOR DE ENSINO ESPECIALIZADO, a partir de 21 de junho de 1976, por ter sido designado para outra função;
II - designar o servidor acima mencionado para exercer na Tabela de Empregos Permanentes o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA, símbolo EP—22, a partir de 21 de junho de 1976;
III - declarar vago, a partir da mesma data, o cargo de PROFESSOR DE ENSINO ESPECIALIZADO, símbolo EP—13, da TEP.

Distrito Federal, 21 de junho de 1976
PAULO ANTUNES DE SOUZA
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 74 DE 22 DE JUNHO DE 1976
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FISICA, ESPORTES E RECREAÇÃO, no uso da competência que lhe é atribuida pelo inciso II, do artigo 2º., do Decreto nº. 1747, de 14 de julho de 1971 e de conformidade com o parágrafo único do artigo 10, do Decreto nº. 1890, de 21 de dezembro de 1971, e, tendo em vista o que consta do Processo nº. 160.562/76.
RESOLVE:
designar DILSON ARRUDA FILHO, matrícula nº. 224, para exercer o cargo de GUARDA, símbolo EP—05, da Tabela de Empregos Permanentes deste Departamento, a partir de 22 de junho de 1976.
Distrito Federal, 22 de junho de 1976
PAULO ANTUNES DE SOUZA
Diretor

SEÇÃO DO PESSOAL
ATOS DO CHEFE

SERVIDOR: ELY DE OLIVEIRA LIMA
MATRICULA: 104 - DEFER
ASSUNTO: SOLICITA SALARIO FAMILIA
DESPACHO: CONCEDO, pelo dependente, LUCIANO DE OLIVEIRA LIMA, a partir de junho/76.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 23 DE JUNHO DE 1976

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDRAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 91, inciso XXX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.978, de 14 de agosto de 1975,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos da alinea, a, do artigo 21, do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975, ANTONIO ALEXANDRE DA SILVA, Lubrificador, nível 5, matrícula nº 00121, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir, o Chefe do Posto de Abastecimento nº 1, FC-7, da Divisão de Manutenção, da Coordenação do Sistema de Transportes Internos desta Secretaria, no período de 1º a 30 de julho de 1976, em razão de se achar o titular da referida função em gozo de férias, no período citado.

Brasília, 23 de junho de 1976

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

ATA DA CENTÉSIMA NONAGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº 153/75—SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO,

Aos dez dias do mês de maio de hum mil novecentos e setenta e seis, às quatorze horas, na sala de reuniões sita no 6º andar do Edificio Brasilia, realizou-se a centésima nonagésima reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidencia do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existencia de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 540 (quinhentos e quarenta) processos referentes aos anos de 1964/66, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 9 nove) processos; considerar passiveis de microfilmagem (cincoquenta e tres) processos; considerar passíveis de eliminação 478 (quatrocentos e setenta e oito) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

Presidente: Nelson Gradil Cardoso; Secretário: Valmir Loureiro de Araújo; Membros: Massilon Ferreira dos Santos; José Tomaz; Rodolpho Lobato Pereira.

ATA DA CENTÉSIMA NONAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº 153/75-SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos onze dias do mês de maio de hum mil novecentos e setenta e seis, às oito horas, na sala de reunião, sita no 6º andar do Edifico Brasília, realizou-se a centésima nonagésima primeira reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA, após constatar a existencia de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 568 (quinhentos e sessenta e oito) processos referentes aos anos de 1965/66, cuja súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passiveis de guarda 16 (dezesseis) processos; considerar passíveis de microfilmagem 75 (setenta e cinco) processos, considerar passíveis de eliminação 477 (quatrocentos e setenta e sete) processos,. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.
Presidente Nelson Gradil Cardoso, Secretário Valmir Loureiro de Araujo; Membros: Massilon Ferreira dos Santos: José Tomaz; Rodolpho Lobato Pereira.

ATA DA CENTÉSIMA NONAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº. 153/75-SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos onze dias do mês de maio de hum mil novecentos e setenta e seis, às quatorze horas, na sala de reunião, sita no 6º. andar do Edifício Brasília, realizou- se a centésima nonagésima segunda reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 648 (seiscentos e quarenta e oito) processos referentes aos anos de 1963/66 cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 16 (dezessesis) processos; considerar passíveis de microfilmagem 93 (noventa e três) processos; considerar passíveis de eliminação 539 (quinhentos e trita e nove) processos. Nada mais constando da pauta foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.
Presidente - NELSON GRADIL CARDOSO, Secretário - VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Membros - MASSILON FERREIRA DOS SANTOS, JOSÉ TOMAZ, RODOLPHO LOBATO PEREIRA.

ATA DA CENTÉSIMA NONAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº. 153/75-SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos doze dias do mês de maio de hum mil novecentos e setenta e seis, às oito horas, na sala de reunião, sita no 6º. andar do Edificio Brasília, realizou- se a centésima nonagésima terceira reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 568 (quinhentos e sessenta e oito) processos referentes aos anos de 1965/66 cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 9 (nove) processos; considerar passíveis de microfilmagem 63 (sessenta e três) processos; considerar passíveis de eliminação 396 (trezentos e noventa e seis) processos. Nada mais constanto da pauta foi encerrada a reunião, da qual paraconstar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.
Presidente - NELSON GRADIL CARDOSO, Secretário - VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Membros - MASSILON FERREIRA DOS SANTOS, JOSÉ TOMAZ, RODOLPHO LOBATO PEREIRA.

ATA DA CENTÉSIMA NONAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº. 153/75 - SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos doze dias do mês de maio de hum mil novecentos e setenta e seis, às quatorze horas, na sala de reunião, sita no 6º. andar do Edifício Brasília, realizou -se a centésima nonagésima quarta reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOSe RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 469 (quatrocentos e sessenta e nove) processos referentes aos anos de 1965/66 cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 15 (quinze) processos; considerar passíveis de microfilmagem 49 (quarenta e nove) processos, considerar passíveis de eliminação 405 (quatrocentos e cinco) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

Presidente: Nelson Gradil Cardoso: Secretário Membros -José Tomaz, Mossilon Ferreira. Rodolpho Lobato Pereira.

ATA DA CENTÉSIMA NONAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº. 153/75 - SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos treze dias do mês de maio de hum mil novecentos e setenta e seis, às oito horas, na sala de reunião, sita no 6º. andar do Edifício Brasília, realizou -se a centésima nonagésima quinta reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 506 (quinhentos e seis) processos referentes aos anos de 1964/66, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 14 (quatorze) processos; considerar passíveis de microfilmagem 73 (setenta e três) processos; considerar passíveis de eliminação 419 (quatrocentos e dezenove) processos. Nada mais constado da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

Presidente -Nelson Gradil Cardoso, Secretário, Membros -José Tomaz Mossilon Ferreira e Rodolpho Lobato Pereira.

ATA DA CENTÉSIMA NONAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº. 153/75 - SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos treze dias do mês de maio de hum mil novecentos e setenta e seis, às quatorze horas, na sala de reunião, sita no 6º. andar do Edifício Brasília, realizou -se a centésima nonagésima sexta reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob

a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 501 (quinhentos e um) processos referentes aos anos de 1964/66, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 25 (vinte e cinco) processos; considerar passíveis de microfilmagem 65 (sessenta e cinco) processos; considerar passíveis de eliminação 411 (quatrocentos e onze) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

Presidente -Nelson Gradil Cardoso. Secretário. Membros -José Tomaz Mossilon Ferreira, Rodolpho Lobato Pereira.

ATA DA CENTÉSIMA NONAGÉSIMA SÉTIMA REUNIAO DA COMISSAO DE ELIMINAÇAO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº. 153/75 – SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETARIO DE ADMINISTRAÇAO.

Aos quatorze dias do mês de maio de hum mil novecentos e setneta e seis, às oito horas, na sala de reunião, sita no 6º. andar do Edifício Brasília, realizou -se a centésima nonagésima sétima reunião da comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 506 (quinhentos e seis) processos referentes aos anos de 1965/66, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 18 (dezoito) processos; considerar passíveis de microfilmagem 60 (sessenta) processos; considerar passíveis de eliminação 428 (quatrocentos e vinte e oito) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.
Presidente -Nelson Gradil Cardoso, Secretário, Membro -José Tomaz, Mossilon Ferreira e Rodolpho Lobato Pereira

ATA DA CENTÉSIMA NONAGÉSIMA OITAVA REUNIAO DA COMISSAO DE ELIMINAÇAO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº. 153/75 - SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETARIO DE ADMINISTRAÇAO.

Aos quatorze dias do mês de maio de hum mil novecentos e setenta e seis, às quatorze horas, na sala de reunião, sita no 6º. andar do Edifício Brasília, realizou -se a centésima nonagésima oitava reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOSe RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 458 (quatrocentos e cinquenta e oito) processos referentes aos anos de 1964/66, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guardar 31 (trinta e um) processos; considerar passíveis de microfilmagem 55 (cinquenta e cinco) processos; considerar passíveis de aliminação 372 (trezentos e setenta e dois) processos: Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

Presidente -Nelson Gradil Cardoso, Secretário, Membro -José Tomaz, Mossilon Ferreira e Rodolpho Lobato Pereira.

ATA DA CENTÉSIMA NONAGÉSIMA NONA REUNIAO DA COMISSAO DE ELIMINAÇAO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº. 153/75 - SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETARIO DE ADMINISTRAÇAO.

Os dezoito dias do mês de maio de hum mil novecentos e setenta e seis, às oito horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou -se a centésima nonagésima nona reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 477 (quatrocentos e setenta e sete) processos referente ao ano de 1966, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 34 (trinta e quatro) processos; considerar passíveis de microfilmagem 74 (setenta e quatro) processos; considerar passíveis de eliminação 369 (trezentos e sessenta e nove) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

Presidente -Nelson Gradil Cardoso, Secretário, Membros -José Tomaz, Massilon Ferreira e Rodolpho Lobato Pereira.

ATA DA DUCENTÉSIMA REUNIAO DA COMISSAO DE ELIMINAÇAO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº.: 153/75SEA, de 9/4/75, DO SENHOR SECRETARIO DE ADMINISTRAÇAO.

Aos dezoito dias do mês de maio de hum mil novecentos e setenta e seis, às quatorze horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou -se a ducentésima reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) processos referentes aos anos de 1964/66, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 42 (quarenta e dois) processos; considerar passíveis de microfilmagem 87 (oitenta e sete) processos; considerar passíveis de eliminação 336 (trezentos e trinta e seis) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

Presidente -Nelson Gradil Cardoso, Secretário, Membro -José Tomaz, Massilon Ferreira e Rodolpho Lobato Pereira.

ATA DA DUCENTÉSIMA PRIMEIRA REUNIAO DA COMISSAO DE ELIMINAÇAO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº.: 153/75-SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETARIO DE ADMINISTRAÇAO.

Aos dezenove dias do mês de maio de hum mil novecentos e setenta e seis, às oito horas, na sala de reunião, sita à Sobreloja do Edifício Seguradoras, realizou -se a ducentésima primeira reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 395 (trezentos e noventa e cinco) processos referentes ao ano de 1966, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 8 (oito) processos; considerar passíveis de microfilmagem 50 (cinquenta) processos; considerar passíveis de eliminacão 337 (trezentos e trinta e sete) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.
Presidente - NELSON GRADIL CARDOSO, Secretário - VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Membros - MASSILON FERREIRA DOS SANTOS, JOSÉ TOMAZ, RODOLPHO LOBATO PEREIRA.

ATA DA DUCENTÉSIMA SEGUNDA REUNIAO DA COMISSAO DE ELIMINAÇAO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº.: 153/75 - SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETARIO DE ADMINISTRAÇAO.

Aos dezenove dias do mês de maio de hum mil novecentos e setenta e seis, às quatorze horas, na sala de reunião, sita à Sobreloja do Edifício Seguradoras, realizou -se a ducentésima segunda reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 314 (trezentos e quatorze) processos referentes ao ano de 1966, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 12 (doze) processos; considera passíveis de microfilmagem 52 (cinquenta e dois) processos; considerar passíveis de eliminação 250 (duzentos e cinquenta) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súm que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.
Presidente - NELSON GRADIL CARDOSO, Secretário - VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Membros - JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS E ROLPHO LOBATO PEREIRA.

ATA DA DUCENTÉSIMA TERCEIRA REUNIAO DA COMISSAO DE ELIMINAÇAO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº.: 153/75 - SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETARIO DE ADMINISTRAÇAO.

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de hum mil novecentos e setenta e seis, às oito horas, na sala de reunião, sita à Sobreloja do Edifício Seguradoras, realizou -se a ducentésima terceira reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 324 (trezentos e vinte e quatro) processos referentes aos anos de 1964/66, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 9 (nove) processos; considerar passíveis de microfilmagem 34 (trinta e quatro) processos; considerar passíveis de eliminação 281 (duzentos e oitenta e um) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.
Presidente - NELSON GRADIL CARDOSO, Secretário - VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Membros - JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS E RODOLPHO LOBATO PEREIRA.

ATA DA DUCENTÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº. 153/75-SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos vinte e oito dias do mês de maio de hum mil novecentos e setenta e seis, às oito horas, na sala de reunião, sita à Sobreloja do Edifício Seguradoras, realizou -se a ducentésima quarta reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 490 (quatrocentos e noventa) processos referentes ao ano de 1966, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 24 (vinte e quatro) processos; considerar passíveis de microfilmagem 69 (sessenta e nove) processos; considerar passíveis de eliminação 397 (trezentos e noventa e sete) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.
Presidente - NELSON GRADIL CARDOSO, Secretário - VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Membros - JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS E RODOLPHO LOBATO PEREIRA.

ATA DA DUCENTÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA N.º 153/75 - SEA de 9/4/75. DO SENHOR SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos vinte e oito dias do mês de maio de hum mil novecentos e setenta e seis, às quatorze horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou-se a ducentésima quinta reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 470 (quatrocentos e sete , processos referente ao ano de 1966, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 11 (onze) processos; considerar passíveis microfilmagem 59 (cinquenta e nove) processos; considerar passíveis de eliminação 400 (quatrocentos) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

Presidente - NELSON GRADIL CARDOSO, Secretário - VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Membros - JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS E RODOLPHO LOBATO PEREIRA.

ATA DA DUCENTÉSIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA N.º 153/75SEA, DE 9 4 75: DO SENHOR SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos trinta e um dias do mês de maio de hum mil novecentos e setenta e seis, às oito horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou-se a ducentésima sexta reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO: presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do

dia foram examinados e julgados 469 (quatrocentos e sessenta e nove) processos referentes aos anos de 1965/66, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 37 (trinta e sete) processos; considerar passíveis de microfilmagem 82 (oitenta e dois) processos; considerar passíveis de eliminação 350 (trezentos e cinquenta) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.
Presidente - NELSON GRADIL CARDOSO, Secretário - VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Membros - MASSILON FERREIRA DOS SANTOS, JOSÉ TOMAZ, RODOLPHO LOBATO PEREIRA.

ATA DA DUCENTÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA N.º 153/75SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos trinta e um dias do mês de maio de hum mil novecentos e setenta e seis, às quatorze horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou-se a ducentésima sétima reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emenda, das Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 466 (qatrocentos e sessenta e seis) processos referentes aos anos de 1964/66, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 38 (trinta e oito) processos; considerar passíveis de microfilmagem 56 (cinquenta e seis) processos; considerar passíveis de eliminação 372 (trezentos e setenta e dois) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e repsectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.
Presidente - NELSON GRADIL CARDOSO, Secretário — VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Membros - MASSILON FERREIRA DOS SANTOS, JOS TOMAZ, RODOLPHO LOBATO PEREIRA.

ATA DA DUCENTÉSIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA N.º 153/75 -SEA DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

Ao primeiro dia do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, às oito horas, na sala de reunião sita à Sobre Loja do Edificio Seguradoras, realizou-se a ducentésima oitava reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 486 (quatrocentos e oitenta e seis), processos referentes aos anos de 1964/66, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada; considerar passíveis de guarda 30 processos; considerar passíveis de microfilmagem 34 (trinta e quatro) processos; considerar passíveis de eliminação 422 (quatrocentos e vinte e dois) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

Presidente: Nelson Gradil Cardoso. Membros: José Tomaz, Massilon Fereira dos Santos e Rodolpho Lobato Pereira.

Presidente - NELSON GRADIL CARDOSO, Secretário - VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Membros - JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS E RODOLPHO LOBATO PEREIRA.

ATA DA DUCENTÉSIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA N.º 153/75 -SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos dois dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e seis, âs oito horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edificio Seguradoras, realizou- se a ducentésima nona reunião da Comissão de Eliminação de Documentos sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSE THOMAS, MASSILON PEREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 536 (quinhentos e trinta e seis) processos referentes aos anos de 1965/66, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passiveis de guarda 21(vinte e um) processos; considerar passiveis de microfilmagem 67 (sessenta e sete) processos; considerar passiveis de liminação 448 (quatrocentos e quarenta e oito) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

Presidente: Nelson Gradiel Cardoso. Membros: José Tomaz, Massilon Ferreira dos Santos e Rodolpho Lobato Pereira.

ATA DA DUCENTÉSIMA DÉCIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº 153/75 -SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO,

Aos dois dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, às quatorze horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do EdifícioSeguradoras, realizou-se a ducentésima décima reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 461 (quatrocentos e sessenta e um) processos referentes ao ano de 1966) cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 9 (nove) processos; considerar passíveis de microfilmagem 42 (cinquenta e dois) processos; considerar passíveis de eliminação 400 (quatrocentos), processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

Presidente: NELSON GRADIL CARDOSO. Secretário: VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO: Membros: JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA

ATA DA DUCENTÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº 153/75– SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO,

Aos três dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, às oito horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizouse a ducentésima décima primeira reunião da Comissão de Eliminação de Documentos. sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 469 (Quatrocentos e sessenta e nove) processos referente ao ano de 1966, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 27 (vinte e sete) processos; considerar passíveis de microfilmagem 91 (noventa e um) processos; considerar passíveis de eliminação 351 (trezentos e cinquenta e um) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula. que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas. Presidente: NELSON GRADIL CARDOSO: Secretário: VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO. Membros: JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA.

ATA DA DUCENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº 153/75– SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos três dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, às quatorze horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou-se a ducentésima décima segunda reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 468 (quatrocentos e sessenta e oito) processos referentes aos anos de 65/66 cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada, Considerar passíveis de guarda 32 (trinta e dois) processos; considerar passíveis de microfilmagem 62 (sessenta e dois) processos; considerar passíveis de eliminação 374 (trezentos e setenta e quatro) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

Presidente: NELSON GRADIL CARDOSO, Secretário: VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO: Membros: JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e ROLDOLPHO LOBATO PEREIRA.

ATA DA DUCENTÉSIMA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº 153/75– SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos três dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, às dezesseis horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou-se a ducentésima décima terceira reunião da Comissão de eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 540 (quinhentos e quarenta) processos referentes aos anos de 1965/67, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 14 (quatorze) processos; considerar passíveis de microfilmagem 63 (sessenta e três) processos. considerar passíveis de eliminação 463 (quatrocentos e sessenta e três) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

Presidente: NELSON GRADIL CARDOSO, Secretário: VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO: Membros: JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA.

ATA DA DUCENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº 153/75– SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos quatro dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, às oito horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou-se a ducentésima décima quarta reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 461 (quatrocentos e sessenta e um) Processos referente ao ano de 1966, cuja Súmula respectiva, e a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 24 (vinte e quatro) processos: considerar passíveis de microfilmagem 48 (quarenta e oito) processos: considerar passíveis de eliminação 389(trezentos e oitenta e nove) processo. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respctiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

Presidente: NELSON GRADIL CARDOSO, Secretário: VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO; Membros: JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e ROLDOLPHO LOBATO PEREIRA.

ATA DA DUCENTÉSIMA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº 153/75– SEA, de 9/4/75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos quatro dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, às dez horas, na sala de reunião, sita à Sobre loja do Edifício Seguradoras, realizouse a ducentésima décima quinta reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 457 (quatrocentos e cinquenta e sete) processos referente ao ano de 1966, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 16 (dezesseis) processos; considerar passíveis de microfilmagem 45 (quarenta e cinco) processos; considerar passíveis de eliminação 396 (trezentos e noventa e seis) processos. Nada mais constando da pauta foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

Presidente: Nelson Gradil Cardoso; Secretário: Valmir Loureiro de Araújo; Membros: José Tomaz, Massilon Ferreira dos Santos e Rodolpho Lobato Pereira.

ATA DA DUCENTÉSIMA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº. 153/75– SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos quatro dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, às quatorze horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou- se a ducentésima décima sexta reunião da Comissão de Eliminação de Documentos,

sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reuniaõ anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 623 (seiscentos e vinte e três) processos referentes aos anos de 1961, 66 cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passiveis de guarda 15 (quinze) processos; considerar passíveis de microfilmagem 94 (noventa e quatro) processos; considerar passiveis de eliminação 514 (quinhentos e quatroze) processos. Nada mais constantoda pauta, foi encerrada a reunião da qual para consta eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

ATA DA DUCENTESIMA DECIMA SETIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUTIDA PELA PORTARIA N° 153/75-SEA DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos sete dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, às oito horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou-se a ducentésima décima sétima reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidênci do senhor NELSON GRADIL CARDSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS E RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinadas e julgados 495 (quatrocentos e noventa e cinco processos rederar passíveis de guarda 25 (vinte e cinco) processos; considerar passíveis de microfilmagem 70 (setenta) processos; considerar passíveis de eliminação 400 (quatrocentos) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO Secretário lavreia presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.
Presidente - NELSON GRADIL CARDOSO, Secretário - VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Membros - JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS E RODOLPHO LOBATO PEREIRA.

ATA DA DUCENTÉSIMA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA N°. 153/75-SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos sete dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, às quatorze horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou-se a ducentésima décima oitava reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e apvoação sem emendas da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 517 (quinhentos e dezessete) processos referente ao ano de 1966, cuja Súmula respectiva. é a seguir relatada: considerar passiveis de aurda 33 (trinta e três) processos; considerar passíveis de microfilmagem 76 (setenta e seis) processos; considerar passiveis de eliminação 408 (quatrocentos e oito) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.
Presidente - Secretário Membros - Ilegíveis

ATA DA DUCENTÉSIMA DÉCIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA N°. 153/75-SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos oito dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, às oito horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou-se a ducentésima décima nona reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 470 (quatrocentos e setenta) processos referentes aos anos de 1963/66, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 70 (setenta) processos; considerar passíveis de microfilmagem 79 (setenta e nove) processos; considerar passíveis de eliminação 321 (trezentos e vinte e um) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.
Presidente - NELSON GRADIL CARDOSO, Secretário - VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Membros - JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS E RODOLPHO LOBATO PEREIRA.

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 23 DE JUNHO DE 1976

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, Substituto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 81, item XII, do Regimento aprovado pelo Decreto n° 2.863, de 21 de março de 1975 e tendo em vista o disposto na alínea "a", do artigo 21, do Decreto n° 2.951, de 22 de julho de 1975,
RESOLVE:
designar VERA LUCIA NOGUEIRA, Atendente, nível 09, matrícula n° 10.237, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir a Chefe da Seção de Preparo do Pagamento, da Divisão de Liquidação, do Departamento da Despesa, desta Secretaria, em virtude de o respectivo titular, como substituto automático, estar exercendo a Função de Diretor da mesma Divisão, no período de 05 de julho a 03 de agosto do corrente ano, por motivo de férias regulamentares.
DISTRITO FEDERAL, 23 de junho de 1976
ANDRÉ REINALDO GUIMARÃES BASTOS

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇÃO DO PESSOAL

Atos do Chefe

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 DE JUNHO DE 1976
O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea do Dec. "N" n° 428, de 28.07.65.
RESOLVE:
MANDAR, a partir desta data, o servidor ANTONIO ALVES DE MOURA, Aux. Téc. de Administração II, EP—16, Mat. 00.026-CLT, da Tabela de Empregos Permanentes da Administração das Unidades Desportivas do Distrito Federal - AUD, ter exercício na Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial desta Secretaria.
RAIMUNDO RODRIGUES COSTA
Chefe da Seção de Pessoal-DAG-/

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE JUNHO DE 1976

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a" do Dec. "N" 428, de 28.07.65.

RESOLVE:

MANDAR, a partir desta data a servidora ZARIFE HAMU, Professora do Ensino Elementar, nível 13-B, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício no Departamento da Receita desta Secretaria.
RAIMUNDO RODRIGUES COSTA
Chefe da Seção de Pessoal -DAG-SEF

DEPARTAMENTO DA RECEITA

Atos do Diretor

PROCESSO N.°: 033.736/75
INTERESSADO: FRANCISCO SANTANA MACHADO

Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69-SEF e tendo em vista o Parecer da Divisão de Tributação deste Departamento, RECONHEÇO A ISENÇÃO, em favor de FRANCISCO SANTANA MACHADO, quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, relativa ao exercício de 1976, incidente sobre o imóvel localizado na SQS 107, Bloco "F", Apartamento n.° 604, de acordo com o disposto nos artigos 33, III, 34 e 36 do Decreto n.° 3.113, de 30.12.75 e artigo 1.° da Lei n.° 5.755, de 03.12.71.
Publique-se, cientifique-se ao interessado e encaminhe-se à Divisão de Cadastro e Informações Econômico-Fiscais, para as devidas anotações e providências.
BRASILIA, 18 de junho de 1976
BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA Diretor

PROCESSO N.°: 033.788/75
INTERESSADO: JOÃO DE JESUS

Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69-SEF e tendo em vista o Parecer da Divisão de Tributação deste Departamento, RECONHEÇO A ISENÇÃO, em favor de JOÃO DE JESUS, quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, relativo ao exercício de 1976, incidente sobre oimóvel localizado no SRIA QI 10, Conjunto "R", Casa n.° 35, de acordo com o disposto no Artigo 1.°, da Lei n.° 5.755, de 03.12.71.
Publique-se, cientifique-se ao interessado e encaminhe-se à Divisão de Cadastro e Informações Econômico-Fiscais, para as devidas anotações e providências.
BRASILIA, 18 de junho de 1976
BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

PROCESSO N.°: 032.843/75
INTERESSAO: JOSÉ PIMENTA DE GODOY

Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69-SEF e tendo em vista o Parecer da Divisão de Tributação deste Departamento, RECONHEÇO A ISENÇÃO, em favor de JOSÉ PIMENTA DE GODOY, quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, relativa ao exercício de 1976, incidente sobre oimóvel localizado no SHCG/NORTE, QUADRA 711, BLOCO "C", CASA N.° 46, de acordo com o disposto nos artigos 33, III, 34 e 36 do Decreto n.° 3.113, de 30 de dezembro de 1975 e artigo 1.° da Lei n.° 5.755, de 03.12.71.
Publique-se, cientifique-se ao interessado e encaminhe-se à Divisão de Cadastro e Informações Econômico-Fiscais, para as devidas anotações e providências.

BRASILIA, 18 de junho de 1976

BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

PROCESSO N°: 051.107/76
INTERESSADO: SEBASTIÃO DE SOUZA MARTINS

Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69- SEF e tendo em vista o Parecer da Divisão de Tributação deste Departamento, RECONHEÇO A ISENÇÃO, em favor de SEBASTIÃO DE SOUZA MARTINS, quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, relativa ao exercício de 1976, incidente sobre o imóvel localizado na SQS 305, Bloco "G", Apartamento n° 202, de acordo com o disposto no art. 1°, da Lei n° 5 755/71 e artigos 33, III, 34, 35 e 36 doDecreto n° 3 113/75.
Publique-se, cientifique-se ao interessado e encaminhe-se à Divisão de Cadastro e Informações Econômico- Fiscais, para as devidas anotações e providências.
Brasília, 18 de junho de 1976
BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

PROCESSO N°: 003.091/76
INTERESSADO: ODORICO GOMES CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE

Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69—SEF e tendo em vista o Parecer da Divisão de Tributação deste Departamento, RECONHEÇO A ISENÇÃO, em favor de ODORICO GOMES CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE, quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, incidente sobre o imóvel localizado no SHCE 407. Projeção, 05, Apartamento n° 101, de acordo com o disposto no art. 1°, da Lei n° 5 755/71 e artigos 33, III, 34, 35 e 36 do Decreto 3113/75.
Publique-se, cientifique-se ao interessado e encaminhe-se à Divisão de Cadastro e Informações Econômico - Fiscais, para as devidas anotações e providências.
Brasília, 18 de junho de 1976
BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

PROCESSO N°: 051/76
INTERESSADO: CHISTIANO IGNÁCIO DA COSTA FILHO

Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69—SEF e tendo em vista o Parecer da Divisão de Tributação deste Departamento, RECONHEÇO A ISENÇÃO, em nome de CHISTIANO IGNÁCIO DA COSTA FILHO, quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, relativo ao exercício de 1976, incidente sobre o imóvel localizado a SQN 404 - Bloco 24 - D, APARTAMENTO N° 301, de acordo com o disposto no art. 1°, da Lei n° 5.755/71.
Publique-se, cientifique-se ao interessado e encaminhe-se à Divisão de Cadastro e Informações Econômico-Fiscais, para as devidas anotações e providências.
Brasília, 18 de junho de 1976
BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS

RECURSO VOLUNTÁRIO N°. 438/74

Recorrente: FRANCISCO MAGALHÃES DE SOUZA
Recorrido: DEPARTAMENTO DA RECEITA
Relator: JUIZ WALTER BASNIAKI LINHARES

ACÓRDÃO N°. 95/76 (1.492)

EMENTA: — EMISSÃO DE DOCUMENTO FISCAL IRREGULAR A emissão de documentos fiscais, sem as indicações previstas no Regulamento do ICM sujeita o infrator à multa prevista no inciso II, do art. 73, do Decreto n°. 1697/71.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário n°. 438/74, em que é Recorrente Francisco Magalhães de Souza. Recorrido Departamento da

Receita, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para lhe dar provimento parcial, nos termos das notas taquigráficas. Ausente à votação o Juiz Newton Egydio Rossi.
Sala das Sessões-Brasília-DF., em 15 de junho de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
NELSON FERNANDES EUSTAQUIO
Redator Ad hoc

RECURSO VOLUNTARIO N°. 476/74

Recorrente: MARIA HELENA ALVES
Recorrido: DEPARTAMENTO DA RECEITA
Relator: JUIZ WALTER BASNIAKI LINHARES

ACÓRDÃO N°. 96/76 (1.493)

EMENTA: — RECURSO — RAZÕES DE DEFESA- PROCEDÊNCIA — RÉPLICA — Reconhecida pela fiscalização a procedência das alegações de defesa, ainda que apresentadas somente na fase recursal, impõe-se o provimento do recurso, tempestivamente interposto.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário n°. 476/74, em que é Recorrente Maria Helena Alves, Recorrido Departamento da Receita, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para dar provimento parcial, nos termos das notas taquigráficas.
Sala das Sessões-Brasília-DF., em 15 de junho de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
NELSON FERNANDES EUSTAQUIO
Redator Ad hoc

Recurso Voluntário n°. 103/76

Recorrente: MARIA DO SOCORRO BEZERRA
Recorrido: SERVIÇO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

Maria do Socorro Bezerra, irresignada com a sentença de primeira instância prolatada no processo n°. 140.422/76, pertinente ao auto de infração n°. 4.861/76, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 25 de maio de 1976 (Registro do Protocolo Geral de fls. 10).

Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 6 de maio de 1976 (Recibo de fls. 9 e declaração de fls. 16), a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei n°. 4.191/62, combinado com arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Distribua-se e Publique-se.
Brasília, 11 de junho de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

RECURSO VOLUNTARIO N°. 28/75
Recorrente: SEBASTIÃO GOMES DA SILVA
Recorrido: DEPARTAMENTO DA RECEITA
Relator: JUIZ ADOLFO DIAS LOPES

ACÓRDÃO N°. 89/76 (1.468)

EMENTA: — DILIGÊNCIA — PRESCINDIBILIDADE — A Promoção de diligência à instância "a quo" não decorre de imperativo legal, mas em razão de conveniência do Juiz da busca das informações necessárias à sua convicção.

PROVA MATERIAL — NÃO RECEBIMENTO DE MERCADORIAS — Impõem-se o provimento do recurso quando a prova material apresentada, em segunda instância, é inequívoca e suficiente para demonstrar o cancelamento de Nota Fiscal em virtude do não recebimento das mercadorias pelo sujeito passivo.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário n°. 28/75, em que é Recorrente Sebastião Gomes da Silva, Recorrido Departamento da Receita, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à maioria, rejeitar a preliminar de conversão do julgamento em diligência e, à unanimidade, conhecer do recurso para lhe dar provimento, nos termos das nota taquigraficas. Foi voto vencido, na preliminar o do Juiz Suplente Ubaldo Ataíde Cavalcante.
Sala das Sessões-Brasília-DF., em 10 de junho de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
ADOLFO DIAS LOPES
Redator

RECURSO VOLUNTARIO N°. 195/75

Recorrente: FRANCISCO FERREIRA VIANA
Recorrido: DEPARTAMENTO DA RECEITA
Relator: JUIZ WALTER BASNIAKI LINHARES

ACÓRDÃO N°. 90/76 (1.487)

EMENTA: — IPTU — OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA — ALIQUOTA 0,25% - Somente a declaração de residência, feita nos termos e prazo estabelecidos no Decreto 2.802/74, poderá conferir ao proprietário ocupante de imóvel, os benefícios previstos no art. 19, IV, do Decreto-lei n°. 82/66.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário n°. 195/75, em que é Recorrente Francisco Ferreira Viana, Recorrido Departamento da Receita, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Declarou-se impedido de discutir e votar o Juiz Ubaldo Ataíde Cavalcante.
Sala das Sessões-Brasília-DF., em 10 de junho de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente Ad hoc
NELSON FERNANDES EUSTAQUIO
Redator

RECURSO VOLUNTARIO N$°. 194/75

Recorrente: ECISA — ENGENHARIA, COMERCIO E INDUSTRIA S/A.
Recorrido: DEPARTAMENTO DA RECEITA
Relator: JUIZ NEWTON EGYDIO ROSSI

ACÓRDÃO N°. 91/76 (1.488)

EMENTA: — DILIGÊNCIA — DESCABIMENTO — Incabível a promoção de diligência para aferir a data efetiva em que se deu a comunicação por via postal do sujeito passivo do lançamento de IPTU, em face do que dispõe o art. 10 e seu parágrafo 1°., do Decreto 2.802/74.
INTEMPESTIVIDADE — RECLAMAÇÃO — Se apresentada a destempo, em Primeira Instância, do seu mérito não pode a autoridade administrativa conhecer, face à perempção do direito de reclamar.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário n°. 194/75, em que é Recorrente ECISA — ENGENHARIA, COMERCIO E INDUSTRIA S/A., Recorrido Departamento da Receita, acorda a Junta de Recursos Fiscais, preliminarmente, à maioria, rejeitar a arguição de conversão do julgamento em diligência, face ao que dispõe o art. 10, do Decreto n°. 2.802/74, e à unanimidade, conhecer do recurso para lhe negar provimento. Tudo nos termos das notas taquigráficas. Foi voto vencido, na preliminar, o do Juiz Newton Egydio Rossi. Ausente à votação o Juiz Nelson Fernandes Eustaquio.
Sala das Sessões-Brasília-DF., em 10 de junho de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
NEWTON EGYDIO ROSSI
Redator

RECURSO "EX OFFICIO" N°. 003/75

Recorrente: DEPARTAMENTO DA RECEITA
Recorrido: OLNEY ARAUJO DUTRA
Relator: JUIZ UBALDO ATAIDE CAVALCANTE

ACÓRDÃO N°. 94/76 (1.491)

EMENTA: — IMPOSTO DE TRANSMISSÃO — "BIS IN IDEM" — REVISÃO DO LANÇAMENTO - Constatado que as benfeitorias, objeto do Imposto de Transmissão, tenham sido, anteriormente, tributadas ao mesmo sujeito passivo da obrigação tributária, impõe-se a revisão do lançamento, excluindo-se do valor tributável o correspondente àquelas benfeitorias.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso "ex officio" n°. 003/75, em que é Recorrente Departamento da Receita, Recorrido Olney Araujo Dutra, acorda a Junta de Recurso Fiscais, à unanimidade, conhecer so recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas.
Sala das Sessões-Brasília-DF., em 15 de junho de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR
Redator Ad hoc

Recurso Voluntário n°. 57/76
Recorrente: Walce Mattos da Silva
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Relator: Juiz João Bispo dos Santos Junior
ACORDÃO N°. 83/76—(1 480)
EMENTA: REPRESENTAÇÃO DIANTE DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS — A parte somente poderá se fazer representar diante da Junta de Recursos Fiscais mediante advogado portador de procuração (art. 81 do Regimento Interno).
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário n°. 57/76, em que é Recorrente Walce Mattos da Silva, Recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, não conhecer do recurso nos termos das notas taquigráficas.
Sala das Sessões-Brasília-DF, em 03 de junho de 1976.
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR
Redator

Recurso Voluntário n° 61/76
Recorrente: Diva Therezinha Guimarães Campos
Recorrida: Secretaria de Viação e Obras
Relator: Juiz Newton Egydio Rossi
ACORDÃO N° 93/76 (1.490)
EMENTA — ESTACIONAMENTO EM ÁREAS GRAMADAS DE LOGRADOUROS PÚBLICOS — A prática de estacionamento de veículo em área gramada de logradouro público, constitui infração tipificada na alínea "c" do art. 302, do Código de Edificações em Brasília, aprovado pelo Decreto "N" n° 596/67, com a nova redação dada pelo Decreto n° 1.439/70.
CONFISSÃO — Configurada a infração e confessada sua autoria, meras alegações sobre fatos circunstanciais, não ilidem a ação fiscal regularmente instaurada.
MULTA — ANTECEDENTES — Na fixação da multa, baseada no salário mínimo, deve-se considerar a inexistencia de antecedntes.
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntario n° 61/76, em que é Recorrente Diva Therezinha Guimarães Campos, Recorrida Secretaria de Viação e Obras, acorda a junta de Recursos Fiscais, á unanimidade conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigraficas.
Sala das Sessões-Brasilia-DF., em 10 de junho de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
NEWTON EGYDIO ROSSI
Redator

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE PESSOAL
ATOS DO CHEFE

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE MAIO DE 1976
O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço n°. 28, de 17/09/75, letra "C", item , e tendo em vista o que consta do processo n°. 49332/76— FEDF,
RESOLVE:

Elogiar MARIA DE LOURDES SARAIVA DE OLIVEIRA BONA, Professora de Ensino de 1° e 2° Graus, Classe "C", inscrição n°. 84.052, pela colaboração prestada ao Comando Militar do Planalto e 11° Região Militar, na divulgação e execução do Concurso Serviço Militar/75.

Distrito Federal 31 de maio de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE MAIO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, n°. 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que 'consta do processo n°. 49416/76 - FEDF

RESOLVE:

Designar MARIA INEZ TORCANI, Professora de Ensino de 1°. e 2°. Graus, Classe "C", inscrição n°. 82.031, para responder pela Direção do Complexo Escolar "D", de Taguatinga, durante o período de 05 a 14.04.76 e de 22.04.76 a 21.05.76
Distrito Federal, 31 de maio de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE JUNHO DE 1976
O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇAO DA FEDF, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço n°. 28, de 17/09/75, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo n°. 50613/76 — FEDF,

RESOLVE:

Designar MASAYA KONDO, Professor do Ensino Médio, Classe "D", inscrição n°. 85.803, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—08, de Assessor - Auxiliar, da Divisão de Ensino, do Departamento de Ensino de 2°. Grau, da DGP/FEDF., a partir de 18.05.76.
Distrito Federal, 11 de junho de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração.

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE JUNHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇAO DA FEDF, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, n°. 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo n°. 50185/76 - FEDF,

RESOLVE:

Retificar os termos da Ordem de Serviço de 24 de maio de 1976, que designou NAIDE DOS SANTOS GOMES, Assistente de Administração, inscrição n°. 97.278, para substituir nos impedimentos eventuais, o Chefe do Setor Regional de Pessoal, da Divisão de Pessoal, do Departamento Administrativo, da DGA/FEDF.
Onde se lê: do Departamento Administrativo, da DGA/FEDF
Leia - se: do Departamento Administrativo, da DGA/FEDF, a contar de 17.05.76.

Distrito Federal, 11 de junho de 1976

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração.

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE MAIO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇAO DA FEDF., no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, n°. 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo n°. 50112/76 — FEDF,

RESOLVE:
Designar FRANCISCO RODRIGUES DE CARVALHO, Assistente de Admins. inscrição n°. 83.359, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—10, de Chefe de Setor de Audiovisual, do Colégio do Gama, do DE-2°., Grau, da DGP/FEDF.
Distrito Federal, 31 de maio de 1976

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE MAIO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE AD-

MINISTRAÇAO DA FEDF., no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, n°. 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo n°. 50112/76 — FEDF,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, JOSÉ VITÓRIO DA SILVA, Professor de Ensino de 1°. e 2°. Graus, Classe "C", inscrição n°. 85.048, do Emprego em Comissão, símbolo EC—10, de Chefe de Setor de Audiovisual do Colégio do Gama, do DE-2°. Grau, da DGP/FEDF.

Distrito Federal, 31 de maio de 1976

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração.

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE MAIO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇAO DA FEDF., no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço n°. 28, de 17/09/75, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo n°. 49625/76 - FEDF,

RESOLVE:

Designar MARIA DAS GRAÇAS DIAS DE FREITAS, Professora de Ensino de 1°. e 2°., Graus, Classe "C", inscrição n°. 82.858, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC-10 Diretor da Escola Classe, Rural ou Jardim de Infância de mais de 18 classes, do DE- 1°. Grau, da DGP/FEDF.

Distrito Federal, 31 de maio de 1976

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração.

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE MAIO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço n.° 28, de 17/09/75, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo n.° 49827/76— FEDF

RESOLVE:

Designar ODETE ANDRÉ DA FONSECA, Professora de Ensino de 1° e 2° Graus, Classe "E", inscrição n° 80.641, para responder, pela Direção da Escola Classe n° 03, de Taguatinga, no periodo de 03.05.76 a 28.05.76.

Distrito Federal, 31 de maio de 1976

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 1.° DE JUNHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Designar MARIA DE LOURDES SEIXAS PRATA, Professora do Ensino Médio, MG1.01.19, matrícula 4212, do Quadro Permanente de Pessoal do DF, no exercício do Emprego em Comissão, símbolo EC-02, de Diretor do DE —3.° Grau da DGP, para, sem prejuízo de suas funções, coordenar o Programa de Recrutamento, Seleção e Capacitação de Recursos Humanos da Diretoria Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Distrito Federal, 1.° de junho de 1976

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

WALTER JOSÉ DE MOURA
Chefe da Divisão de Pessoal

ORDEM DE SERVIÇO DE 07 DE JUNHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço n.° 28, de 17/09/75, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo n.° 50248/76— FEDF:

RESOLVE:

Designar ROSEVI BATISTA BENN, Professora de Ensino de 1.° e 2.° Graus, Classe "A", inscrição n.° 80.211, para substituir nos impedimentos eventuais, o Chefe da Divisão de Material, do Departamento de Material e Patrimônio, da DGF/FEDF.

Distrito Federal, 07 de junho de 1976

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE MAIO DE 1976
O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, n°. 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo n°. 50023/76—FEDF,

RESOLVE:

ÁDesignar MANOEL MIRANDA DE OLIVEIRA, Assistente de Administração, inscrição n°. 96.285, para substituir nos impedimentos eventuais, o Chefe da Seção de Controle de Material, do Dpartamento de Material e Patrimônio, da DGP/FEDF,
Distrito Federal, 31 de maio de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE MAIO DE 1976
O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço n°. 28, de 17/09/75, letra "E", item 1, e tendo em vista o que consta do processo n°. 49.768/76-FEDF,

RESOLVE:

Designar MARIETA AMARAL DE BRITO, Professora do Esnino Elementar, nível 13—B, matricula n°. 3352, do Quadro Provisório de Pessoal do DF., para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC—11, de Diretor de Escola Classe, Rural ou jardim de Infância de 04a 18 classes, do DE-1°. Grau, da DGP/FEDF

Distrito Federal , 31 de maio de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE MAIO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delebação de competência conferida pela Instrução de Serviço n°. 28, de 17/09/75, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do proceiso n°. 49.870/76-FEDF.

RESOLVE:

Designar MARLENE FERREIRA ARAUJO, Enfermeira, nível 20—B, matrícula n°. 5386, do quadro Provisório de Pessoal do D.F., para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—08, de Chefe da Seção de Assistência Escolar, da Divisão de Ensino do DE—2°. Grau, da GP/FEDF, a partir de 06.05.76.
Distrito Federal, 31 de maio de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE MAIO DE 1976
O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, n° 28, letra "e" item 1, e tendo em vista o que consta do processo n° 49856/76— FEDF,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, AMELIO AGOSTINI, do Emprego em Comissão, símbolo EC—04, de Diretor de Centro de Ensino Médio Ave Branca, do Departamento de Ensino de 2° Grau, da DGP/FEDF, a partir de 11.05.76.
Distrito Federal, 31 de maio de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administraçãao

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE JUNHO DE 1976.

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competencia conferida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, n° 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo n° 49639/76-FEDF,

RESOLVE:

Designar ISANETE DAS GRAÇAS LOPES JARDIM GUSMÃO, Professora de Ensino Elementar, Classe "B", inscrição n° 81.079, para responder pela direção da Escola Classe, Rural ou Jardim de Infância de mais de 18 classes, do DE - 1° Grau, da DGP/FEDF, simbolo EC- 10, durante o período de 22/04/76 a 20/06/76.

Distrito Federal, 11 de junho de 1976

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE JUNHO DE 1976.

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço n° 28, de 17/09/75, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo n° 49948/76-FEDF,

RESOLVE:

Designar ADHEMAR RIBEIRO DUTRA, Agente Administrativo, Classe "D", Código SA- 401.5, matrícula 8853, do Quadro de Pessoal do DF., para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC- 10, de Chefe de Setor de Zeladoria, do Centro de Ensino Médio Ave Branca, do DE- 2° Grau, da DGP/FEDF,

Distrito Federal, 11 de junho de 1976.

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE JUNHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competencia conferida pela Instrução de Serviço n° 28, de 17/09/75, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo n° 49948/76 - FEDF.
RESOLVE:

dispensar ADHEMAR RIBEIRO DUTRA, Agente Administrativo, Classe "D", Código SA- 401. 5, matrícula 8853, do Quadro de Pessoal do DF., do Emprego em Comissão, símbolo EC - 10, de Chefe de Setor de Zeladoria do Colégio de Taguatinga Norte, do DE - 2° Grau, da DGP/FEDF, em virtude de estar sendo designado para exercer outro emprego em comissão.

Distrito Federal, 11 de junho de 1976.

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração.

ORDEM DE SERVIÇO DE 28 DE MAIO DE 1976
O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, n° 28, letra 'e", e item 1, e tendo em vista o que consta do processo n° 50441/76— FEDF,

RESOLVE:

Designar JOSÉ ROBERTO SILVA DE DOMENICO, Chefe da Divisão Técnica do DAEI, da DGA/FEDF, símbolo EC—05, para substituir nos impedimentos eventuais, o Diretor do Departamento de Arquitetura Engenharia e Indústria, da DGA/-FEDF,
Distrito Federal, 28 de maio de 1976.
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE MAIO DE 1976.
O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, n° 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo n° 49856/76— FEDF,

RESOLVE:

Designar AMELIO AGOSTINI, Professor, de Ensino de 1° e 2°, Graus, Classe "C", inscrição n° 97 522, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—04, de Diretor do Centro de Ensino Médio Ave Branca, do Departamento de Ensino de 2° Graus, da DGP/FEDF, a partir de 11.05.76.
Distrito Federal, 31 de maio de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE MAIO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇAO DA FEDF., no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço n°. 28, de 17/09/75, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do Processo n°. 49085/76 - FEDF,

RESOLVE:

Validar os atos praticados pela servidora LAURA DE SOUZA SANTOS, Professora de Ensino de 1°. e 2°. Graus, Classe "C", inscrição n°. 89.772, durante o período de 15/12/75 a 14/04/76, em que esteve respondendo pela Direção da Escola Classe n°. 25, de Taguatinga.

Distrito Federal, 31 de maio de 1976

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração.

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE MAIO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇAO DA FEDF., no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço n°. 28, de 17/09/75, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo n°. 49040/76 - FEDF,

RESOLVE:

Validar os atos praticados por ISANETE DAS GRAÇAS JARDIM GUSMAO, Professora do Ensino Elementar, Classe "B", insc. n°. 81.079, durante o período de 01.04.76 a 21.04.76, em que esteve respondendo pela Direção da Escola Classe n°. 05, de Planaltina.

Distrito Federal, 31 de maio de 1976

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE JUNHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇAO DA FEDF., no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço n°. 28, de 17/09/75, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do Processo n°. 48044/76 - FEDF,

RESOLVE:

Retificar os termos da Ordem de Serviço de 11 de março de 1976, que designou CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA, Motorista insc. n°. 96929, para exercer o Emp. em Comis. símb. EC- 11, de Chefe de Zeladoria do Centro 03 de Ensino de 1°. Grau de Sobradinho, do DE - 1°. Grau, da DGP/FEDF.

Onde se lê: símbolo EC- 11
Leia - se: símbolo EC - 12.

Distrito Federal, 11 de junho de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA.
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE MAIO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇAO DA FEDF., no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço n°. 28, de 17/09/75, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo n°. 49441 76 - FEDF,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Ordem de Serviço de 18.05.76., que dispensou VERA SARAIVA CARNEIRO DA SILVA, Assistente de

Administração, inscrição nº. 93.430, do Emprego em Comissão, símbolo EC- 13, de Secretário Auxiliar do Colégio do Setor Leste, do DE - 2º. Grau, da DGP/FEDF.

Distrito Federal, 31 de maio de 1976

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA.
Diretor Geral de Administração.

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE MAIO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇAO DA FEDF., no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço nº. 28, de 17/09/75, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo nº. 47496/76 - FEDF,

RESOLVE:

Retificar os termos da Ordem de Serviço de 12 de março de 1976, que designou VANIA LUCIA DE CASTRO, Assistente de Administração, inscrição nº. 85.570, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC-10, de Chefe do Setor de Saúde Escolar do DE - 2º. Grau, da DGP/FEDF, a partir de 01.02.76.

Onde se lê: inscrição nº. 85.570
Leia - se: inscrição nº. 86.570.

Distrito Federal, 31 de maio de 1976

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração.

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE MAIO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇAO DA FEDF., no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, nº. 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo nº. 49.098/76 - FEDF,

RESOLVE:

Validar os atos praticados pela servidora MARIA HELENA BAYAMA SIQUEIRA, Professora de Ensino de 1º. e 2º. Graus, Classe "A", inscrição 89.296, durante o período de 02 a 31 de janeiro de 1976, em que esteve substituindo a Diretora da Escola Classe 403 - Norte do Departamento de Ensino de 1º. Grau, da DGP/FEDF.

Distrito Federal, 31 de maio de 1976

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 07 DE JUNHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço nº 28, de 17/09/75, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo nº 50248/76—FEDF,

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Ordem de Serviço, de 19.01.76, que designou DARCIO DE FREITAS ALVIM, Chefe da Seção de Guarda de Material, da Divisão de Material, do Departamento de Material e Patrimônio, da DGF/FEDF, para substituir nos impedimentos eventuais, o Chefe da Divisão de Material, do Departamento de Material e Patrimônio, da DGF/-fedf.
Distrito Federal, 07 de junho de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 1º DE JUNHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, nº 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo nº 47503/76—FEDF,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Ordem de Serviço de 29 de março de 1976, que dispensou MALVA DE JESUS QUEIROZ OLIVEIRA, Professora do Ensino Elementar, nível 13-B, matrícula 8223, do Quadro Provisório de Pessoal do DF, do Emprego em Comissão, símbolo EC—05, de Diretora do Centro de Ensino de 1º Grau nº 09, do Guará, do DE-1º Grau, da DGP/FEDF.
Distrito Federal, 1º de junho de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE JUNHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço nº. 28, de 17/09/75, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo nº. 49653/76—FEDF,

RESOLVE:
Designar EUNICE BATISTA DOS SANTOS, Assistente de Administração, inscrição nº. 94.941, para substituir nos impedimentos eventuais, o Chefe de Secretaria do Ginásio de Brazlândia, do DE-2º. Grau, da DGP/FEDF.
Distrito Federal, 11 de junho de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE JUNHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço nº. 28, de 17/09/75, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo nº. 49948/76—FEDF,

RESOLVE:
Dispensar ELCIAS BARBOSA DE SOUZA, Agente Administrativo, Classe "E", Código SA—401.6, matrícula 05855, do Quadro de Pessoal do DF., do Emprego em Comissão, símbolo EC—10, de Chefe de Setor de Zeladoria, do Centro de Ensino Médio Ave Branca, do DE-2º. Grau, da DGP/FEDF, a partir de 24.11.75.
Distrito Federal, 11 de junho de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE MAIO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço nº. 28, de 17/09/75, letra "c", item 1, e tendo em vista o que consta do processo nº. 50222/76—FEDF,

RESOLVE:
Elogiar CLEMENTINO HUMBERTO CONTREIRAS DE ALMEIDA, Professor de Ensino de 1º. e 2º. Graus, Classe "C", inscrição nº. 83.155, pela valiosa colaboração prestada ao Centro de Ensino Médio "Elefante Branco" - CEMEB, durante o ano de 1974, como professor de Química.
Distrito Federal, 31 de maio de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE JUNHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17/09/76, nº 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo nº 50348/76 - FEDF,

RESOLVE:

Designar MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA, Professora do Ensino Elementar, Classe "B", inscrição nº 85.721 para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC- 14 de Secretario Auxiliar do Ginasio de Brazlandia, de DE- 2º Grau, da DGP/FEDF.

Distrito Federal, 11 de junho de 1976

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE JUNHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, nº 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo nº 50427/76-FEDF,

RESOLVE:

Designar ELINETE WANDERLEY PAES, Professora de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", inscrição nº 80,426, para substituir nos impedimentos eventuais, a Diretora da Escola Polivalente, do DE- 1º Graus, da D.G.P./ FEDF, símoblo EC- 05.

Distrito Federal, 11 de junho de 1976

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE JUNHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço nº 28, de 17/09/75, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta o processo nº 49948/76-FEDF,

RESOLVE:

Designar ELIZIO EVANGELISTA ALVES, Eletricista Instalador, nível 9- B, matricula 2486, do Quadro Provisorio de Pessoal do DF., para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC- 12, de Chefe de Setor de Zeladoria da Escola Industrial de Taguatinga, do DE- 2º Grau, da DGP/FEDF.

Distrito Federal, 11 de junho de 1976.

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE JUNHO DE 1976.

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competencia conferida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, nº 28, letra "e", item I1, e tendo em vista o que consta do processo nº 50185/76-FEDF,

RESOLVE:

Retificar os termos da Ordem de Serviço de 24 de maio de 1976, que cessou os efeitos da Ordem de Serviço de 31.03.76, que designou JOANA D'ARC PILICIÊ MAIA, Assist. de Adminst. inscrição nº. 97.150, para substituir nos impedimentos eventuais, o Chefe do Setor Regional de Pessoal, da Divisão de Pessoal, do Departamento Administrativo, da DGA/FEDF.
Onde se lê: do Departamento Administrativo, da DGA/FEDF
Leia-se: do Departamento Administrativo, da DGA/FEDF, a contar de 17.05.76.
Distrito Federal, 11 de junho de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE MAIO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, nº 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo nº 49997/76—FEDF,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, MYRTES MATTOS MAC DOWELL, Professora do Ensino Elementar, nível 13—B, matrícula nº 4264, do Quadro Provisório de Pessoal do DF, do Emprego em Comissão, símbolo EC—07, de Chefe da Seção de Produção e Empréstimo, da Divisão de Meios Audiovisuais do Departamento de Ensino Complementar, da DGP/FEDF.
Distrito Federal, 31 de maio de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE MAIO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, nº 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo nº 49997/76 - FEDF,

RESOLVE:

Designar ORLANDA MABEL CORDINI DE ROSA, Professora de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", inscrição nº 93.982, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—07, de Chefe da Seção de Produção e Empréstimo, da Divisão de Meios Audiovisuais, do Departamento de Ensino Complementar, da DGP/FEDF.
Distrito Federal, 31 de maio de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE MAIO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço nº 28, de 17/09/75, letra "c", item 1, e tendo em vista o que consta do processo nº 49332/76—FEDF,

RESOLVE:

Elogiar EVANILDE NOGUEIRA DA SILVA, Professora do Ensino Médio, MGI. 02.19, matrícula nº 7792, do Quadro Permanente de Pessoal do DF., pela colaboração prestada ao Comando militar do Planalto e 11ª. Região Militar, na divulgação e execução do Concurso Serviço Militar/75.

Distrito Federal, 31 de maio de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE JUNHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço nº 28, de 17.9.75, item 1, letra "e", e tendo em vista o que consta do processo nº 50.686/76—FEDF,

RESOLVE:

Designar PAULO PEREIRA DANTAS, para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC—11, de Chefe de Secretaria do Curso de Pedagogia, da Divisão de Cursos, do DE-3º Grau, da DGP/FEDF.
Distrito Federal, 11 de junho de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE JUNHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço nº 28, de 17/09/75, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo nº 49948/76—FEDF,

RESOLVE:
Dispensar RUY FRANCISCO DA ROCHA, Professor de Ofício, nível 13—B, matrícula 4366, do Quadro Provisório de Pessoal do DF., do Emprego em Comissão, símbolo EC—12, de Chefe de Setor de Zeladoria, da Escola Industrial de Taguatinga, do DE-2º Grau, da DGP/FEDF, em virtude de estar sendo designado para exercer outro emprego em comissão.
Distrito Federal, 11 de junho de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE JUNHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução de Serviço n.º28, de 17/09/75, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48696/76—FEDF,
RESOLVE:
Retificar os termos da Ordem de Serviço de 27 de abril de 1976, que designou JOSÉ ALCOFORADO DE PEREIRA, Oficial de Administração, matrícula 70073, requisitado do Estado de Alagoas, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC-10, de Secretário do DE—2.º Grau, da DGP/FEDF, a partir de 1.º/02/76.
Onde se lê: de Secretário do DE-2.º Grau
Leia-se: de Secretário do DE-1.º Grau
Distrito Federal, 11 de junho de 1976
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Atos do Presidente

INSTRUÇÃO Nº 04/76 - FSSDF, DE 10 DE JUNHO DE 1976

Altera o Orçamento Analítico por Projeto e Atividades da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para o exercício de 1976.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o que determina o item 4º da Resolução nº 17/75 do Conselho Deliberativo e o que consta do Processo FSSDF 1273/75,

RESOLVE:

1. Alterar o Orçamento Analítico por Projeto e Atividades da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para o exercício de 1976.

2. A alteração de que trata o item anterior dar-se-á na conformidade dos quadros nºs 01, 02 e 03 constantes do Processo FSSDF-1273/75.

Esta instrução entra em vigor a partir desta data, observando o que dispõe o item 5º da Resolução 71/75, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
PRESIDENTE

QUADRO Nº 01 A QUE SE REFERE A INSTRUÇÃO Nº 04 DE 10 DE JUNHO DE 1 976

CODIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO ANTERIOR	ALTERAÇÃO (+ ou -)	SITUAÇÃO NOVA
DE/DA 2.01 -	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO SUPERIOR E ADMINISTRAÇÃO GERAL			
3.1.2.0 -	MATERIAL DE CONSUMO			
02 -	Artigos de Expediente e Ensino	170.000,00	- 13.000,00	157.000,00
03 -	Artigos de Higiene, Acondicionam. e Embalagem	40.000,00	+ 7.000,00	47.000,00
06 -	Gêneros Alimentícios e Refrigerantes	50.000,00	+ 6.000,00	56.000,00
13 -	Peças e Acessórios p/Máq., Apar., Veículos, Instrumentos e Móveis	220.000,00	+ 30.000,00	250.000,00
17 -	Vestuários, Tecidos, Artigos p/Desportos e Recreação, Roupa de Cama, Mesa, Banho e Copa	60.000,00	- 20.000,00	40.000,00
99 -	Outros Materiais de Consumo	20.000,00	- 10.000,00	10.000,00
3.1.3.0 -	SERVIÇOS DE TERCEIROS			
3.1.3.2 -	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS			
10 -	Locação de Imóveis	50.000,00	- 25.000,00	25.000,00
12 -	Locação de Máquinas de Escritório	60.000,00	+ 9.000,00	69.000,00
18 -	Reparos e Conservação de Bens Móveis e Imóveis	180.000,00	+ 10.000,00	190.000,00
19 -	Alimentação Preparada	50.000,00	+ 20.000,00	70.000,00
99 -	Serviços Diversos	45.000,00	- 14.000,00	31.000,00
3.1.4.0 -	ENCARGOS DIVERSOS			
09 -	Seguro de Bens	45.000,00	- 10.000,00	35.000,00
99 -	Eventuais	40.000,00	+ 10.000,00	50.000,00
4.1.3.0 -	EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES			
05 -	Instrumentos Técnicos ou Científicos e de Medição	55.000,00	+ 2.000,00	57.000,00
06 -	Máquinas, Motores e Aparelhos p/Indústria, Comércio, Transporte, Aparelhos p/Líquidos, Ar Vácuo	15.000,00	- 2.300,00	12.700,00
07 -	Máquinas e Aparelhos Foto-Cinematográficos	10.000,00	+ 300,00	10.300,00

QUADRO Nº 02 A QUE SE REFERE A INSTRUÇÃO Nº 04 DE 10 DE JUNHO DE 1 976

CODIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO ANTERIOR	ALTERAÇÃO (+ ou -)	SITUAÇÃO NOVA
DAC 1.04 -	CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS EM "DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE"			
3.1.4.0 -	ENCARGOS DIVERSOS			
03 -	Distribuição Gratuita de Materiais	-0-	+ 100.000,00	100.000,00
15 -	Realização de Congressos ou Simpósios	200.000,00	- 100.000,00	100.000,00

QUADRO Nº 03 A QUE SE REFERE A INSTRUÇÃO Nº 04 DE 10 DE JUNHO DE 1 976

CODIGO	DISCRIMINAÇÃO			
DEBEM 2.05 -	ASSISTÊNCIA INTEGRAL AO MENOR ABANDONADO E/OU CARENTE			
3.1.2.0 -	MATERIAL DE CONSUMO			
12 -	Matérias Primas e Produtos Destinados a Construção e Conservação de Bens Móveis e Imóveis	5.000,00	+ 5.500,00	10.500,00
16 -	Utensílios de Oficina e Ferramentas de Curta Duração	5.000,00	- 2.500,00	2.500,00
99 -	Outros Materiais de Consumo	5.000,00	- 3.000,00	2.000,00

Brasília, 10 de junho de 1 976.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 23 DE JUNHO DE 1976

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e, face ao que dispõe o artigo 12, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº 3.097, de 22 de dezembro de 1975.

RESOLVE:

Designar a servidora DEUSALINA MAIA DA COSTA, Diretora da Divisão de Administração Geral, DAS- 101.1, matrícula nº 2.009, desta Secretaria, para executora do contrato celebrado entre o Distrito Federal e a firma MUSITEL - Música Ambiente Ltda., nos termos estabelecidos na Cláusula Décima e que tem como objeto o fornecimento de música ambiente a esta Pasta.

Brasília, 23 de junho de 1976
PEDRO DO CARMO DANTAS
Secretário

PORTARIA DE 23 DE JUNHO DE 1976

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e, face ao que dispõe o Artigo 12, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº 3.097, de 22 de dezembro de 1975,

RESOLVE:

Designar a servidora DEUSALINA MAIA DA COSTA, Diretora da Divisão de Administração Geral, DAS-101.1, matrícula nº 2.009, desta Secretaria, para executora do contrato celebrado entre o Distrito Federal e a firma I.B.M. do Brasil - Indústria. Máquinas e Serviços Ltda., nos termos estabelecidos na Cláusula Décima e que tem como objeto, a manutenção, conservação e substituição de peças das máquinas I.B.M. instaladas nesta Secretaria.

Brasília, 23 de junho de 1976
PEDRO DO CARMO DANTAS
Secretário

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 15 DE JUNHO DE 1976

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso XIX do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2868/75,

RESOLVE:

designar, nos termos do artigo 21, letra "a" do Decreto nº 2951/75, JOSÉ PEREIRA DE PAIVA, Agente de Policia "B" matrícula nº 33.444, para substituir o Chefe da Seção de Material e Transportes, Símbolo FC-7, da Divisão de Administração do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal, que se encontra substituindo o Diretor daquela Divisão.

Distrito Federal, 15 de junho de 1976

Cel. ATAHUALPA DE ALBUQUERQUE
Secretário de Segurança Pública
Substituto

PORTARIA DE 21 DE JUNHO DE 1976

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2868/75,

R E S O L V E:

designar, nos termos do artigo 21, letra "a", do Decreto nº 2951/75, IVAN JOSÉ DE ALMEIDA, Agente de Polícia "A", matrícula nº 33.665, para substituir o Chefe da Seção de Investigações Criminais, Símbolo FC-7, da 10ª Delegacia Policial da coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil do Distrito Federal, que se encontra em gozo de férias.

Distrito Federal, 21 de junho de 1976.

CEL. ATAHUALPA DE ALBUQUERQUE, Secretário de Segurança Pública do D.F.- Substituto.

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES

BOLETIM INFORMATIVO Nº 01/76-JARI

I- SECRETARIA DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES

- RECURSOS JULGADOS:

DECISÃO Nº 344/75-JARI
Processo nº 123023/75-SEP
Interessado: VIAÇÃO PIONEIRA LTDA
Assunto: Recorre contra a aplicação de penalidades, por infrações de trânsito.
Relator: Membro HÉLIO GUSTAVO BICCA KAISER
Resultado: provido parcialmente.

DECISÃO Nº 001/76-JARI
Processo nº 126433/75-SEP
Interessado: AWMI UTHMAM ABBOUD
Assunto: Recursos contra multa aplicada pelo Detran-DF
Relator: Presidente EDISON LASMAR
Resultado: provido.

DECISÃO Nº 002/76-JARI
Processo nº 126435/75-SEP
Interessado: Auto Escola Pioneira
Assunto: Recurso contra multa aplicada pelo Detran
Relator: :Membro MARIANO RIBEIRO NETTO
Resultado: improvido

DECISÃO Nº 003/76-JARI
Processo nº 126434/75-SEP
Interessado: TEREZINHA LIMA DA SILVA
Assunto: Recurso contra multa aplicada pelo Detran
Relator: Membro HÉLIO GUSTAVO BICCA KAISER
Resultado: arquivado.

DECISÃO Nº 004/76-JARI
Processo nº 09727/75-DETRAN
Interessado: EVERTON BOOTZ
Assunto: Recorre contra a aplicação de infração de trânsito
Relator: Presidente EDISON LASMAR
Resultado: improvido.

DECISÃO Nº 005 76-JARI
Processo nº 126307 75-SEP
Interessado: SÉRGIO BLANCO
Assunto: Recorre contra a aplicação de infração de trânsito
Relator: Membro MARIANO RIBEIRO NETTO
Resultado: improvido

DECISÃO Nº 006 76-JARI
Processo nº 125679 75-SEP
Interessado: ANTONIO M. GALHÃES SOBRINHO
Assunto: Recorre contra a aplicação de penalidade por infração de trânsito.
Relator: Presidente EDISON LASMAR
Resultado: provido

DECISÃO Nº 007 76-JARI
Processo nº 125845 75-SEP
Interessado: MARIA GORETI FERRAZ
Assunto: Recorre contra

aplicação de penalidade por infrações de trânsito
Relator: Membro MARIANO RIBEIRO NETTO
Resultado: Provido

DECISÃO Nº 008/76-JARI
Processo nº 125920/75-SEP
Interessado: ADRIANO MAGALHÃES FREIRE
Assunto: Recorre contra a aplicação de penalidade por infração de trânsito
Relator: Membro MARIANO RIBEIRO NETTO
Resultado: improvido

DECISÃO Nº 009/76-JARI
Processo nº 124474/75-SEP
Interessado: JERONIMO AUGUSTO DOS SANTOS
Assunto: Recorre contra a aplicação de penalidade por infração de trânsito
Relator: Membro HÉLIO GUSTAVO BICCA KAISER
Resultado: Provido

DECISÃO Nº 010/76—JARI
Processo nº: 125919/75—SEP
Interessado: ELÉZER PUGILIA
Assunto: Recorre contra a aplicação de penalidade por infração de trânsito.
Relator: Presidente EDISON LASMAR
Resultado: Improvido.

DECISÃO Nº 011/76—JARI
Processo nº: 125832/76—SEP
Interessado: JOÃO BONIFÁCIO
Assunto: Recorre contra a aplicação de penalidade por infração de trânsito.
Relator: Membro HÉLIO GUSTAVO BICCA KAISER
Resultado: improvido.

DECISÃO Nº: 012/76—JARI
Processo nº: 126148/75—SEP
Interessado: JOÃO BATISTA DUARTE CRUZ
Assunto: Solicita restituição do valor pago pela notificação nº 02963.
Relator: Presidente EDISON LASMAR
Resultado: provido.

DECISÃO Nº 013/76—JARI
Processo nº: 126154/75—SEP
Interessado: CARLINDO HUGUENEY
Assunto: Recorre contra a aplicação de penalidade por infração de trânsito.
Relator: Membro HÉLIO GUSTAVO BICCA KAISER
Resultado: improvido.

DECISÃO Nº 014/76—JARI
Processo nº: 126436/75—SEP
Interessado: MIGUEL FRAUZINO PEREIRA
Assunto: Solicita restituição do pagamento de notificação de infração.
Relator: Membro HÉLIO GUSTAVO BICCA KAISER
Resultado: arquivado.

DECISÃO Nº 015/76—JARI
Processo nº: 126308/75—SEP
Interessada: RUTH VICENTE DA ROCHA
Assunto : Solicita restituição de notificação de infração.
Relator: Membro MARIANO RIBEIRO NETTO
Resultado: arquivado.

DECISÃO Nº 016/76—JARI
Processo nº: 126436/75—SEP
Interessada: HELENA NAZARETH FERREIRA
Assunto: Recorre contra multa aplicada pelo DETRAN—DF
Relator: Membro MARIANO RIBEIRO NETTO
Resultado: arquivado.

DECISÃO Nº 017/76—JARI
Processo nº: 09581/75—DETRAN
Interessada, MARIA HELENA RIBAS
Assunto: Recorre contra a aplicação de penalidade por infração de trânsito.
Relator: Presidente EDISON LASMAR
Resultado: arquivado.

DECISÃO Nº 018/76—JARI
Processo nº: 09750/75—DETRAN
Interessada: Embaixada dos Estados Unidos da América.
Assunto: Solicita devolução de importância paga pelo Talão Recibo nº 150404.
Relator: Membro HÉLIO GUSTAVO BICCA KAISER
Resultado: arquivado.

DECISÃO Nº 019/76—JARI
Processo nº: 125685/75—SEP
Interessado: ADEMAR INÁCIO DE FARIAS
Assunto: Recorre contra a aplicação de penalidade por infração de trânsito.
Relator: Membro HÉLIO GUSTAVO BICCA KAISER
Resultado: provido parcialmente.
Distrito Federal, 29 de janeiro de 1976
DELSON LUIZ FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretário Substituto da Junta

PROCURADORIA-GERAL

2ª SUBPROCURADORIA - GERAL

Atos do Procurador-Chefe

PROCESSO Nº.: 56.569/76
INTERESSADO: ELIZETE DE SOUZA SILVEIRA
ASSUNTO: PEDIDO DE PARCELAMENTO
ELIZETE DE SOUZA SILVEIRA requereu parcelamento de seu débito fiscal para com o Governo do Distrito Federal, incidente sobre seu imóvel, no (s) exercíco (s) de 1971 e 74.
Processo devidamente instruído.
Certidões de débito juntadas às fls.
Cálculos atualizados às fls.
Nada a ilidir o requerido.
DECIDINDO, concedo que o referido débito, acrescido da importância de Cr$ 15,82 (quinze cruzeiros e oitenta e dois centavos), correspondente à mora do período de parcelamento, seja pago em 04 (quatro) prestações mensais. A primeira, e maior, no valor de Cr$ 390,00 (trezentos e noventa cruzeiros), vencerá quarenta e oito horas, após a assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida Fiscal e Fiança, na SCDA desta Subprocuradoria-Geral, o que deverá ocorrer até três dias após a publicação desta decisão no "Distrito Federal". As demais parcelas, no valor de Cr$ 379,00 (trezentos e setenta e nove cruzeiros), vencerão nos dias 28 de cada mes.
Dispenso as Notas Promissórias avalizadas, por força de dispositivo legal.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, DF, 25 de maio de 1976
2ª. SUBPROCURADORIA—GERAL
Roberto Pires Barbosa
2º. Subprocurador-Geral

PROCESSO Nº.: 55.889/76
INTERESSADO: NORBERTO NASCIMENTO DA SILVA
ASSUNTO: PEDIDO DE PARCELAMENTO
NOBERTO NASCIMENTO DA SILVA requereu parcelamento de seu débito sobre seu imóvel, no(s) exercício(s) de 1972 a 74.
Processo devidamente instruído.
Certidões de débito juntadas às fls.
Cálculos atualizados às fls.
Nada a ilidir o requerido.
DECIDINDO, concedo que o referido débito, acrescido da importância de Cr$ 17,12 (dezessete cruzeiros e doze centavos), corresp. à mora do período de parcelamento, seja pago em 05 (cinco) prestações mensais. A primeira, e maior, no valor de Cr$ 308,78 (trezentos e oito cruzeiros e setenta e oito centavos), vencerá quarenta e oito horas, após a assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida Fiscal e Fiança, na SCDA desta Subprocuradoria-Geral o que deverá ocorrer até três dias após a publicação desta decisão no "Distrito Federal". As demais parcelas, no valor de Cr$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco cruzeiros, vencerão nos dias 28 de cada mês,
Dispenso as Notas Promissórias avalizadas, por força de dipositivo legal.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, DF, 07 de maio de 1976
2ª. SUBPROCURADORIA — GERAL
Roberto Pires Barbosa
2ª. Subprocurador - Geral.

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

TERMO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO CELEBRASO EM 26 DE JULHO DE 1972, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA OLIVETTI DO BRASIL S/A OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DAS MÁQUINAS OLIVETTI, INSTALADAS NA SECRETARIA DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, NA FORMA ABAIXO.

Aos 04 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete da Secretaria do Governo do Distrito Federal, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário do Governo do DISTRITO FEDERAL, conforme delegação de competência do Governador, expressamente exarada no Processo nº 040.163/76, e, do outro lado, a Firma OLIVETTI DO BRASIL S/A, sediada na Avenida W/2 - SUL - Quadra 506, Lote 39/43, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 60.502.291/041, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, aqui representada pelo Senhor ÂNGELO BARBARULO, brasileiro, desquitado, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Gerente-Geral da Filial de Brasília, deliberam firmar o presente Termo de Renovação, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Através do presente instrumento fica renovado o contrato celebrado entre o DISTRITO FEDERAL e a CONTRATADA, em 26 de junho de 1972, renovado, sucessivamente, em 23 de maio de 1974 e 16 de junho de 1975, lavrado às fls. 476/478, do Livro 1º de Registro de Contratos e Convênios da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, objetivando a manutenção, conservação e substituição de peças das máquinas OLIVETTI, instaladas na Secretaria do Governo. CLÁUSULA SEGUNDA - A CONTRATADA obriga-se, através de 2 (duas) visitas periódicas, durante o ano de 1976, a prestar assistência técnica e manutenção preventiva indispensável ao bom funcionamento das máquinas de escrever elétricas e de calcular, cujos números de tombamento são: 12.886, 12.826, 31.859, 45.113, 0038, 32.198, 32.200, 7.381, 7.071, 32.199, 25.012, 7.728, 32.201, 7.709 7.524, 16.027, 41.149, 12.884, 7.754, 7.042, 7.359, 7.989, 7.556, 7.042, 7.534, 7.990, 7.041, 41.151, e 41.150, de sua fabricação e de propriedade do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA TERCEIRA - A CONTRATADA providenciará a limpeza e lubrificação das máquinas em questão, mantendo o seu equipamento sempre limpo, lubrificado e em bom funcionamento, usando, para tal fim pessoal especializado, ferramentas e lubrificantes apropriados. CLÁUSULA QUARTA - A CONTRATADA promoverá a substituição de peças sobressalentes que se fizerem necessárias ao perfeito funcionamento das máquinas constantes da Cláusula Segunda do presente instrumento, com exceção de: carroceria, motor elétrico, parte de borracha, somador, transformador, niquelação, cromagem ou pintura de peça e reforma do equipamento, que se necessários serão cobrados ao preço de custo, vigente na ocasião. PARÁGRAFO ÚNICO Este contrato dará cobertura também, para os consertos de maior importância que exijam a retirada de toda e qualquer máquina para a oficina da CONTRATADA, incluindo a aplicação de peças sobressalentes, quando mecânico não puder efetuar os serviços "in-loco". A CONTRATADA atenderá aos chamados para reparos dentro do horário de expediente normal sem cobrança adicional, independentemente da obrigatoriedade de visitas mensais de controle. CLÁUSULA QUINTA - Não estão cobertas por este contrato os serviços e as substituições de peças em decorrências de acidentes, negligência, mau uso ou mudança de especificações, assim como a substituição de fitas ou limpéza dos tipos de impressão. CLÁUSULA SEXTA - A CONTRATADA não se responsabilizará por eventuais danos ocasionados nas máquinas em questão. CLÁUSULA SÉTIMA - O Distrito Federal, através da Secretaria do Governo, pagará a CONTRATADA, mensalmente, contra apresentação de fatura, a importância de CR$. 1.418,75 (hum mil quatrocentos e dezoito cruzeiros e setenta e cinco centavos). CLÁUSULA OITAVA - Os recursos para fazer face a execução deste instrumento, são procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício Lei nº 6.280, de 09 de dezembro de 1975, e correrão à conta do seguinte Subelemento : 3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros, conforme Nota de Empenho nº 049/76 - SEG, no valor de CR$. 17.025,00 (dezessete mil e vinte e cinco cruzeiros), emitida pela Secretaria do Governo. CLÁUSULA NONA - O DISTRITO FEDERAL, através de sua Secretaria do Governo, designará um executor para o presente ajuste, ao qual incumbirão as atribuições contidas no artigo 12 e seguintes do Decreto 3.097, de 22 de dezembro de 1975. CLÁUSULA DÉCIMA - A inadimplência por parte da CONTRATADA de qualquer das cláusulas deste instrumento, será punida na forma do disposto no artigo 56 e seguintes do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente contrato poderá ser prorrogado, renovado, alterado, aditado ou rescindido de comum acordo entre as partes. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O Presente ajuste entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL", à expensas da CONTRATADA, expirando sua vigência no dia 31 de dezembro de 1976, sendo que seus efeitos retroagem ao dia 1º de janeiro do ano em curso. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL (as.) IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA; PELA CONTRATADA (as.) ANGELO BARBARULO; TESTEMUNHAS (as.) IVAN GOMES RIBEIRO e VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 24, fls. 280/82 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA 21/06/1976

Maria [illegible] de Sousa
Pesquisadora Registro de
DAJ/1ª SPRG - Chefe

VISTO:
Em, 21 de junho de 1976

Emmanuel J. Mendes Lyrio
1.º Subprocurador - Geral do Distrito Federal

(G.R. Nº 159933 - CR$ 312,00)

TERMO DE OCUPAÇÃO DO GINÁSIO DE BRASILIA DO CENTRO DESPORTIVO "PRESIDENTE' MÉDICI", CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E OS DIÁRIOS ASSOCIADOS, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DO CONCURSO DE BELEZA "MISS BRASIL", NOS DIAS 04 a 19 DE JUNHO DE 1976.

Aos 04 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete da Superintendencia das Unidades Desportivas (AUD), presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor TAQUEGI KORESSAWA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta Capital, autorizado pelo artigo 3º, inciso I, do Decreto nº 2.070, de 09 de outubro de 1972, e, do outro lado, os DIÁRIOS ASSOCIADOS, doravante denominado simplesmente OCUPANTE aqui representado pelo Senhor PÉRICLES LEAL, brasileiro, desquitado, na qualidade de Diretor Executivo, residente e domiciliado nesta Capital, portador do CIC nº 321806598, resolvem firmar o presente Termo de Ocupação, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente instrumento objetiva a Ocupação do Ginásio de Brasília, do Centro Desportivo "Presidente Médici", pelo OCUPANTE, nos dias 04 (quatro) a 19 (dezenove) de junho de 1976, para a realização do concurso de beleza "MISS BRASIL". PARÁGRAFO ÚNICO - Ficam excluídos da utilização a que se refere esta cláusula, os bares e as tribunas de Honra e Especial. CLÁUSULA SEGUNDA - O OCUPANTE pagará ao DISTRITO FEDERAL, como Taxa de Ocupação, a importância de CR$. 768,00 (setecentos e sessenta e oito cruzeiros) por dia, no período de 04 a 18 de junho de 1976, totalizando CR$. 13.824,00 (treze mil, oitocentos e vinte e quatro cruzeiros), e mais a importância de CR$. 10.656,00 (dez mil, seiscentos e cincoenta e seis cruzeiros), referentes ao dia 19 (dezenove), perfazendo um total de CR$. 24.480,00 (vinte e quatro mil, quatrocentos e oitenta cruzeiros). PARÁGRAFO ÚNICO- O recolhimento da importância de CR$. 24.480,00 (vinte e quatro mil quatrocentos e oitenta cruzeiros), deverá ser efetuado pelo OCUPANTE, quando da assinatura do presente Termo, na Seção de Arrecadação I, da Divisão de Arrecadação da Secretaria de Finanças do Distrito Federal. CLÁUSULA TERCEIRA - O OCUPANTE será responsável pelas despesas operacionais que compreendem: porteiros, serventes, indicadores de cadeira, técnicos de som e iluminação, médico, enfermeira e pessoal administrativo, que deverão ser pagas no dia do evento, diretamente a terceiros. CLÁUSULA QUARTA - O DISTRITO FEDERAL não se responsabiliza

rá por quaisquer acidentes caso ocorram com os participantes do Con - curso. CLÁUSULA QUINTA - Quaisquer danos que ocorram nas dependências do Ginásio, compreendendo: equipamento de som, iluminação e mobiliário, se rão de inteira responsabilidade do OCUPANTE. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Após a OCUPAÇÃO, a Administração das Unidades Desportivas (AUD) fará vistoria' do Ginásio. PARÁGRAFO SEGUNDO É facultado à OCUPANTE designar um represe ntante para assitir, sem qualquer participação outra, os trabalhos de levantamento de danos, e a Administração das Unidades Desportivas (AUD), oficiará o OCUPANTE, para promover a incontinente reparação dos danos , se houver. CLÁUSULA SEXTA - Ao DISTRITO FEDERAL, através da Administra - ção das Unidades Desportivas (AUD), incumbirá a fiscalizar a execução ' do presente ajuste. CLÁUSULA SÉTIMA - O não cumprimento, pelo OCUPANTE , de qualquer das cláusulas deste ajuste, o obrigará ao pagamento de 85 (oitenta e cinco) Unidades Padrão de Capital - UPC, ao DISTRITO FEDERAL, a título de multa. CLÁUSULA OITAVA - Os débitos para com o DISTRITO FEDE RAL, decorrentes do presente ajuste, serão inscritos em DÍVIDA ATIVA e cobrados mediante execução, nos termos do Código de Processo Civil. CLÁU- SULA NONA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publi cação no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL", à expensas do OCUPANTE, expi- rando após o integral cumprimento pelo mesmo, das obrigações ora contraí das. CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente ins- trumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade ' do que ficou estipulado me todas as suas cláusulas , lavrou-se o presen te em Livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL (as.) TAQUEGI KORESSAWA; PELA OCUPANTE (as.) PÉRICLES LEAL; TESTEMUNHAS (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES e IVAN GOMES RIBEIRO.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 25, fls. 46/47 da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 18 / 6 / 1976

VISTO:
Em, 21 de junho de 1976

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Chefe da Divisão de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1.ª SFRG - GRAF

Emmanuel J. Mendes Lyrio
1º Subprocurador - Geral do Distrito Federal

(G.R. Nº 091833 - CR$ 243,00)

CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL QUE ENTRE SI FAZEM O DISTRITO FEDERAL , ATRAVÉS DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TA GUATINGA E A FIRMA TETO-INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA, OBJETIVANDO A CONSTRU ÇÃO DE 01 (UMA) ESCOLA MODULADA, NA CI- DADE SATÉLITE DE TAGUATINGA.

Aos 18 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete da Administração Regional de Taguatinga, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL no ato representado pelo Senhor VITAL DE MORAES ANDRADE, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado nesta Capital, au torizado pelo artigo 2º inciso VII do Decreto nº 3 154, de 29 de ja neiro de 1976, e, do outro, a firma TETO-INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA, estabelecida em Brasília na SCS-Edifício Anhanguera, Sala 404, inscrita no cadastro geral de contribuintes sob o nº 01566132/0001 , doravante denominada simplesmente EMPREITEIRA, aqui representada pe- lo Senhor GERALDO RODRIGUES, brasileiro, casado, comerciário, resi - dente e domiciliado nesta Capital, tendo em vista o contrato de Finan ciamento com a vinculação, em garantia de parcelas do Salário-Educa- ção, celebrado em 27 de janeiro de 1 976, entre a Caixa Econômica Fe- deral e o Distrito Federal, transcrito às fls. 60v a 66 do Livro nº 09 de Registro de Contrato e Convênios da la. Subprocuradoria-Geral do ' Distrito Federal, publicado no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL" nº 35 de 05 de março de 1976, que, para todos os fins e efeitos, fica fazen do parte integrante deste ajuste, como se nele transcrito fosse, re- solvem, firmar o presente contrato de Empreitada por preço global, me- diante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Obriga-se a EMPREI TEIRA a executar para o DISTRITO FEDERAL, através da Administração Re- gional de Taguatinga, sob o regime de Empreitada por preço global, os serviços de construção de 01 (uma) Escola Modulada na Cidade Satélite de Taguatinga-Distrito Federal, com área de 2.600,00m², composta de 15 salas de aula, administração, sanitários, caixa d'água, guarita, pá tio coberto e mastro de bandeira, na conformidade com o Edital nº.... 07/76-CL-RA-III, e seus Anexos I e II, Caderno projetos, pranchas, es pecificações, cronograma Físico-Financeiro, e proposta da Empreiteira os quais ficam, desde logo, fazendo parte integrante e inseparável des te instrumento como se nele transcritos fosse. CLÁUSULA SEGUNDA- Impor ta o presente contrato em Cr$ 3.046.889,46 (três milhões, quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e nove cruzeiros e quarenta e seis cen- tavos), valor que se entende, desde logo, fixo e irreajustável, sob qual quer hipótese, salvo a prevista no item "1", do Capítulo XI do Edital nº 07/76-CL-RA-III. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os recursos para fazer face a execução do presente contrato, correrão à conta do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, consignados no Orçamento do Distrito Federal , para o corrente exercício Lei nº 6.280, de 09 de dezembro de 1975, su plementado através do Decreto nº 3,153, de 29 de janeiro de 1 976, vin culado ao Projeto-SEC- 1.057-Ampliação e Melhoramentos da Rede de Ensi no de 1º Grau, correndo à conta do Elemento 4.1.2.0 - Serviço em Regime de Programação Especial, conforme Nota de Empenho nº 137/76-SEC, no va lor de Cr$ 3.046.889,46 (três milhões quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e nove cruzeiros e quarenta e seis centavos), emitida pela Se - cretaria de Educação e Cultura. PARÁGRAFO SEGUNDO - Impenderá à EMPREI TEIRA o pagamento de todo o material necessário à execução da obra, sa- lários e seus complementos, tributos, responsabilidade civil por quais- quer danos causados ao DISTRITO FEDERAL e a terceiros, encargos sociais, enfim, toda e qualquer despesa decorrente deste Contrato, cuja comprova- ção deverá ser feita ao DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regio nal de Taguatinga, por ocasião do pagamento das obras realizadas. CLÁU - SULA TERCEIRA - Os pagamentos serão efetuados pelo DISTRITO FEDERAL, atra vés da Secretaria de Finanças, na conformidade do cronograma físico-fim r ceiro, aprovado pelo DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga, em parcelas, contra apresentação das respectivas faturas, após conferência, registro e autorização, para cada caso, de acordo com as normas administrativas em vigor, devendo ser retida de cada uma das- sas faturas, 5% (cinco por cento), do seu valor, a título de reforço de caução, conforme prevê o item 5, do capítulo XVIII, do Edital nº 07/76-CL- RA-III. PARÁGRAFO PRIMEIRO- Os reforços de caução, descontados dos fatura mentos parciais, serão devolvidos logo após o recebimento provisório das obras, sendo que a caução inicial exigida, no valor de Cr$ 18.000,00 (de zoito mil cruzeiros), somente poderá ser levantada após o seu recebimen- to definitivo, uma vez requerido ao DISTRITO FEDERAL, através da Adminis- tração Regional de Taguatinga. PARÁGRAFO SEGUNDO -A soma das retenções, relativas à caução inicial e seus reforços, não vencerá juros. PARÁGRA- FO TERCEIRO- Para o recebimento das parcelas, a que se refere esta cláu sula, fica a EMPREITEIRA obrigada à apresentação dos comprovantes dos recolhimentos devidos ao INPS, ao FGTS e ao PIS, bem como à prova de pa- gamento das folhas salariais do pessoal empregado na obra, vencido até a data do pagamento. PARÁGRAFO QUARTO - No caso de não serem satisfeitas ' pela EMPREITEIRA as obrigações descritas no Parágrafo anterior desta cláu sula, o DISTRITO FEDERAL poderá descontar do total a ser pago, os valores necessários à liquidação das mencionadas obrigações, acrescidas e mul ta, juros e correção monetária. CLÁUSULA QUARTA - O prazo para conclu são da obra será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do recebimento, pela EMPREITEIRA, da Ordém de Serviço a ser expedida pelo DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga, sem prejuízo do disposto no artigo 1 245, do Código Civil Brasileiro. CLÁU- SULA QUINTA - A interrupção das obras, por determinação do DISTRITO FE DERAL, através da Administração Regional de Taguatinga, em razão de ne- cessidade de atendimento a requisitos ou detalhes técnicos não previs- tos, acarretará a prorrogação do prazo para a conclusão dos serviços ' por tempo correspondente à paralização. CLÁUSULA SEXTA - Fica designa- do como executor e supervisor técnico do presente contrato, o Diretor da Divisão Regional de Fiscalização e Licenciamento da Administração ' Regional de Taguatinga, nos termos do artigo 12 e seguintes do Decreto nº 3.097, de 22 de dezembro de 1 975. CLÁUSULA SÉTIMA - A EMPREITEIRA designará, em caráter permanente, um engenheiro legalmente habilitado' para dirigir a execução das obras, bem como um Encarregado-Geral e au - xiliares de comprovada competência profissional. CLÁUSULA OITAVA - As obras e serviços de engenharia objeto deste contrato, reger-se-ão pelo disposto no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1 967 , regulamen- tado pelo Decreto nº 73 140, de 09.11.73, e pelas disposições do Decre- to nº 3 097, de 22 de dezembro de 1 975, bem como pelas Normas Técnicas (ABNT), aprovadas pelo Decreto nº 52.147, de 25 de junho de 1963 e Códi go de Edificações das Cidades Satélites. CLÁUSULA NONA - Pelo descumpri mento de qualquer das cláusulas deste contrato, sujeitar-se-á a EMPREI- TEIRA às seguintes sanções, sem prejuízo das previstas no Edital nº.... 07/76-CL-RA-III; a) multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor da obra não realizada ' quando deixar de cumprir as obrigações assumidas dentro do prazo estabe lecido; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, quan- do se recusar a fazer o reforço de caução ou deixar de assinar o contra to, dentro de cinco (05) dias úteis contados da data da convocação; c) não incidirá multa sobre o atraso de etapas constantes do cronograma fí sico-financeiro, somente recaindo sobre a entrega final da obra. O DIS- TRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga, entretan to, pagará exclusivamente as etapas fielmente concluídas; d) suspensão do direito de licitar com os órgãos da Administração direta e indireta' do Distrito Federal, pelo prazo que a autoridade competente fixar, nos casos previstos nos artigos 59 e 60 do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1971. PARÁGRAFO ÚNICO - As multas de que trata a presente cláusula ' não serão aplicáveis à EMPREITEIRA, nas hipóteses de caso fortuito ou de força maior. CLÁUSULA DÉCIMA - A EMPREITEIRA incumbirá providenciar, por sua própria conta, o Alvará de Construção, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da Ordem de Serviço, a aprovação dos projetos de arquitetura, ficando também, a seu cargo, re colher os emolumentos decorrentes de tais obrigações, regulamentos e posturas, arcar com as despesas de ligação e consumo de água, luz e energia elétrica, durante o período de execução do contrato, bem como pagar as multas porventura impostas pelas autoridades, inclusive aque las que, por força de dispositivos legais, sejam aplicadas ao DISTRITO FEDERAL, cumprindo, enfim, todas as formalidades referentes ao objeto' deste contrato. PARÁGRAFO ÚNICO - Os comprovantes dos recolhimentos a que se refere esta cláusula, deverão ser exigidos quando da entrega da obra. CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - O recebimento, pelo DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga, das obras contratadas, observando o disposto no Capítulo XXII do Edital nº 07/76-CL-RA-III , dar-se-á: a) em caráter provisório, a requerimento da EMPREITEIRA, após terem sido realizadas todas as medições e apropriações , acréscimos e modificações; b) em caráter definitivo, 60 (sessenta) dias após o rece bimento provisório, uma vez atendidas todas as exigências e reclamações que o DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga, vier a fazer, referentes a defeitos e imperfeições verificadas nas obras bem como, quitados os débitos com os fornecedores, operários, e, presta dores de serviços empregados na edificação. CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA-Ope- rar-se-á, de pleno direito, a rescisão automática deste ajuste, indepen dentemente de interpelação judicial ou extrajudicial sem prejuízo das pe nalidades previstas na Cláusula Nona, quando ocorrerem: a) falência ou dissolução de EMPREITEIRA; b) transferência no todo ou em parte, do obje to desta licitação, sem prévia anuência do DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga; c) embaraço ou impedimento a que ' fiscais do DISTRITO FEDERAL, designado pelo órgão competente, tenham li- vre acesso aos canteiros de obras; d) não ressarcimento por perdas e da- nos causados a terceiros resultantes da execução dos serviços; e) deixar de iniciar a obra dentro de 30 (trinta) dias, contados a partir do rece- bimento da Ordem de Serviço; f) paralização dos trabalhos, sem justifica tiva, aceita pelo DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga, por período igual ou superior a 10 (dez) dias; g) recusa em prestar os serviços objeto deste contrato no todo ou em parte; h) deixar de fazer a entrega das obras até 30 (trinta) dias ulteriores ao prazo ' previsto na Cláusula Quinta, sem que o DISTRITO FEDERAL, através da Admi nistração de Taguatinga, aceite a justificativa do retardamento; i) des- cumprimento das obrigações estipuladas no Edital. PARÁGRAFO PRIMEIRO-Ocor rendo uma das hipóteses para rescisão do presente contrato, as instala- ções e equipamentos pertencentes ao DISTRITO FEDERAL, e que integram o canteiro de obras, serão entregues pela EMPREITEIRA no prazo de 24 (vin- te e quatro) horas garantindo a continuidade dos serviços, podendo, tam- bém, o DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga imitir-se liminarmente na posse dos mesmos. PARÁGRAFO SEGUNDO-Ocorrendo rescisão por uma das hipóteses previstas na presente Cláusula, os va- lores recolhidos em caução reverterão aos cofres do DISTRITO FEDERAL, conforme estipula o item 8, Capítulo IV do Edital. CLÁUSULA DÉCIMA-TER- CEIRA - Este contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo de vonta des. CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - Os débitos para com o DISTRITO FEDERAL que decorrerem deste instrumento, serão inscritos em dívida ativa e cobrados mediante execução, nos termos do Código de Processo Civil. ' CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - O presente contrato entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL", à expensas da EMPREITEIRA, expirando após o integral cumprimento das obrigações ora contraídas. CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - Fica eleito o foro de Brasília, Dis trito Federal, para dirimir quaisqeur dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para fir meza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, la- vrou-se o presente em livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografa- das de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e acha do conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abai- xo. PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) VITAL DE MORAES ANDRADE; PELA EMPREI - TEIRA: (as.) GERALDO RODRIGUES; TESTEMUNHAS: (as.) BENILDE CARDOZO ROSA e (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 24, fls. 304/305 da la. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 21 / 6 / 1976

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Chefe da Divisão de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1.ª SFRG - GRAF

VISTO:
Em, 21 de junho de 1976

Emmanuel J. Mendes Lyrio
1º Subprocurador - Geral do Distrito Federal

(G.R. Nº 159947 - CR$ 633,00)

TERMO DE RENOVAÇÃO CONTRATO CELEBRA DO EM 11 DE DEZEMBRO DE 1975, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA NGS - MÁQUINAS, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS LTDA, OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO DE UM MIME ÓGRAFO, MARCA RONEO, MODELO 795 Nº 2760, INSTALADO NA SECRETARIA DO GO VERNO, NA FORMA ABAIXO.

Aos 31 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete da Secretaria' do Governo, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato re- presentado pelo Senhor IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA, brasileiro, casa- do, professor, residente e domiciliado nesta Capital, conforme de- legação de competência, expressamente exarada pelo governador no processo nº 000.759/76, e, do outro lado, a firma NGS-MÁQUINAS, A- CESSÓRIOS E SERVIÇOS LTDA., doravante denominada simplesmente CON- TRATADA, com sede no SCS Bloco "C" Loja nº 126 Edifício Goiás, nes ta Capital, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministé rio da Fazenda sob o nº 000.095.703/0001-40, aqui representada pe- lo Senhor ADELINO SASAKI, brasileiro, casado, comerciante, residen te e domiciliado nesta capital, na qualidade de Gerente da Filial' de Brasília, resolvem firmar o presente termo de Renovação mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Através do presente instrumento fica renovado o contrato celebrado entre as mesmas par tes, em 11 de dezembro de 1975, lavrado às fls. 366/368, do Livro nº 22 de Registro de Contratos e Convênios da la. Subprocuradoria- Geral do Distrito Federal, objetivando a manutenção de um mimeógra fo, marca Roneo - Modelo 795 nº 2760, instalado na Secretaria do Governo. CLÁUSULA SEGUNDA - A manutenção de que trata a Cláusula ' anterior compreende: a) manutenção adequada para manter o equipa - mento em perfeito estado de conservação e funcionamento; b) substi tuição gratuita de peças desgastadas pelo uso normal, excluindo - se as partes mencionadas na Cláusula Terceira; c) desmontagem do ' equipamento e montagem em outro local; d) manutenção preventiva 4 (quatro) vezes por ano, independente de chamada do DISTRITO FEDE - RAL, através da Secretaria do Governo, incluindo inspeção, limpeza, lubrificação e ajustes necessários nos componentes mecânicos e/ ou elétricos, sendo a la. revisão na Oficina da CONTRATADA e as demais no local de instalação; e) atendimento imediato, através de técni- cos especializados, sempre que ocorrer defeito no equipamento. CLÁU SULA TERCEIRA - Fica desde logo, ajustado que: a) o presente con- trato não abrange substituição de motores, transformadores de ali- mentação, células foto-elétricas e luminárias, que [illegible] mediante prévio orçamento; b) despesas e/ou responsabilidade de transporte e embalagem, quando necessários, correrão também por con ta do DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria do Governo; c) as des pesas de conserto, amassamento e pintura serão cobradas mediante pré vio orçamento; d) a CONTRATADA não assume qualquer responsabilidade por reparos ou ajustes efetuados por terceiros ou substituições de peças motivadas por acidentes, abusos, negligência e casos fortui - tos como incêndio, queda, água, etc. CLÁUSULA QUARTA - O valor do presente contrato é de Cr$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos cruzei ros), recursos estes procedentes do orçamento do Distrito Federal , para o corrente exercício Lei nº 6.280, de 09 de dezembro de 1975, correndo à aConta do Subelemento 3.1.3.2 - OUTROS SERVIÇOS DE TER- CEIROS - Atividade 2.009 - manutenção das atividades da Secretaria' do Governo, conforme Nota de Empenho 046/76, no valor de Cr$2.800,00 (dois mil e oitocentos cruzeiros), emitida pela Secretaria do Gover no. PARÁGRAFO ÚNICO - A importância de Cr$ 2.800,00 (dois mil e oi- tocentos cruzeiros) será paga à CONTRATADA em 2 (duas) parcelas, no valor de Cr$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos cruzeiros) cada, sendo a primeira após a publicação do presente instrumento e a segunda, no mês de vencimento do presente contrato. CLÁUSULA QUINTA - pelo descumprimento de qualquer das cláusulas integrantes deste ajuste , sujeitar-se-á a CONTRATADA às penalidades previstas no artigo 56 e seguintes do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, ratificado pe lo Decreto nº 1.850, de 17 de novembro de 1971. CLÁUSULA SEXTA - O- perar-se-á a rescisão deste ajuste, independentemente de interpela- ção judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das penalidades previs- tas na cláusula anterior, quando ocorrerem: 1) falência ou dissolu ção da contratada; 2) transferência, no todo ou em parte, das obri- gações ora contraídas, sem prévia e expressa anuência do DISTRITO ' FEDERAL; 3) recusa de prestação do serviço objeto do presente, ins- trumento, como tal entendida, formalmente, a sua cessação, sem jus- ta causa comprovada pela Secretaria do Governo, por dolo ou culpa . CLÁUSULA SÉTIMA - Este instrumento poderá ser prorrogado, renovado, alterado, aditado ou rescindido por mútuo acordo entre as partes, de vendo o interessado pronunciar-se a respeito, por escrito, com ante cedência mínima de 30 (trinta) dias de seu término. CLÁUSULA OITA- VA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria do Governo, designa- rá um executor para o presente ajuste, ao qual incumbirão as atri - buições contidas no artigo 12 e seguintes do Decreto nº 3.097, de 22 de dezembro de 1975. CLÁUSULA NONA - Este ajuste entrará em vigor ' na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", à ex- pensas da CONTRATADA, expirando sua vigência em 31 de dezembro de

1976, sendo que seus efeitos retroagem a 1º de janeiro do ano em curso. CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo, Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA; Pela CONTRATADA: (as.) ADELINO SASAKI. Testemunhas: (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES e NANCY CARVALHO LIMA.

vtm.-

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 24, fls. 251/53 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 21/6/1976

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SERG - Chefe

VISTO:

Em, 21 de junho de 1976

Emmanuel J. Mendes Cyrio
1º Subprocurador-Geral do Distrito Federal

(G.R. Nº 091850 - CR$ 327,00)

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA OLIVETTI DO BRASIL S/A, OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DAS MÁQUINAS OLIVEITTI, INSTALADAS NA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS, NA FORMA ABAIXO.

Aos 14 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete da Secretaria de Viação e Obras, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, neste ato representado pelo Senhor SIZÍNIO DE ANDRADE GALVÃO, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal, conforme delegação de competência do Governador, expressamente exarada no Processo nº ....' 011657/76, de, do outro lado, a firma OLIVETTI DO BRASIL S/A, sediada na Avenida W/3-SUL - Q. 506, Lotes 39/43, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 60.502.291/041, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, aqui representada pelo senhor ANGELO BARBARULO, brasileiro, desquitado, residente e domiciliado nesta capital, na qualidade de Gerente-Geral da Filial de Brasília deliberam firmar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem por objeto a manutenção, conservação e substituição de peças das máquinas OLIVETTI, instaladas na Secretaria de Viação e Obras. CLÁUSULA SEGUNDA - A CONTRATADA obriga-se, a prestar assistência técnica e manuteção preventiva indispensável ao bom funcionamento das máquinas de escrever elétricas e de calcular, cujos números de tombamento são: 7.027, 27.142,28.051, 29.924, 10.678, 29.925, 31.180, 31.181, 31.182, 32.444, 32.445, 34.979 34.980, 39.144, 41.245, 41.246, 41.247, 41.248, 41.249, 42.187,49.519 49.520, 6.160, 6.184, 7.614, 7.762, 7.795, 7.796, 7.797, 7.798, 10679 17.487, 10.677, 17.488, 39.494, 39.495, 39.992, 7.595, 7.596, 11.768, 35,584, 39,649, 39.650, de sua fabricação e de propriedade do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA TERCEIRA - A CONTRATADA providenciará a limpeza e lubrificação das máquinas em questão, mantendo o seu equipamento sempre limpo lubrificado e em bom funcionamento, usando para tal fim, pessoal especializado, ferramentas e peças originais, bem como lubrificantes apropriados. CLÁUSULA QUARTA - A assistência técnica e manutenção referida na Cláusula Primeira consistirá em: a) 2 (duas) visitas periódicas de manutenção e contrôle, sendo uma em cada semestre; b) intervenções técnicas mediante chamado do DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Viação e Obras, para eliminação de eventuais defeitos no prazo de 2 (dois) dias úteis, ficando este prazo prorrogado para 3 (três) dias úteis se houver necessidade de troca de peças e o técnico conseguir efetuar o serviço "in-loco"; c) consertos de maior importância na oficina da CONTRATADA, quando os técnicos não conseguirem efetuar os serviços "in-loco" no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis; substituição de peças que se fizerem necessárias durante as intervenções com exceção das seguintes e serviços que, quando necessários, serão efetuados ao preço de custo: carroceria, motor elétrico, parte de borracha, somador transformador, niquelação, cromagem ou pintura e reforma do equipamento. CLÁUSULA QUINTA - A CONTRATADA, atenderá aos chamados para os reparos dentro do horário de expediente normal sem cobrança adicional, independentemente da obrigatoriedade de visitas semestrais de manutenção e controle. CLÁUSULA SEXTA - A CONTRATADA não se responsabilizará por danos diretos ou indiretos, de qualquer natureza, causados aos equipamentos, ou motivados pelo seu uso, bem como em casos de quedas, batidas, negligência do pessoal ou intervenção por parte de elemento não especializado ou autorizado por ela. PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA também não se responsabilizará por danos resultantes de caso fortuito, na forma do disposto no artigo 1.058 do Código Civil, bem como em caso de funcionamento das máquinas em condições anormais, como: voltagem, ciclagem, temperatura ou umidade fora da faixa especificada. PARÁGRAFO SEGUNDO - A reparação de defeitos causados pelos motivos especificados nesta cláusula não está coberta por este contrato, e será objeto de orçamento à parte. CLÁUSULA SÉTIMA - O pessoal técnico da CONTRATADA, encarregado dos serviços, terá livre e completo acesso ao equipamento, para execução das manutenções e intervenções técnicas, devendo o DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Viação e Obras, facilitar a guarda de instrumentos, materiais e materiais durante o tempo necessário a execução dos serviços. CLÁUSULA OITAVA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Viação e Obras, pagará à CONTRATADA a importância de CR$. 24.052,00 (vinte e quatro mil, cincoenta e dois cruzeiros), em duas parcelas, sendo a primeira no valor de CR$. 12.026,00 (doze mil e vinte e seis cruzeiros), após a primeira visita de manutenção e controle, e a segunda no mesmo valor após a segunda visita, contra apresentação de fatura, devidamente atestada pelo executor do contrato. CLÁUSULA NONA - Os recusos para fazer face a execução deste contrato, são procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício Lei nº 6.280, de 09 de dezembro de 1975, correrá à conta do seguine Elemento: 3.1.3.0 - Serviços de Terceiros - subelemento: 3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros, conforme Nota de Empenho nº 021/76, no valor de CR$. 24.052,00 (vinte e quatro mil, cincoenta e dois cruzeiros), emitida pela Secretaria de Viação e Obras. CLÁUSULA DÉCIMA - O DISTRITO FEDERAL, através da sua Secretaria de Viação e Obras, designará um executor para o presente contrato, ao qual incumbirão as atribuições contidas no artigo 12 e seguintes do Decreto nº 3.097 de 22 de dezembro de 1975. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Pelo descumprimento de qualquer das cláusulas integrantes deste instrumento, sujeitar-se á a CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 56 e seguintes do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, ratificado pelo Decreto nº 1.850 de 17 de novembro de 1971. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente ajuste entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial, "DISTRITO FEDERAL", à expensas da CONTRATADA, expirando sua vigência em 31 de dezembro de 1976, sendo que seus efeitos retroagem a 1º de fevereiro do ano em curso. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Fica eleito o Foro de Brasília Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL (as.) SIZÍNIO DE ANDRADE GALVÃO; PELA CONTRATADA (as.) ANGELO BARBARULO; TESTEMUNHAS (as.) IVAN GOMES RIBEIRO e VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 25, fls. 92/94 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 21/06/1976

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SERG - Chefe

VISTO:

Em, 21 de junho de 1976

Emmanuel J. Mendes Cyrio
1º Subprocurador-Geral do Distrito Federal

(G.R. Nº 159949 - CR$ 357,00)

TERMO DE TRANSAÇÃO

Aos 09 (nove) dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor JOSÉ GERALDO MACIEL, brasileiro, casado, Engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Serviços Públicos, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador no Processo nº 29.027/75, e, do outro o Senhor CARLOS ARAÚJO, brasileiro, viúvo, funcionário público, portador do CIC nº 240.343.557-00, residente e domiciliado à QNA-47-lote-05-Taguat , nesta Capital, resolvem firmar o presente TERMO DE TRANSAÇÃO, tendo por objeto resolver em termos definitivos quaisquer pendências em relação ao acidente de tráfego do qual resultou à abalroação de um poste de iluminação pública - instalado perto da Garagem da Viplan-Setor de Indústria, ocorrido no dia 04 de janeiro de 1975, de acordo com as seguintes cláusula e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O Senhor Carlos Araújo, aceita os termos desta transação em todo o seu conteúdo, comprometendo-se a) I- não pleitear em juízo quaisquer direitos referentes ao que foi objeto do presente termo; II- aceitar o valor da indenização proposta pelo Distrito Federal, no valor de Cr$ 2.880,17 (dois mil, oitocentos e oitenta cruzeiros e dezessete centavos), já acrescida dos juros legais e a ressarcí-la integralmente. PARÁGRAFO ÚNICO- A importância mencionada nesta cláusula será paga ao DISTRITO FEDERAL, pelo Senhor Carlos Araújo em 10 (dez) prestações mensais e sucessivas, representadas por 10 (dez) Notas Promissórias, sendo a primeira no valor de Cr$ 288,08 (duzentos e oitenta e oito cruzeiros e oito centavos) e as 09 demais no valor de Cr$ 288,01 (duzentos e oitenta e oito cruzeiros e um centavo), vencendo a primeira no dia 30 de julho de 1976 e a última no dia 30 de abril de 1977. CLÁUSULA SEGUNDA - O DISTRITO FEDERAL, aceita a presente composição em todos os seus termos e cláusulas, comprometendo-se a abrir mão de qualquer medida ou promoção no judiciário, em relação ao fato que deu origem a presente Transação. CLÁUSULA TERCEIRA - Os débitos para com a Fazenda Pública do Distrito Federal que decorrerem do presente Termo serão inscritos em dívida ativa e cobrados mediante execução nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA QUARTA - O Senhor Carlos Araújo, após total cumprimento das obrigações ora assumidas se compromete a retirar o aparelho abalroado do depósito da Companhia de Eletricidade de Brasília-CEB, no prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual, fica a CEB autorizada a doar o material a instituição de caridade de sua livre escolha. CLÁUSULA QUITA - Correrão por conta do Senhor Carlos Araújo as despesas decorrentes da publicação do presente Termo no órgão oficial "Distrito Federal". CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as) JOSÉ GERALDO MACIEL. Pela PARTE (as) CARLOS ARAÚJO. Testemunhas: (as) NANCY CARVALHO LIMA e (as) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 24, fls. 283/84 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 21/6/1976

VISTO:

Em, 21 de junho de 1976

Emmanuel J. Mendes Cyrio
1º Subprocurador-Geral do Distrito Federal

(G.R. Nº 159937 - CR$ 198,00)

TERMO DE ADITAMENTO AO CONVÊNIO CELEBRADO EM 13.12.74, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, REGULANDO A ADMINISTRAÇÃO, PELA SEGUNDA PARA O PRIMEIRO, DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UMA FEIRA PERMANENTE DE PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS E DE UM "PLAY-GROUND", A SEREM EDIFICADOS NA PRAÇA DO SETOR OESTE, NA CIDADE SATÉLITE DO GAMA, NA FORMA ABAIXO.

Aos 16 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete da Secretaria do Governo do Distrito Federal, presentes, de um lado, o Distrito Federal, no ato representado pelo Senhor IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliade nesta Capital, conforme delegação de competência do Governador expressamente exarada no Processo nº 262858/76, e, do outro lado, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada pelo seu Superintendente, Engenheiro JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na conformidada da Lei nº 5 861, de 12 de dezembro de 1972, Estatutos Sociais, vigentes na Empresa, e de acordo com as decisões da Diretoria e Conselho de Administração da NOVACAP, em suas 1138a e 1012 a sessões, realizadas em 28 de abril de 1976, resolvem firmar o presente termo de aditamento ao convênio firmado entre as mesmas partes, em 13 de dezembro de 1974, aditado em 31 de dezembro de 1975, lavrado às fls. 156/157 do Livro nº 23, de Registro de Contratos e Convênios da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, regulando a administração, pela segunda para o primeiro, das obras de construção de uma Feira Permanente de Produtos Hortifrutigranjeiros e de um "Play-Ground", a serem edificados na Praça do Setor Oeste, na Cidade Satélite do Gama, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - O valor fixado na Cláusula Quarta do instrumento principal mencionado, já alterado pela Cláusula Primeira do Aditamento firmado em 31 de dezembro de 1975, será complementado com a importância de Cr$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para perfazer o total de Cr$ 4.887.240,00 (quatro milhões, oitocentos e oitenta e sete mil e duzentos e quarenta cruzeiros). PARÁGRAFO ÚNICO - A complementação a que se refere esta Cláusula é procedente do orçamento do DISTRITO FEDERAL, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA - Lei nº 6.280, de 09 de dezembro de 1975 e correrão à conta do seguinte elemento: 4.1.1.0 - OBRAS PÚBLICAS- conforme Nota de Empenho nº 12/76-RA-II, no valor de Cr$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), emitida pela Administração Regional do Gama. CLÁUSULA SEGUNDA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria do Governo, designará um executor para o presente ajuste ao qual incumbirão as atribuições contidas no artigo 12 e seguintes, do Decreto nº 3.097, de 22 de dezembro de 1975. CLÁUSULA TERCEIRA - Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições dos instrumentos acima mencionados. CLÁUSULA QUARTA - O presente termo entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", à expensas do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA; PELA NOVACAP (as.) JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES; TESTEMUNHAS: (as:) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES; e NANCY CARVALHO LIMA.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 25, fls. 109/10 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 22/06/1976

VISTO:

Em, 22 de junho de 1976

Emmanuel J. Mendes Cyrio
1º Subprocurador-Geral do Distrito Federal

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SERG - Chefe

TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL REGULANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS À IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DE RECREAÇÃO E TURISMO DE BRASÍLIA, NA FORMA ABAIXO:

Aos 10 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete da Secretaria de Viação e Obras, presentes, de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Secretário de Viação e Obras, Engenheiro, SIZÍNIO DE ANDRADE GALVÃO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de competência do Governador, expressamente exarada no Processo nº 9953/76, e, do outro lado, o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, doravante denominado, simplesmente DER-DF, representado pelo seu Diretor Geral, Engenheiro, NID DUTRA D'AMORIM, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, de conformidade com autorização dada pelo Conselho Rodo -

viário do Distrito Federal em sua 456a. Reunião, realizada em 22 de março de 1976, resolvem firmar o presente Convênio, mediante as seguintes Cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Através do presente instrumento o DISTRITO FEDERAL incumbe ao DER-DF, a execução dos serviços de IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DE RECREAÇÃO E TURISMO DE BRASÍLIA, cujas etapas serão objeto de indicações expressas em Ordens de Serviços a serem emitidas pela Secretaria de Viação e Obras. CLÁUSULA [illegible]NDA - Todos os atos necessários à execução do presente convênio são outorgados pelo DISTRITO FEDERAL ao DER-DF, o qual poderá para tanto, contratar com terceiros, por empreitada ou administração, executar diretamente se assim julgar conveniente, realizar e aprovar licitações, nos termos do Decreto - Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 73.140, de 09 de novembro de 1973, efetuar pagamentos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste ajuste. CLÁUSULA TERCEIRA - O valor do presente Convênio fica fixado em CR$. 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), recursos estes provenientes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício Lei nº 6.280, de 09 de dezembro de 1975, e correrão à conta do Elemento 4.1.1.0 - Obras Públicas PARQUE DE RECREAÇÃO, conforme Nota de Empenho nº 062/76-SVO, emitida pela Secretaria de Viação e Obras. CLÁUSULA QUARTA - A importância de CR$. 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), referida na cláusula anterior, será entregue pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Viação e Obras, ao DER-DF, de conformidade com as normas de execução orçamentária e financeiras, a que se refere o Decreto nº 3.097, de 22 de dezembro de 1975. CLÁUSULA QUINTA - O DER-DF, manterá o quantitativo recebido em conta corrente no Banco Regional de Brasília S/A, vinculada aos fins estipulados no presente Convênio. CLÁUSULA SEXTA - O DER DF, prestará contas ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Viação e Obras, trimestralmente, das importâncias que lhe forem entregues, fazendo constar nos respectivos extratos e número da Ordem de Serviço expedida pelo Departamento de Programação e Controle de Obras da Secretaria de Viação e Obras. CLÁUSULA SÉTIMA - Os serviços objeto do presente Convênio, serão precedidos de orçamento estimativo elaborado pelo DER-DF, mediante solicitação da Secretaria de Viação e Obras, e só deverão ter seu início, após a expedição da respectiva Ordem de Serviço. CLÁUSULA OITAVA - O DER-DF, fica dispensado do recolhimento da caução para garantia da boa execução dos serviços nos termos do artigo 135, do Decreto - Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967. CLÁUSULA NONA - Os serviços previstos na Cláusula Primeira, serão realizados, pelo DER-DF, com observância das normas contidas no Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 73.140 de 09 de novembro de 1973, combinado com o Decreto nº 3.097, de 22 de dezembro de 1975, e conforme os preceitos em vigor no DER-DF. CLÁUSULA DÉCIMA - O DER-DF se compromete a fornecer ao Departamento de Programação e Controle de Obras da Secretaria de Viação e Obras, cópias dos seguintes documentos, necessários ao acompanhamento e Supervisão das Obras, objeto deste ajuste: contratos, aditamentos e Cronogramas Físico-Financeiros dos serviços. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Para o cumprimento do disposto no artigo 12 e seguintes do Decreto nº 3.097, de 22 de dezembro de 1975, fica o Departamento de Programação e Controle de Obras, da Secretaria de Viação e Obras, designado Executor do presente Convênio. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - As alterações nos termos do presente instrumento, inclusive sobre seu valor, far-se-ão por mútuo acordo de vontades, mediante termo aditivo. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O presente Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL", à expensas do DISTRITO FEDERAL, expirando em 31 de dezembro de 1977. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica eleito o Foro de Brasília Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral, do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL (as.) SIZÍNIO DE ANDRADE GALVÃO ; PELA DER-DF (as.) NID DUTRA D'AMORIM; TESTEMUNHAS (as.) IVAN GOMES RIBEIRO e VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 25, fls. 57/59 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 15/6/1976

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Secretário do Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SFRG - Chefe

VISTO

Em, 16 de junho de 1976

Emmanuel J. Mendes Lyrio
1º Subprocurador - Geral do Distrito Federal

TERMO DE ADITAMENTO AO CONVÊNIO CELEBRADO EM 29 DE ABRIL DE 1975, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, REGULANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS NO DISTRITO FEDERAL, NA FORMA ABAIXO.

Aos 11 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete da Secretaria de Viação e Obras, presentes de um lado, o Distrito Federal, no ato representado pelo Secretário de Viação e Obras, Engenheiro SIZÍNIO DE ANDRADE GALVÃO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de competência do Governador expressamente exarada no Processo nº 9423/76, e, do outro lado, o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, doravante denominado simplesmente DER-DF, representado pelo seu Diretor-Geral Engenheiro NID DUTRA D'AMORIM, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, de conformidade com a autorização dada pelo Conselho Rodoviário do Distrito Federal, em sua 455a. Reunião, realizada em 17 de março de 1976, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio firmado entre as mesmas partes em 29 de abril de 1975, lavrado às fls. 336/338, do Livro nº 20, prorrogado em 29 de dezembro de 1975, lavrado às fls. 140/141, do Livro nº 23, de Registro de Contratos e Convênios da la, Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, regulando a execução dos serviços de recuperação e manutenção de estradas no Distrito Federal, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA- O valor fixado na Cláusula Terceira do instrumento principal já mencionado será complementado com a importância de Cr$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para perfazer o total de Cr$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil cruzeiros). PARÁGRAFO ÚNICO- A complementação a que se refere esta Cláusula,é procedente do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício-Lei nº 6.280, de 09 de dezembro de 1975, e correrá à conta do seguinte Elemento 4.1.1.0-Obras Públicas, conforme Nota de Empenho nº 063/76-SVO, no valor de Cr$... 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), emitida pela Secretaria de Viação e Obras. CLÁUSULA SEGUNDA - Para cumprimento do disposto no art. 12 e seguintes do Decreto 3.097 de 22 de dezembro de 1975, o Distrito Federal, através da Secretaria de Viação e Obras, designará um executor para o presente convênio. CLÁUSULA TERCEIRA - A supervisão técnica do presente convênio ficará a cargo da Secretaria de Viação e Obras, através de seu Departamento de Programação e Controle de Obras. CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do convênio celebrado em 29 de abril de 1975 e do termo de prorrogação firmado em 29 de dezembro de 1 975. CLÁUSULA QUINTA- Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL" à expensas do Distrito Federal. CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, por estarem assim justos e de acordo, para firmeza e validade, do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) SIZÍNIO DE ANDRADE GALVÃO; PELO DER-DF: (as.) NID DUTRA D'AMORIM; TESTEMUNHAS: (as) BENILDE CARDOZO ROSA e (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 25, fls. 62/63 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 15/6/1976

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Secretário do Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SFRG - Chefe

VISTO

Em, 16 de junho de 1976

Emmanuel J. Mendes Lyrio
1º Subprocurador - Geral do Distrito Federal

TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, EM 29 DE ABRIL DE 1975, ADITADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975, REGULANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE VIAS, NA FORMA ABAIXO.

Aos 11 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete do Secretário de Viação e Obras, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor SIZÍNIO DE ANDRADE GALVÃO, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta capital, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 11.112/76, e, do outro lado, o DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, doravante denominado simplesmente DER-DF, representado pelo seu Diretor Geral, Engenheiro NID DUTRA D'AMORIM, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, de conformidade com a autorização dada pelo Conselho Rodoviário do Distrito Federal, em sua 457a. Reunião, realizada em 01 de abril de 1976, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio firmado entre as mesmas partes em 29 de abril de 1975, lavrado às fls. 333/335, do Livro nº 20, aditado em 31 de dezembro de 1975, lavrado às fls. 330/331 do Livro nº 23, de Registro de Contratos e Convênios da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, regulando a execução dos serviços de implantação de vias, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Aos serviços objeto da Cláusula Primeira, do Convênio principal, firmado em 29 de abril de 1975, são acrescentados os de execução de OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZAÇÃO das áreas onde serão implantadas as vias. CLÁUSULA SEGUNDA - O valor fixado na Cláusula Terceira do instrumento principal, já mencionado, alterado pela Cláusula Primeira do Aditivo firmado em 31 de dezembro de 1975, será complementado com a importância de Cr$ 8.000.000,00 (Oito milhões de cruzeiros), para perfazer o total de Cr$ 25.630.000,00 (vinte e cinco milhões e seiscentos e trinta mil cruzeiros). PARÁGRAFO ÚNICO - A complementação a que se refere esta Cláusula, é procedente do Orçamento do Distrito Federal,para o corrente exercício-Lei nº 6.280, de 09 de dezembro de 1975, e correrá à conta do Elemento 4.1.1.0 - OBRAS PÚBLICAS, conforme NOTA DE EMPENHO Nº 061/76-SVO, no valor de Cr$ 8.000.000,00 (Oito milhões de cruzeiros) emitida pela Secretaria de Viação e Obras. CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo para execução dos serviços previstos na Cláusula Décima Terceira do instrumento principal já mencionado, alterado pela Cláusula Terceira do Aditamento firmado em 31 de dezembro de 1975, fica prorrogado até 31 de dezembro de 1976. CLÁUSULA QUARTA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Viação e Obras, designará um executor para o presente convênio, para cumprimento do disposto no artigo 12 e seguintes do Decreto nº 3.097 de 22 de dezembro de 1975. CLÁUSULA QUINTA - A supervisão técnica ficará a cargo de Secretaria de Viação e Obras, através de seu Departamento de Programação e Controle de Obras. CLÁUSULA SEXTA - Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições dos instrumentos acima mencionados. CLÁUSULA SÉTIMA - O presente termo aditivo, entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL", à expensas do DER-DF. CLÁUSULA OITAVA - Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) SIZÍNIO DE ANDRADE GALVÃO; PELO DER-DF: (as.) NID DUTRA D'AMORIM; TESTEMUNHAS: (as) BENILDE CARDOZO ROSA e (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 25, fls. 60/61 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 15/6/1976

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Secretário do Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SFRG - Chefe

VISTO

Em, 16 de junho de 1976

Emmanuel J. Mendes Lyrio
1º Subprocurador - Geral do Distrito Federal

ELEVADORES OTIS S.A.

Ao
Tribunal de Contas do Distrito Federal
Praça da Municipalidade
Brasília - Distrito Federal

Data Brasília, 25 de novembro de 1975.

Propomos fornecer "MANUTENÇÃO OTIS" para três elevador (es) instalado (s) no edifício Tribunal de Contas do DF, situado à Praça da Municipalidade - Brasília - Distrito Federal

Por este contrato manteremos o equipamento do elevador aqui descrito, nas seguintes condições:
Usaremos pessoal próprio, treinado e diretamente supervisonado por nós. Nosso pessoal está habilitado a manter o equipamento adequadamente ajustado e usará todo o cuidado razoável para manter o equipamento do elevador em condições de funcionar com segurança e satisfatoriamente.
Sistemática e regularmente examinaremos, ajustaremos, lubrificaremos, conforme necessário e, se as condições o obrigarem, a nosso juízo, consertaremos ou substituiremos:
PEÇAS DA MAQUINA, MOTOR, GERADOR E "QUADRO DE COMANDO" incluindo.

Sem, fim, Engrenagens, Escoras, Rolamentos, Mancais, Bobina do Magneto de Freio ou do Motor do Freio, Sapatas do Freio, Escovas, Enrolamento dos Motores Coletores, Elementos Rotativos, Contatos, Bobinas, Resistência para Circuito de Operação do Motor, Armações dos Magnetos e outras partes mecânicas - usando, para esse fim, exclusivamente, peças genuinas. Otis,
Compromentemo-nos também:
A substituir as corrediças das guias ou as roldanas dos cursores quando a nosso critério for julgado necessário, para assegurar uma operação suave e silenciosa e, exceto onde forem usados cursores de roldanas de borracha, a manter as guias convenientemente lubrificadas.
A substiuir todos os cabos de aço, sempre que a nosso juízo for necessário, para manter um fator de segurança adequado; a igualar a tensão de todos os cabos de tração e reparar ou substituir os cabos condutores.
A fornecer Lubrificantes Otis preparados de acordo com nossas rígidas especi-

ficações.
A examinar, lubrificar, ajustar e se a nosso juízo as condições exigirem, reparar ou substituir todos os componentes do equipamento por nós fornecido e instalado, com exceção daqueles adiante indicados.
A examinar periódicamente todo os dispositivos de segurança e reguladores e a executar testes anuais de segurança conforme legislação em vigor.
Fica estabelecido que não seremos obrigados a fazer, por nossa conta, outros testes de segurança nem a instalar novos acessórios nos elevadores, sejam eles recomendados ou não por Companhia de Seguros ou por autoridades governamentais, nem a fazer quaisquer substituições com peças de desenho diferente. Fica também estipulado que não seremos obrigados a fazer, por nossa conta, substituições ou proceder a reparos quando os danos forem causados por negligência ou por uso inadequado do equipamento ou por qualquer outro motivo fora do nosso controle exceto desgate pelo uso normal do equipamento.

Não assumimos responsabilidade pelos seguintes itens do equipamento do elevador, os quais não se acham incluidos neste contrato:
Acabamento, reparo ou substituição do conjunto de cabine, incluindo paredes, painéis fixos e removíveis painéis de porta, teto, portas pantográficas, difusores de luz, lâmpadas e tubos de iluminação, corrimãos, espelhos, tapetes de vulcapiso, linólio ou de borracha: fechamento da caixa (passadiço) portas sólidas e pantográficas dos andares, marcos, soleiras e compensadores de voltagem, alto-falantes equipamento elevoice e tambores gravados.
As peças relacionadas abaixo indicam considerável desgaste e terão que ser substituidas dentro em breve. A fim de assegurar o aproveitamento máximo destas peças, aceitá-la-emos no seu estado atual, ficando entendido.V.Sas. pagarão, além da importância básica deste contrato, uma quantia extra na ocasião em que as partes relacionadas forem substituidas pela primeira vez. O custo desta substituição será determinado pelo rateio proporcional ao tempo de duração já transcorrido até o dia da assinatura do presente contrato e nós pagaremos o valor proporcional ao tempo decorrido contado da data em que o contrato entrou em vigor.

RELAÇÃO DAS PEÇAS A SEREM PAGAS PROPORCIONALMENTE
Nome Não tem
Data da Instalação Não tem
Todo o serviço regular de Manutenção e reparo será executado em nosso horário normal e em nossos dias normais de trabalho, salvo se especificado de modo contrário. Este contrato inclui serviço para atender chamados de emergência. O atendimento de chamados no período 22 as 7 horas da manhã, só será feito, se houver passageiros presos na cabine ou em caso de acidente.
Se não for incluido neste contrato o entendimento para a execução da Manutenção, reparos ou pequenos ajustes em hora fora do nosso expediente normal de trabalho e o for mais tarde solicitado por V. Sas., ser - lhe - á debitado um preço extra, na base das nossas taxas usuais horários como segue: para inspeção ou reparos ficarão por nossa conta as horas trabalhadas à base da taxa unitária, correndo por sua conta somente os acréscimos relativos as horas extraordinárias.
Fica entendido que não assumimos posse ou controle de qualquer parte do equipamento que continuará sob sua responsabilidade exlcusiva como proprietário (ou arrendatário) do mesmo. Não seremos responsáveis por qualquer perda, dano ou demora causados por atos do governo, greves, "lockouts", incêndio, explosão, roubo, inundações, revolta, comoção civil, guerra, ato malicioso, força maior ou por qualquer outro motivo fora do nosso controle razoável, nem tão pouco seremos responsáveis pelos danos consequentes.
Este serviço será iniciado no dia 1.º de janeiro de 1976, e será prestado pelo prazo de um ano. Este contrato poderá ser anulado mediante notificação prévia de (30) dias, feita por escrito, por qualquer uma das partes contratantes.
PREÇO Cr$ 2.857,00 (dois mil, oitocentos e cincoenta e sete cruzeiros) por mês, pagável mensalmente. O preço da presente proposta é válido por trinta (30) dias, a partir da data de sua apresentação.
Correrão por sua conta, em aditamento ao preço acima quotado, o valor de quaisquer impostos ou relativos à transferência uso propriedade ou posse do equipamento ao qual se refere esta proposta, lançados em virtude de qualquer lei em vigor ou aprovada depois da data desta proposta.
O preço estipulado neste contrato é baseado no custo de mão de obra e material na localidade onde será feita a manutenção do equipamento da data de sua apresentação. No caso de alteração desses custos, o preço poderá sofrer variação que será calculada por Elevadores Otis S. A. e submetido a aceitação de V. Sas.
Esta proposta, quando aceita pelo destinatário e aprovada pelo nosso representante autorizado, constituirá o contrato, ficando quaisquer outros acordos ou contratos anteriores, cancelados pela presente.

TERMOS E CONDIÇÕES

"Fica expressamente entendido que, na prestação de serviços resultantes da aceitação da proposta, responsabilidade alguma caberá a ELEVADORES OTIS S.A. por quaisquer acidentes pessoais ou patrimôniais, ocorridos a terceiros, exceto os que possam ser atribuídos direta e exclusivamente a atos ou omissões de ELEVADORES OTIS S.A, ou de seus prepostos; não podendo assim, o presente contrato afetar de forma alguma, a responsabilidade que assiste ao locatário por acidentes que possam ocorrer a terceiros, quando estiverem sendo transportados ou se encontrarem próximo ou dentro dos elevadores objeto do presente". Qualquer trabalho, serviço ou responsabilidade por parte de ELEVADORES OTIS S.A., que não tenha sido expressamente previsto neste instrumento, não será pelo mesmo abrangido.
Se as mensalidades contratuais não forem pagas por V. Sas, até a data do seu vencimento, a importância correspondente a fatura em atraso, ficará sujeita a correção monetária.
A VENDEDORA reserva-se o direito de interromper os seus trabalhos até que o ACEITANTE efetue o pagamento de qualquer prestação em atraso, e ainda enquanto não tiver plena certeza de que os pagamentos subsequentes serão realizados nas datas dos seus respectivos vencimentos, não importando, porém, a tolerância da VENDEDORA em novação deste contrato.

O armário que colocamos na casa de máquinas para guardar ferramentas, materiais de reposição, materiais de limpeza e lubrificação é de nossa propriedade, assim como são de nossa propriedade todos os materiais nele contidos ou por nós postos na casa de máquinas. No caso de cancelamento do presente contrato, teremos todo o direito de remover o referido armário e os materiais acima descritos de nossa propriedade."

CONTRATAÇÃO

esta proposta, feita em três vias de igual teor, e para um só efeito, constituir - se-à em contrato, anulando quaisquer outros acordos, quando aceita, por ambas as partes, mediante assinaturas nesta e nas demais vias.

Assinatura: Geraldo de Oliveira Ferraz
Presidente do T.C.D.F.

ELEVADORES OTIS S.A.

Representante Autorizado

TESTEMUNHAS

ILEGIVEL

N.°s (s) DA (S) MAQUINA (S) 37.E1050/2
CONTRATO OM N°. 1DF - 5086

RESUMO DO TERMO DE ADITAMENTO AO CONVENIO CELEBRADO PELO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL.

Processo n° 00983/76
Interessado: PETROBRÁS — DISTRIBUIDORA S/A
Objeto: Termo de Aditamento ao Convenio firmado entre as mesmas partes, em 23/02/76.
Valor: O valor inicial estipulado na Cláusula Sexta do Convenio de Cr$ 3.050,000,00 (tres milhões e cinquenta mil cruzeiros) fica alterado para Cr$ 7.530.000,00 (sete milhões, quinhentos e trinta mil cruzeiros), com um acrescimo, portanto de Cr$. 4.480,000,00 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta mil cruzeiros), correndo Cr$. 918.000,00 (novecentos e dezoito mil cruzeiros à conta do projeto DER- 1.075, Cr$ 1.962.000,00 (hum milhão, novecentos e sessenta e dois mil cruzeiros) à conta da Atividade DER- 2.068 e Cr$ 1.600.000,00 (hum milhão, e sescentos mil cruzeiros) à conta do Convenio DF/DER-DF projeto SVO 1.042.
Data: 07 de junho de 1 976

M.ª de Lourdes S. Vasconcelos
Chefe da Seção de Doc. e Com. Administrativa
DER- DF

TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE A ACADEMIA DE TENIS DE BRASILIA E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, REGULANDO A ADMINISTRAÇÃO PELA SEGUNDA PARA A PRIMEIRA, DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE NOVE QUADRAS DE TENIS, NA ÁREA DA SEDE DO CLUBE, SITUADO NO SETOR ESPORTIVO, LOTE 1- b, TRECHO 4, EM BRASILIA - DISTRITO FEDERAL.

A ACADEMIA DE TÊNIS DE BRASILIA, com sede em Brasília, Distrito Federal, doravante designada simplesmente ACADEMIA, neste ato representada pelo seu Presidente, Doutor JOSÉ FARANI, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital e, do outro lado a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - empresa pública com sede no Setor Bancário Norte, em Brasilia, Distrito Federal, doravante designada simplesmente NOVACAP, representada pelo seu Diretor Superintendente, Eng° JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei n° 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atuais Estatutos da NOVACAP e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração em suas 1.148ª e 1.024ª. Sessões, realizadas em 02.06.76, resolvem firmar o presente convênio na conformidade das seguintes cláusulas e condições:
CLAUSULA PRIMEIRA : A ACADEMIA, por este ato e instrumento, incumbe à NOVACAP a administração das obras de construção de nove quadras de tênis na área da sede do Clube, situado no Setor Esportivo, lote 1- b, trecho 4, em Brasilia, Distrito Federal.
CLAUSULA SEGUNDA: Todos os atos necessários à execução das obras objeto do presente convênio, são outorgados pela ACADEMIA à NOVACAP, a qual poderá para tanto, contratar com terceiros, por empreitada ou administração, executar diretamente se assim julgar conveniente, realizar e aprovar licitações, efetuar pagamentos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste ajuste, obedecidos a legislação e normas vigentes na NOVACAP.
CLÁUSULA TERCEIRA: — A ACADEMIA fiscalizara, através de representante credenciado, a execução dos serviços mencionados na cláusula primeira.
CLÁUSULA QUARTA — O valor total dos serviços previstos na cláusula primeira fica estimado em Cr$ 355.350,28 (trezentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e cinquenta cruzeiros e vinte e oito centavos), já incluidos a parcela correspondente à taxa de administração mencionada na cláusula quinta.
PARÁGRAFO PRIMEIRO.- As despesas decorrentes dos serviços objeto deste convênio, correrão à conta de recursos a serem fornecidos pela ACADEMIA.
PARÁGRAFO SEGUNDO: — Os serviços serão executados pela NOVACAP até o limite do valor estimado do convênio eximindo- se a NOVACAP de responsabilidade na execução de serviços outros, ainda que complementares, se não houver saldo relativo ao pacto ou não for celebrado um aditivo.
CLÁUSULA QUINTA: — A ACADEMIA, pagará a NOVACAP a taxa de 10% (dez por cento) a título de administração, calculada sobre o valor dos serviços efetivamente executados.
CLÁUSULA SEXTA: — O valor previsto na Cláusula Quarta, poderá ser alterado mediante acordo entre as partes.
CLÁUSULA SÉTIMA: — A ACADEMIA pagará à NOVACAP, contra apresentação das faturas e na entrega total dos serviços.
CLÁUSULA OITAVA: Os serviços previstos na Cláusula Primeira serão realizados pela NOVACAP, com observância das normas contidas no título XII, do Decreto-Lei n° 200, de 25 de fevereiro de 1967, e de acordo com as normas em vigor na NOVACAP.
CLÁUSULA NONA: — A NOVACAP fica dispensada de recolhimento da caução de garantia da boa execução dos serviços, nos termos do artigo 135 do Decreto - Lei, n° 200, de 25 de fevereiro de 1967.
CLÁUSULA DÉCIMA: - O prazo de vigência do presente convenio será de 90 (noventa) dias, contado a partir da data de sua publicação no Orgão Oficial "Distrito Federal", podendo ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes.
PARÁGRAFO ÚNICO: — As despesas com a presente publicação serão custeadas pela NOVACAP.
Fica eleito o Foro de Brasilia, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.
E, por estarem assim justas e convenidas, mandaram datilografar o presente instrumento em 03 (tres) vias, de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual depois de lido e achado conforme, na presença de duas testemunhas adiante nomeadas a todo ato presentes, vai por todos assinado, comprometendo-se as partes contratantes a cumprir e fazer cumprir o presente instrumento, tão inteiro e fielmente como nele se contém.

Brasília, DF., 16 de junho de 1.976. Pela NOVACAP; JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES; Pela ACADEMIA; JOSÉ FARANI. Testemunhas: ELIENE SOARES DE SOUZA; MARLENE DE GUSMÃO.

EDITAIS E AVISOS

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº. 23/76- I.D.R.

CONCURSO PÚBLICO: Seleção para motorista da Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB, realizada conforme Edital nº 14/76-IDR, publicado no "DF" nº 77, de 25/05/76.

ASSUNTO: Resultado Final.

Nº DE ORDEM	Nº DE INSC.	N O M E	NOTA	CLASS.
01	44	Oswaldo da Costa Gundin	86,75	1º
02	33	Braz Fortunato de Arruda	82,25	2º
03	52	João Lobo Costa	79,25	3º
04	29	Raulandino José de Paula	73,25	4º
05	16	Jason Souto	73,00	5º
06	58	Felisberto Lázaro dos Santos	73,00	6º
07	34	Hélio Alves de Oliveira	72,75	7º
08	27	Antonio Nazario Lopes	71,50	8º
09	22	Lázaro Gomes de Moura	71,50	9º
10	50	José Moacir de Carvalho	70,50	10º
11	25	Cid Vieira André	69,00	11º
12	35	Paulo Cesar Gomes	69,00	12º
13	28	Juracy Souto Silva	68,50	13º
14	24	Jobe Galvão da Silva	65,50	14º
15	37	Francisco Lucena de Araújo	65,25	15º
16	02	Gerson de Souza e Silva	63,00	16º
17	49	Eraldo da Mota Machado	62,75	17º
18	26	Expedito Antonio de Lima	61,75	18º
19	45	Heleno Luiz Xavier	61,25	19º
20	09	Gildázio Xavier de Oliveira	61,00	20º
21	40	Francisco Holanda Bonfim	60,25	21º
22	31	João José Moreira	60,25	22º
23	07	José Marinho de Andrade	60,25	23º
24	21	Osvaldo Leão de Araújo	60,00	24º

Brasília, 22 de junho de 1976.

JOSÉ ANTÔNIO ARCHA DA CUNHA
Superintendente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

L I C I T A Ç Ã O P Ú B L I C A
EDITAL Nº 05/76 - IMÓVEIS

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, torna público que realizará no dia 30 de junho de 1.976, em seu Edifício Sede, situado nesta Capital, Setor de Autarquias Sul - Quadra 06 - Edifício ASCB, C O N C O R R Ê N C I A PARA VENDA DOS LOTES com preços mínimos fixados pelo Conselho de Administração da Comapnhia, a seguir especificados:

A - PLANO PILOTO

ITEM	SETOR	QUADRA OU TRECHO	LOTE OU PROJEÇÃO	ÁREA-M2	DESTINAÇÃO	PREÇO MÍNIMO - Cr$.
01	SHI/SUL	T. 01	CH - 75	9.600,00	Residência	890.000,00
02	SHI/SUL	QL.8/7	L. 03	833,30	Residência	170.000,00
03	SHI/SUL	QI.9/09	L. 04	776,00	Residência	90.000,00
04	SHI/SUL	QI.10/1	L. 14	776,00	Residência	85.000,00
05	SHI/SUL	QL.8/6	L. 12	699,90	Residência	145.000,00
06	SHI/SUL	QL.6/1	L. 08	786,60	Residência	135.000,00
07	SRE/SUL	-	L. 13-Bl.D	90,00	Comércio	150.000,00
08	SQ/SUL	Q. 402	P. 05	784,00	Residência	2.000.000,00
09	SQ/SUL	Q. 202	P. 10	784,00	Residência	3.600.000,00
10	SQ/SUL	Q. 202	P. 11	784,00	Residência	3.600.000,00
11	SHI/NORTE	QI.5/08	L. 14	776,00	Residência	70.000,00
12	SCL/NORTE	Q. 106	L. 06	676,00	Comércio	1.700.000,00
13	SCL/NORTE	Q. 106	L. 08	676,00	Comércio	1.700.000,00
14	SCL/NORTE	Q. 107	L. 01	676,00	Comércio	1.700.000,00
15	SCL/NORTE	Q. 107	L. 03	676,00	Comércio	1.700.000,00
16	SCL/NORTE	Q. 407	L. 01	676,00	Comércio	1.400.000,00
17	SCLR/NORTE	Q.703/704-Tipo EC-2A-Bl.07	L. 13	48,00	Com/Residência	170.000,00
18	SCLR/NORTE	Q.703/704-Tipo EC-2A-Bl.01	L. 03	48,00	Com/Residência	170.000,00
19	SCLR/NORTE	Q.705/706-Tipo EC-2A/EA3 Bl. 02	L. 19	86,45	Com/Residência	233.000,00
20	SHCG/NORTE	Q.704-Tipo EA-5 - Bl. 08	P. 08	683,50	Residência	1.400.000,00
21	SC/NORTE	Q. CN-2	P."D"	6.400,00	Comércio	16.500.000,00
22	SGO	Q. 03-C/L	L. 01	66,75	Comércio	120.000,00

A - PLANO PILOTO

ITEM	SETOR	QUADRA OU TRECHO	LOTE OU PROJEÇÃO	ÁREA-M2	DESTINAÇÃO	PREÇO MÍNIMO - Cr$
23	SGO	Q. 03-C/L	L. 02	60,00	Comércio	110.000,00
24	SGO	Q. 03-C/L	L. 03	60,00	Comércio	110.000,00
25	SGO	Q. 03-C/L	L. 04	60,00	Comércio	110.000,00
26	SGO	Q. 03-C/L	L. 05	60,00	Comércio	110.000,00
27	SIG	Q.03-Bl."C"-C/L	L. 42	90,00	Comércio	140.000,00
28	SIG	Q.03-Bl."C"-C/L	L. 38	90,00	Comércio	140.000,00
29	SIA	T. 06	L.85/95	2.000,00	Ind/Abastecimento	850.000,00
30	SIA	Q. 4-C-C/L	L. 09	90,00	Comércio	270.000,00
31	SIA	Q. 4-C-C/L	L. 13	97,50	Comércio	340.000,00

B - GUARÁ

ITEM	SETOR	QUADRA OU TRECHO	LOTE OU PROJEÇÃO	ÁREA-M2	DESTINAÇÃO	PREÇO MÍNIMO - Cr$
32	SRIA	QI-05	P."E"	910,00	Residência	1.360.000,00
33	SRIA	QI-18-Bl."B"	L. 05	120,00	Comércio	130.000,00
34	SRIA	QI-18-Bl."B"	L. 11	90,00	Comércio	105.000,00

C - SOBRADINHO

ITEM	SETOR	QUADRA OU TRECHO	LOTE OU PROJEÇÃO	ÁREA-M2	DESTINAÇÃO	PREÇO MÍNIMO - Cr$
35	-	Q.04-Conj."D"	L. 09	350,00	Residência	35.000,00
36	-	Q.04-Conj."D"	L. 33	350,00	Residência	35.000,00
37	-	Q.04-Conj."D"	L. 35	350,00	Residência	35.000,00
38	-	Q.04-Conj."D"	L. 37	350,00	Residência	35.000,00
39	-	Q.04-Conj."D"	L. 39	350,00	Residência	35.000,00

D - PLANALTINA

ITEM	SETOR	QUADRA OU TRECHO	LOTE OU PROJEÇÃO	ÁREA-M2	DESTINAÇÃO	PREÇO MÍNIMO - Cr$
40	LESTE RESIDENCIAL	Q.01-Conj."L"	L. 04	160,00	Residência	10.500,00
41	LESTE					

RESIDENCIAL LESTE	Q.02-Conj."K"	L. 01	160,00	Residência	10.500,00
RESIDENCIAL LESTE	Q.02-Conj."K"	L. 03	160,00	Residência	10.500,00
RESIDENCIAL LESTE	Q.02-Conj."Q"	L. 01	160,00	Residência	10.500,00
RESIDENCIAL LESTE	Q.02-Conj."Q"	L. 02	160,00	Residência	10.500,00

E - TAGUATINGA

CNC	Q. 02	L. 05	140,00	Comércio	150.000,00
QNL	Q. 03-Bl."A"	P. 01	294,00	Residência	60.000,00
QNL	Q. 03-Bl."B"	P. 02	1.470,00	Residência	175.000,00
QNJ	Q. 58	P. 05	1.470,00	Residência	175.000,00

A concorrência reger-se-á pelas condições desta Edital

I - DA CAUÇÃO

. - A caução é de valor equivalente a três por cento (3%) sobre o preço mínimo do lote. A guia própria acha-se à disposição dos interessados não só em todas as Agências do Banco Regional de Brasília em seu horário de expediente como também na Tesouraria do Edifício Sede da TERRACAP. Individualizada para cada item, seu preenchimento em máquina de escrever será efetuado em quatro (04) vias, sendo que duas (02), depois de recibadas pelo Banco, serão devolvidas ao caucionante que as utilizará, uma, para instruir sua proposta e, a outra, para requerer a devolução da caução, após o julgamento e decisão da Concorrência, não sendo ele o vencedor. O valor do depósito deverá ser feito até às 16,00 horas do dia 28 de junho de 1.976, durante o expediente do Banco indicado, sendo que, quando em espécie, em qualquer Agência do Banco Regional de Brasília, ou, quando em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) ou Letras do Tesouro Nacional (LTN), na Agência Central do mesmo Banco, Edifício Sede, 2º andar, Departamento de Open Market.

. - O licitante vencedor poderá aproveitar o valor da caução, quando em espécie, para pagamento de parte da parcela correspondente ao sinal e princípio de pagamento do preço do lote.

. - O licitante vencedor perderá o valor da caução em favor da TERRACAP, nos casos previstos neste Edital, pelo que renuncia desde já ao seu valor.

. - Os licitantes não vencedores, após o julgamento e decisão da Concorrência, terão o valor da caução devolvido mediante requerimento dirigido ao Diretor Administrativo e Financeiro da TERRACAP que seja acompanhado da primeira via da guia própria fornecida pelo Banco na forma do tópico nº um (1) acima.

II - DAS PROPOSTAS

. - As propostas deverão ser individualizadas para cada item. Cada uma deverá ser colocada em envelope lacrado. Cada interessado licitante poderá concorrer a mais de um (1) item desde que efetive individualmente o recolhimento da caução no Banco. Em cada envelope lacrado deverá constar datilografado na parte de fora o nome do concorrente sem mencionar o item a que concorre.

. - As propostas deverão ser apresentadas devidamente datadas e assinadas pelos interessados licitantes ou seu(s) procurador(es) outorgado(s) por instrumento público cartorário no período de oito (08) às nove (09) horas do dia 30 de junho de 1.976.

. - Sob pena de nulidade e consequente desclassificação do interessado licitante as propostas instruídas com uma das vias da guia própria de recolhimento da caução, devem ser apresentadas de modo claro, sem entrelinhas, ressalva ou rasuras, contendo:

7.1 - nome(s), endereço(s) e domicílio(s), completos, do(s) proponente (s);

7.2 - discriminação do lote a que concorre(m);

7.3 - preço oferecido em algarismo e por extenso;

7.4 - modalidade de pagamento;

a) à vista, ou

b) a prazo, devendo neste caso, o licitante, especificar a quantia relativa ao sinal e princípio de pagamento bem como o prazo para quitação do saldo devedor, respeitadas as condições mínimas previstas no tópico nº 17 deste Edital;

.5 - data completa e assinatura própria, ou do procurador devidamente constituído.

As propostas serão abertas a partir das nove e trinta (09,30) horas do dia 30 de junho de 1.976, pela Comissão de Licitação , que as classificará.

Serão recusadas antes da abertura, as propostas dos licitantes que até o dia útil anterior não quitarem seus débitos em atraso com a TERRACAP.

Em caso de empate dois (02) ou mais concorrentes em relação a qualquer item ser-lhes-á facultado apresentar propostas aditivas, num prazo de até DUAS HORAS após a constatação do evento, cujo início e término será fixado pelo Sr. Presidente da Comissão de Licitação. Persistindo o empate, ou havendo recusa expressa, formal s testemunhada dos licitantes empatados em apresentar propostas aditivas e dispensado pelo mesmo o prazo de duas (02) horas, a classificação se dará, no ato, por sorteio realizado pela Comissão de Licitação.

III - DO JULGAMENTO

Por meio de relatório, a Comissão de Licitação encaminhará as propostas, os resultados da classificação e as impugnações, se houver, submetendo-as à apreciação da DIRETORIA COLEGIADA, a quem competirá decidir sobre a CONCORRÊNCIA e declarar o vencedor correspondente a cada item licitado, o que será feito num prazo de até dois (02) dias após o encerramento da Concorrência.

12.- Será declarada vencedora a proposta que apresentar a maior oferta acima do preço mínimo (Art. 7º da Resolução 06/73), prevalecendo, em caso de empate, a proposta para pagamento à vista sobre a proposta para pagamento a prazo.

13.- É permitido ao licitante, se assim lhe aprouver, impugnar, por escrito, perante a Comissão de Licitação, a proposta de outrem, no ato da abertura e classificação das propostas.

14.- A decisão da Comissão de Licitação, no caso do tópico anterior, estará sempre sujeita, independentemente de solicitação do impugnante ou do impugnado, à apreciação e a julgamento pela Diretoria Colegiada.

15.- A proclamação dos vencedores, pela Diretoria Colegiada, será considerada definitiva, não cabendo contra ela nenhum recurso.

16.- A Diretoria Colegiada da TERRACAP reserva-se no direito de anular, total ou parcialmente, por conveniência administrativa, a presente Concorrência, sem que com isso caiba aos licitantes o direito a indenização ou reclamação de qualquer espécie, exceto quanto à devolução da caução que será feita mediante prévio requerimento dirigido ao Senhor Diretor Administrativo e Financeiro.

IV - DO CONTRATO

17.- Proclamado o vencedor, na forma do previsto no tópico número onze (11) deste Edital, será expedido ao mesmo, pela Companhia, OFÍCIO DE COMUNICAÇÃO.

Do recebimento comprovado começará a correr para ele, vencedor, o prazo total de trinta (30) dias para completar a lavratura da escritura definitiva, obedecidas as seguintes etapas:

I - no decorrer dos quinze (15) primeiros dias, corridos, deverá:

A) - indicar , por escrito, o Ofício do Cartório de Notas que lavrará a predita escritura;

B) - recolher na Tesouraria da TERRACAP, o valor compromissado para pagamento à vista, de uma só vez, ou o valor percentual equivalente ao sinal e princípio de pagamento indicado na PROPOSTA VENCEDORA que neste caso de pagamento a prazo não poderá ser inferior a trinta por cento (30%);

C) - de posse do comprovante do pagamento a que se refere a alínea anterior (letra B), providenciar, por intermédio do Cartório antes indicado, a retirada da minuta de escritura fornecida pela TERRACAP, na qual é indispensável conter:

1 - obrigação do comprador de apresentar à TERRACAP, dentro de cento e vinte (120) dias, contados da data da escritura as plantas definitivas e cronograma físico-financeiro da obra;

2 - obrigação do comprador de terminar a construção, comprovadamente (através de apresentação à TERRACAP do "HABITE-SE"), no prazo de trinta (30) meses, contados da data da escritura;

3 - cláusula resolutiva expressa - RETROVENDA -, a ser exercida no caso de inadimplemento do comprador, com relação às obrigações supra estipuladas;

4 - no caso de atraso no pagamento das prestações, estas serão cobradas com o acréscimo da multa de dez por cento (10%) sobre o valor das mesmas (§ 2º - Art. 5º - Res. 06/73).

II - Nos quinze (15) dias corridos restantes, deverá o interessado vencedor diligenciar, junto ao Cartório, as medidas necessárias para a lavratura da escritura.

Quanto aos prazos referidos no tópico número dezessete (17) aqueles que se vencerem em sábados, domingos, feriados e dias similares ficarão prorrogados até o primeiro dia útil.

18.- O licitante vencedor do item cujo lote for licitado sob pagamento a prazo obedecerá as seguintes condições:

18.1 - no ato da entrega da minuta da escritura, um mínimo de trinta por cento (30%), como sinal e princípio de pagamento;

18.2- o saldo devedor, em até trinta (30) prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira trinta (30) dias após o cumprimento da obrigação do subtópico "18.1" , acrescidas dos juros de seis por cento (6%) ao ano, aplicando-se sobre o saldo devedor a correção monetária, de acordo com os índices das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN).

19.- Todas as despesas decorrentes da presente licitação para venda de lotes de propriedade da TERRACAP, a partir da proclamação do vencedor, incluindo-se as cartoriais e a dos impostos incidentes, correrão por conta do interessado.

V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.- O interessado na licitação pública que posteriormente ao depósito caucionado, em tempo hábil, não apresentar propostas ou apresentá-las sob valor igual ou inferior ao preço

mínimo estabelecido neste Edital, perderá vinte por cento (20%) do valor depositado, renunciando a partir desse atitude em favor da TERRACAP quanto ao valor assim encontrado.

21.- Após apresentada a proposta à Comissão de Licitação, não poderá mais haver desistência por parte do interessado licitante e sua proposta será submetida a classificação e julgamento. Se houver desistência do licitante que for proclamado vencedor na forma do tópico nº onze (11) deste Edital perderá o mesmo o valor depositado a título de caução e o imóvel do item licitado somente poderá ser vendido por meio de nova licitação. Outros casos de desistência ou anulação de propostas, e ou, propósitos não previstos neste Edital serão apreciados e instruídos pela Comissão de Licitação para serem julgados e decididos pela Diretoria Colegiada, ou simplesmente por esta se anteriores ao início da hora marcada no tópico nº seis (06) deste Edital.

22.- O não cumprimento ao prazo estabelecido no Inciso I, Letras A, B, C, do tópico nº dezessete (17) deste Edital, implicará em plena renúncia por parte do vencedor proclamado em favor da TERRACAP do valor da caução depositada para o item licitado cujo imóvel só poderá ser vendido por meio de nova licitação.

23.- O não atendimento ao disposto no Inciso II do tópico nº dezessete (17) deste Edital será considerado como arrependimento, por parte do licitante vencedor, que perderá em favor da TERRACAP, além do valor caucionado, sendo o caso, a importância correspondente ao sinal e princípio de pagamento, na forma dos artigos 1.095 e 1.097 do Código Civil Brasileiro. O imóvel objeto desse item só poderá ser vendido por meio de nova licitação.

24.- Nas Licitações Públicas realizadas pela TERRACAP não poderão participar, como caucionante ou proponentes licitantes, seus servidores, seus Diretores, os membros da Comissão de Licitação e os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia.

FAZ SABER, desde já aos caucionantes e proponentes, que a efetuação do depósito como caução e a apresentação de propostas implica em pleno conhecimento das condições deste Edital, da Resolução nº 06, de 12.09.73 e as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 15/74, de 28.01.74 e nº 19/75 de 29.01.75, todas do Conselho de Administração da TERRACAP, às quais se sujeitarão.

Brasília, 14 de junho de 1.976.

ARMANDO COLAVOLPE
Diretor Superintendente

RAUL SOARES DA SILVEIRA
Diretor Comercial

JOÃO ALVES HOMAR
Diretor Imobiliário

JOIR DA SILVA MARTINS BRASILEIRO
Diretor Administrativo e Financeiro

PROPOSTA

NOME

ENDEREÇO

LOTE PRETENDIDO — ITEM

PREÇO OFERECIDO (por extenso)

CR$ _____ (_____)

MODALIDADE DE PAGAMENTO

À VISTA ☐

À PRAZO ☐ ____% (_____) DE ENTRADA

____% (_____) EM ____(____) MESES

OBSERVAÇÕES

BRASÍLIA, ____ DE _____ DE 1976

_____
Assinatura do proponente

RESSALVAS QUE DEVERÃO CONSTAR DO RODAPÉ DO AVISO DO EDITAL Nº 5

1 - O EDITAL se encontra a disposição dos interessados na Sede da Empresa, no andar Térreo - Edifício ASCB (Setor de Autarquias Sul - Bloco "L", Quadra 06),, Portaria da TERRACAP.

2 - A CAUÇÃO é de valor equivalente a 3% (três por cento) sobre o preço mínimo do lote. As Guias de Recolhimento podem ser encontradas em qualquer Agência do Banco Regional de Brasília S/A - BRB e, também, na Tesouraria da TERRACAP, localizada no 1º subsolo do Edifício ASCB.

3 - A CAUÇÃO deverá ser depositada, improrrogavelmente, até as 16:00 hs do dia 28 de junho de 1 976.

4 - AS PROPOSTAS serão apresentadas na Sede da Empresa - Edifício ASCB - 1º andar, no período de 08:00 às 09:00 hs do dia 30 de junho de 1 976.

5 - O FORMULÁRIO PADRÃO DA PROPOSTA se encontra anexo ao Edital. Demais exemplares se acham à disposição dos interessados no 3º andar - Edifício ASCB.

6 - OS IMÓVEIS constantes dos ITENS nºs. 08, 09, 10 e 20 são destinados a construção de Blocos de apartamentos sendo que o item nº 08, é composto de 03 (três) pavimentos, os itens 09 e 10, 06 (seis) pavimentos e o item 20, 02 (dois) pavimentos, todos sobre pilotis.

7 - O IMÓVEL caracterizado no ITEM 21 se destina a construção de um Edifício para fins Comerciais com 35.000,00m2 de taxa de construção e altura até 48,00m, sendo que o térreo e 1º pavimento com finalidade específica para comércio e os andares superiores para escritório.

8 - OS IMÓVEIS relacionados nos ITENS 22 a 26 se localizam nas proximidades do Palácio do Buriti, bem como de vários Órgãos do Complexo Administrativo do Distrito Federal (DETRAN, INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS, CORPO DE BOMBEIROS, DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM, etc.) e se destinam a COMÉRCIO LOCAL.

OBS: Nas publicidades relativas ao presente Edital em Televisão e Rádio, lembramos que não deve ser mencionado como Sede da Empresa EDIFÍCIO OCIDENTAL e sim EDIFÍCIO ASCB.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO

EDITAL Nº 46/76— SEA- TÔMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DE AÇO, CADEIRAS, ESTANTES E CONJUNTOS ESTOFADOS PARA ESCRITÓRIO — GMP — 02.

Informamos aos interessados que às 15:00 (quinze) horas do dia 07 de julho do ano em curso, na sala de reuniões, situada no IAS, Trecho 3/4, Lotes 1690/1720, nesta Capital, estará reunida a Comissão de Licitação da Secretaria de Administração do Distrito Federal, a fim de receber propostas de interessados no fornecimento do material objeto do Edital em epígrafe.

Cópia do Edital e quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos no Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, sito no endereço acima mencionado, no horário de 14:00 às 18:00 horas.

Brasília, 22 de junho de 1976

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

PROFLORA S/A - FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO
ASSEMBLÉIA GERAL ESTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista o que dispõe o Artigo 8º. do Capítulo III, dos Estatutos Sociais da Sociedade, ficam convocados os Senhores Acionistas da PROFLORA S/A - Florestamento e Reflorestamento, para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, em sua sede, situada no Setor Bancário Sul, Edifício Brasília, 17º pavimento, às 16:00 horas do dia 05 de julho de 1976, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

1) ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA
2) - VINCULAÇÃO DA PROFLORA S/A; e
3) - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DA SOCIEDADE.

Brasília, 22 de junho de 1976
PEDRO DO CARMO DANTAS
Diretor Presidente

25 - 28 e 29

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SEF. DPR. DFi. SDADF.
COMISSÃO DE LEILÃO
EDITAL Nº. 02/76
LEILÃO DE BENS APREENDIDOS

Fazemos saber aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que a Comissão de Leilão fará realizar o LEILÃO DE BENS APREENDIDOS, no recinto do depósito de Bens Apreendidos pela Fiscalização de Tributos do GDF, localizado no setor de áreas especiais no SIA em frente a garagem da VIPLAN nos dias 14 (quatorze) de julho do corrente ano, as 09 (nove) horas em 1ª, praça e, no dia 15 (quinze) as 09 (nove) e 15 (quinze) horas, em 2ª e 3ª praças, respectivamente.

Poderão concorrer ao presente leilão, funcionários Públicos, que não sejam Fiscal de Tributos, comerciantes, entidades assistênciais ou filantrópicas, ou qualquer pessoa do povo.

As mercadorias a serem leiloadas, constam da relação a seguir que fica fazendo parte integrante deste Edital, estando exposta no local acima mencionado, a disposição dos interessados para uma vistoria prévia, nos dias úteis, nos horários das 08:00 às 11:30 e das 14:00 às 17:00 horas.

Os bens leiloados serão postos à disposição do arrematante que maior lance oferecer, observando-se, porém que não serão entregues nem consideradas arrematadas as mercadorias ou produtos, se o lance oferecido não atingir o VALOR MINIMO PARA VENDA EM LEILÃO, determinado pelo paragrafo 2º do Artigo 54 do Regulamento baixado pelo Decreto 1.697/71.

No ato da arrematação, o arrematante pagará o valor alcançado, caso em que poderá retirar de imediato a mercadoria, ou optar pelo pagamento de 20%(vinte por cento) do valor e assinar documento se responsabilizando pelo recolhimento do saldo, dentro de 72 (setenta e duas) horas.

A entrega da mercadoria ou produto arrematado só se realizará após o recolhimento de todas as importâncias devidas aos cofres do Distrito Federal.

Toda e qualquer informação, poderá ser fornecida pela Comissão, no local e horário supra mencionado.

Brasília, de junho de 1976

Adrolino Oliveira Filho — Membro
Severino Ferreira da Silva — Membro
Miguel Martins de Lima — Presidente

RELAÇÃO DAS MERCADORIAS A SEREM LEILOADAS, CONSOANTE EDITAL DE LEILÃO NÚMERO 02/76, EM ANEXO.

PROCESSO Nº 034.362/75 — LOTE Nº 1.937

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
02	Unid.	Cadeiras de ferro e plástico
03	Unid.	Cadeiras de ferro e plástico p/criança
02	Unid.	Mini-cadeiras de ferro
07	Unid.	Baterias para panelas
02	Unid.	Armação para arvore de Natal
03	Unid.	Suportes para bateria de panelas
02	Unid.	Suportes para filtro

LANCE MINIMO CR$.361,20

PROCESSO Nº 034.363/75 — LOTE Nº 1.943

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
04	Unid.	Latas contendo bolachas
46	Unid.	Pilhas de lanternas
11	Jogos	Pilhas para radio
32	Caixas	Gillettes, diversas
19	Unid.	Vidros de óleo de peroba
05	Unid.	Vidros de óleo
05	Unid.	Vidros de brilhantina
04	Unid.	Latas de talco COLONIAL
11	Unid.	Velu de face
37	Unid.	Bicos para crianças
12	Unid.	Sabonetes, diversos
03	Litros	Alcool
03	Duzias	Pregadores de roupa
03	Duzias d	Linha
15	Unid.	Coadores de chá

LANCE MINIMO CR$.472,30

PROCESSO Nº 034.365/75 — LOTE Nº 1.946

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
06	Unid.	Vestidos
03	Unid.	Saias
31	Unid.	Blusas, diversas p/crianças e adultos
12	Unid.	Shorts para crianças
02	Unid.	Calças
10	Unid.	Cortes de tecidos, diversos
02	Unid.	Aventais
10	Unid.	Peças de retalhos pequenos de tec. div.

LANCE MINIMO CR$. 694,20

PROCESSO Nº 035.056/75 — LOTE Nº 1.961

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
14	Unid.	Latas de doce de leite de 800 grm.
22	Unid.	Milkblet
05	Caixas	Tabletes de patotinha
200	Unid.	Avaré chup pequeno
01	Caixa	Pingo Avaré

LANCE MINIMO CR$. 492,50

PROCESSO Nº 035.057/75 — LOTE Nº 1.962

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
91	Unid.	Garrafas de refrigerantes

LANCE MINIMO CR$. 286,60

PROCESSO Nº 035.058/75 — LOTE Nº 1.963

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
04	Unid.	Caixas de refrigerantes, diversos

LANCE MINIMO CR$. 295,40

PROCESSO Nº 035.060/75 — LOTE Nº 1.967

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
1.220	Unid.	Anéis, diversos
152	Unid.	Prendedores para cabelo
63	Pares	Brincos, diversos
82	Unid.	Camisas de meia
06	Pares	Meias
20	Unid.	Bonés
115	Unid.	Carteiras, diversas
07	Unid.	Capangas
56	Unid.	Óculos
34	Unid.	Cintos, diversos
02	Unid.	Portas canetas
47	Unid.	Pentes
15	Unid.	Escovas para cabelo
25	Unid.	Canetas esferograficas, diversas
14	Unid.	Pulseiras de couro para relógio
470	Unid.	Pulseiras e argolas, diversas
04	Unid.	Isqueiros
74	Unid.	Cordões fantasia
08	Unid.	Espelhos de bolso
03	Unid.	Broches fantasia
03	Unid.	Colares
63	Unid.	Gargantilhas, diversas
10	Unid.	Argolas de plástico
35	Unid.	Ralos para pé
70	Unid.	Chaveiros, diversos

LANCE MINIMO CR$.561,00

PROCESSO Nº 019.480/75 — LOTE Nº 1.975

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
10	Sacos	Milho

LANCE MINIMO CR$. 486,90

PROCESSO Nº 052.902/76 — LOTE Nº 04/76

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
204	Unid.	Garrafas de refrigerantes pequenos

LANCE MINIMO CR$. 318,80

PROCESSO Nº 052.903/76 — LOTE Nº 017/76

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
41	Unid.	Garrafas de bebidas, diversas

LANCE MINIMO CR$. 314,50

PROCESSO Nº 055.377/76 — LOTE Nº 045

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
40	Unid.	Peças de aluminio fundido

LANCE MINIMO CR$. 592,10

PROCESSO Nº 055.378/76 — LOTE Nº 053

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
01	Unid.	Bandeija de aluminio
14	Unid.	Jarros para flores
04	Unid.	Travessas de louça
02	Unid.	Cachorros de louça
11	Unid.	Canecas de louça
01	Unid.	Travessa de plástico
02	Unid.	Caldeirões de aluminio
01	Unid.	Marmita com 02 peças
04	Unid.	Travessas de aluminio fundido
01	Unid.	Escoadeira de macarrão
02	Unid.	Baldes de plástico

LANCE MINIMO CR$. 378,40

PROCESSO Nº 055.379/76 — LOTE Nº 060

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
196	Unid.	Pratos de louça

LANCE MINIMO CR$. 455,40

PROCESSO Nº 055.380/76 — LOTE Nº 065

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
11	Pares	Tamancos
37	Pares	Sandalias

LANCE MINIMO CR$. 335,90

PROCESSO Nº 055.381/76 — LOTE Nº 071

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
85	Litros	Água mineral LINDOYA
07	Garrafões	Vinho ITAMBÉ
03	Garrafões	Vinho MONTPELLIER
06	Litros	Vinho MONTPELLIER
03	Unid.	Vidros de vinagre Copacabana
30	Unid.	Garrafas de vinho mosele frisante
28	Unid.	Garrafas de vinho ALFONSE LA VALLEÉ
05	Litros	LicorMARASCHINO
05	Litros	Ferroquina
14	Unid.	1/2 garrafas de vinho CHATEAU MARGEEL

LANCE MINIMO CR$. 871,70

PROCESSO Nº 055.382/76 — LOTE Nº 074

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
20	Pares	Sandalias
18	Pares	Tamancos

LANCE MINIMO CR$. 506,70

PROCESSO Nº 055.383/76 — LOTE Nº 078

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
33	Pares	Alças para sacolas

LANCE MINIMO CR$. 293,20

PROCESSO Nº 055.384/76 — LOTE Nº 080

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
14	Pares	Sapatos

LANCE MINIMO CR$. 592,10

PROCESSO Nº 055.385/76 LOTE Nº 081

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
82	Pares	Meias
30	Unid.	Carteiras, diversas
04	Unid.	Canetas esferográficas fantasia
02	Unid.	Isqueiros
03	Unid.	Cortadores de unha
02	Unid,	Cintas
18	Unid.	Alças para sacolas

LANCE MINIMO CR$. 378,60

PROCESSO Nº 055.386/76 LOTE Nº 082.

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
14	Unid.	Óculos
01	Unid.	Cinzeiro de barro
07	Unid.	Pentes
34	Unid.	Peças de barro
24	Unid.	Pregadores para cabelo
04	Unid.	Pulseiras de couro para relógio
07	Unid.	Maria Chiquinha
04	Pares	Brincos
11	Unid.	Pulseiras fantasia
40	Unid.	Anéis, diversos
04	Unid.	Cordões
01	Unid.	Gargantilha
09	Unid.	Chaveiros

LANCE MINIMO CR$. 335.90

PROCESSO Nº 055.387/76 LOTE Nº 083.

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
100	Unid.	Anéis, diversos
20	Pares	Brincos
16	Unid.	Argolas (pulseiras)
04	Unid.	Cortadores de unha
20	Unid.	Chaveiros
03	Unid.	Cordões fantasia
25	Unid.	Pentes
03	Unid.	Pulseiras de couro para relógio
02	Unid.	Pulseiras de metal para relógio
12	Unid.	Gargantilhas
07	Unid.	Pulseiras fantasia
40	Unid.	Pregadores para cabelo
03	Unid.	Colares fantasia
01	Unid.	Porta canetas
40	Unid.	Canetas esferográficas VIP
15	Unid.	Óculos
05	Unid.	Cintos
42	Unid.	Carteiras, diversas
80	Pares	Meias

LANCE MINIMO CR$. 399,90

PROCESSO Nº 055.388/76 LOTE Nº 084.

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
16	Unid.	Gargantilhas
150	Unid.	Pulseiras

LANCE MINIMO CR$. 293,20

PROCESSO Nº 055.389/76 LOTE Nº 085

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
50	Unid.	Colares, diversos
04	Unid.	Colares de madeira (grande)
02	Unid.	Pulseiras fantasia

LANCE MINIMO CR$. 421,30

PROCESSO Nº 055.390/76 LOTE Nº 086

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
01	Unid.	Rolo de arame amarelo
40	Unid.	Gargantilhas
56	Unid.	Amoladores de faca
10	Unid.	Pares de sandalias
28	Unid.	Bichinhos de pelúcia
05	Unid.	Gaitas de barro
03	Unid.	Cinzeiros de barro

LANCE MINIMO CR$. 378,60

PROCESSO Nº 055.391/76 LOTE Nº 087

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
45	Unid.	Shorts para crianças
04	Unid.	Toalhas de plástico para mesa
09	Unid.	Camisas para crianças
09	Unid.	Lenços para cabeça
15	Unid.	Aventais de plástico
03	Unid.	Capas de plástico para liquidificador
06	Pares	Meias
06	Jogos	Toalhas de plástico para mesa

LANCE MINIMO CR$. 335,90

PROCESSO Nº 055.392/76 LOTE Nº 090

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
47	Pares	Tamancos e sandalias

LANCE MINIMO CR$. 464,00

PROCESSO Nº 055.393/76 LOTE Nº 093.

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
03	Unid.	Carteiras para documentos
24	Unid.	Canetas esferograficas BIC
70	Unid.	Argolas (pulseiras)
40	Unid.	Pentes para cabelo
12	Unid.	Escovas para cabelo
12	Unid.	Maria Chiquinha
07	Unid.	Relógios fantasia
09	Unid.	Pulseiras de couro para relógio
03	Unid.	Pulseiras de metal para relógio
12	Unid.	Braceletes fantasia
06	Unid.	Espelhos de bolso
40	Unid.	Pulseiras fantasia
240	Unid.	Pregadores para dab elo
03	Unid.	Pinças
14	Unid.	Colares fantasia
20	Unid.	Chaveiros
73	Unid.	Pares de brincos
03	Unid.	Fivelas para cabelo
290	Unid.	Anéis, diversos
04	Unid.	Crucifixo fantasia
24	Unid.	Figas, ferraduras e chaves
07	Unid.	Correntes sem medalhas
38	Unid.	Cordões com medalhas

LANCE MINIMO CR$. 506,70

PROCESSO Nº 055.394/76 LOTE Nº 096

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
58	Pares	Sandalias e tamancos

LANCE MINIMO CR$. 446,90

PROCESSO Nº 055.395/76 LOTE Nº 097

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
50	Unid.	Chapeus de palha
40	Unid.	Pentes
12	Unid.	Escovas para cabelo
05	Unid.	Pulseiras de couro para relógio
22	Unid.	Pulseiras fantasia
07	Unid.	Fivelas para cabelo
45	Unid.	Anéis, diversos
40	Pares	Brincos

LANCE MINIMO CR$. 320,90

PROCESSO Nº 055.396/76 LOTE Nº 97-A.

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIA
90	Quilos	Arroz ALBERTO (em 03 pacotes)

LANCE MINIMO CR$. 419,40

PROCESSO Nº 055.179/76 LOTE Nº 100

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
02	Unid.	Filmes nº 135
02	Unid.	Filmes nº 135
05	Unid.	Filmes nº 127
01	Unid.	Filme nº 120
01	Unid.	Filme nº 126
04	Unid.	Filmes nº 126 - coloridos

LANCE MINIMO CR$. 527,10

PROCESSO Nº 055.178/76 LOTE Nº 101

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
01	Caixa	Contendo: Chocolates e doces, diversos
60	Unid.	Garrafas de cervejas
51	Unid.	Garrafas de caninhas, diversas
03	Caixas	Contendo: Bebidas, diversas
02	Unid.	Garrafas de WiskyTILLER'S
03	Unid.	Garrafas de vinagre
04	Unid.	Latas de Kitut de boi

LANCE MINIMO CR$. 761,20

PROCESSO Nº 055.180/76 LOTE Nº 106

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
06	Unid.	Pianos (brinquedo)

LANCE MINIMO CR$. 429,20

PROCESSO Nº 055.181/76 LOTE Nº 108

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
33	Unid.	Anéis, diversos
18	Pares	Brincos
38	Unid.	Carteiras, diversas
01	Unid.	Capangà
01	Unid.	Isqueiro
01	Unid.	Porta caneta
60	Unid.	Pentes
02	Unid.	Chaveiros
01	Unid.	Cordão
01	Unid.	Pulseira
02	Unid.	Espelhos de bolso
20	Unid.	Óculos
02	Unid.	Gargantilhas
05	Unid.	Relógios fantasia
13	Unid.	Pulseiras de couro para relógio
15	Unid.	Argolas (pulseiras)
06	Unid.	Argolinhas com relógio fantasia
48	Unid.	Prendedores para cabelo
08	Unid.	Porta gillette
17	Unid.	Tubos de linha corrente

LANCE MINIMO CR$. 549,40

PROCESSO Nº 055.182"76 LOTE Nº 119

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
01	Unid.	Bicicleta marca CALOI
01	Unid.	Violão marca REI DOS VIOLÕES
02	Unid.	Cafeteiras MELITA
01	Unid.	Panela de pressão GLOBO
01	Unid.	Liquidificador EPEL
01	Conj.	C/4 tijelas de louça FLOR DE LIS
02	Jogos	Latas para mantimentos
01	Conj.	Aluminio para café e leite CARMO
01	Unid.	Ferro elétrico MUNDIAL
03	Unid.	Bolas de couro para footbol
04	Jogos	Footbol de botão TORNEIO RIO SÃO PAULO
04	Jogos	Dominó
01	Unid.	Dicionario Ilustrado da Lingua Portuguese
05	Unid.	Mochilas de plástico
02	Unid.	Jogos para caipirinha
02	Jogos	Canecas de louça
05	Unid.	Pastas escolares
06	Unid.	Portas lapis
01	Unid.	Lanterna elétrica sem carga
01	Unid.	Estojo para manicure com 5 peças
03	Unid.	Bandeijas estampadas
01	Unid.	Almofada
01	Jogo	Com 06 copos de vidro TULIPAS
01	Jogo	Com 06 copos p/Wiski CRISTAIS MARCIA
02	Jogos	Dama
03	Jogos	Pin-pong (ping-pong)
01	Unid.	Faqueiro inox. c/24 peças HERCULES
01	Conj.	Aluminio BAT-FLON
06	Unid.	Garrafas térmicas
02	Unid.	Relógios despertadores
02	Unid.	Albuns para fotografia
01	Unid.	Maquina fotografica FLICA
01	Unid.	Binoculo tipo GALILEU
02	Unid.	Espremedores de batatas e legumes
02	Jogos	Ferramenta infantil AO BOM MENINO
01	Unid.	Acendedor elétrônico
01	Jogo	Infantil COSINHA ELKA
02	Unid.	Latas para biscoitos
03	Unid.	Capacêtes plástico formula 1
01	Unid.	Manteigueira plástica
04	Unid.	Estojos SYLVAPEN
02	Unid.	Camisêtas de malha
01	Unid.	Colcha SONO LEVE
01	Unid.	Boneca dorminhoca
04	Unid.	Bonecas choronas
12.800	Unid.	Pacotes de figurinhas COLA BRASIL

LANCE MINIMO CR$. 3.943,70

PROCESSO Nº 055.183/76 LOTE Nº 121

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
1.000	Unid.	Blocos de cimento de 0,10x0,20x0,40

LANCE MINIMO CR$. 846,30

PROCESSO Nº 055.189/76 LOTE Nº 133

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
29	Pares	Sandalias

LANCE MINIMO CR$. 293,00

PROCESSO Nº 055.633/76 LOTE Nº 136

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
60	Quilos	Açucar cristal
30	Quilos	Arroz beneficiado
01	Caixa	Maizena
01	Caixa	Sabão espumante
03	Unid.	Pacotes de Bom-Bril
01	Caixa	Caldo de galinha
02	Duzias	Sabonetes LUX

LANCE MINIMO CR$. 488,80

PROCESSO Nº 055.634/76 LOTE Nº 137.

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
02	Pares	Molduras de placas de veículos

LANCE MINIMO CR$. 293,00

PROCESSO Nº 056.230/76 LOTE Nº 142

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
24	Unid.	Pacotes de maizena de 200 grm.
22	Unid.	Pacotes de macarrão de 500 grm.
24	Caixas	Linha brilhante
13	Caixas	Sapolux
24	Unid.	Sabonetes MILFLORES
38	Unid.	Cadernetas
04	Litros	Vinagre
45	Unid.	Vidros de mélho
24	Unid.	Rolos de papel higiênico
25	Unid.	Garrafas de cerveja
09	Unid.	Garrafas de aguardente
41	Unid.	Garrafas de refrigerantes pequenos
04	Unid.	Garrafas de refrigerantes grande
03	Unid.	Latas de inseticida CRUZ AZUL

LANCE MINIMO CR$. 418,50

PROCESSO Nº 056.232/76 LOTE Nº 152

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
10	Pares	Sandalias

LANCE MINIMO CR$. 313,50

PROCESSO Nº 056.231/76 LOTE Nº 151

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
49	Unid.	Pacotes de balas, diversas 2x1
10	Unid.	Pacotes de goiabada em tablete 50x1
02	Unid.	Pacotes de chupetas doce
04	Caixas	Bolachas CORY
03	Caixas	Balão
02	Unid.	Pacotes de apito com doce
02	Unid.	Pacotes de revolver plástico com doce
10	Caixas	Doces Ailiran 30x1
05	Caixas	Bombons Ki-banba
06	Caixas	Chocolates Kibon 30x1
03	Caixas	Chocolates garoto 30x1
03	Caixas	Bombons-Krema
08	Caixas	Chocolates Chokito 24x1
05	Caixas	Bombons Ki-côco 30x1
04	Caixas	Chocolates Prestígio 50x1
05	Caixas	Baton leite e mel garoto 50x1
06	Caixas	Drops garoto 24x1
07	Caixas	Chiclets Plets
05	Caixas	Morango 100x1
02	Caixas	Goma Ailiran 100x1
05	Caixas	Goma Ailiran 30x1
08	Caixas	Caramelos Embaré 100x1
01	Caixa	Gripagil
01	Caixa	Lacto-purga
01	Caixa	Cibalene
02	Caixas	Sal de Andreus
01	Caixa	AAS - infantil
02	Caixas	Melhoral infantil
01	Caixa	Escova para dente
01	Caixa	Pente Flamengo
01	Caixa	Band-aid
05	Unid.	Pacotes de Gillette
04	Caixas	Nevralgina
16	Unid.	Pacotes de pipocas 100x1
06	Caixas	Biscoitos Ailiran
04	Caixas	Biscoitos Xereta
07	Caixas	Q-suco 60x1

LANCE MINIMO CR$. 2.100,00

Brasilia, 11 (16) junho de 1976

Membro — Membro — Presidente

Aurelino Oliveira Filho — Severino F. da Silva — Miguel Martins de Lima

PROCESSO Nº 043.508/73 LOTE Nº 1.355

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPÉCIE DE MERCADORIAS
130	Litros	Batidas de pessêgos

LANCE MINIMO CR$.1.256,70

Brasília, 11 de junho de 1976

Aurelino Oliveira Filho — Membro
Severino Ferreira da Silva — Membro
Miguel Martins de Lima — Presidente

PREÇO DESTE EXEMPLAR - Cr$ 2.00